



UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT
DIRETORIA DE PESQUISA - DPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPED
MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

KATHIA CILENE SANTOS NASCIMENTO

**OS SENTIDOS E AS SINGULARIDADES DO INSTITUTO PEDAGÓGICO DE
APOIO À EDUCAÇÃO DO SURDO EM SERGIPE (2012-2017)**

ARACAJU – 2018



UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT
DIRETORIA DE PESQUISA - DPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPED
MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

**OS SENTIDOS E AS SINGULARIDADES DO INSTITUTO
PEDAGÓGICO DE APOIO À EDUCAÇÃO DO SURDO EM SERGIPE
(2012-2017)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação - Universidade Tiradentes.

PROF^a. DR^a. ESTER FRAGA VILAS-BÔAS CARVALHO DO NASCIMENTO
ORIENTADORA

ARACAJU – 2018

N244s Nascimento, Kathia Cilene Santos
Os sentidos e as singularidades do Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo em Sergipe (2012-2017) / Kathia Cilene Santos Nascimento; orientação [de] Prof.ª Dr.ª Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do Nascimento – Aracaju: UNIT, 2018.

119 f. il.: 30cm

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tiradentes, 2018
Inclui bibliografia.

I. Cultura surdo. 2. Educação bilíngue. 3. Libras. 4. Surdo I. Nascimento, Kathia Cilene Santos II. Nascimento, Ester Fraga Vilas-Boas do. (orient.). III. Universidade Tiradentes. V. Título.

CDU: 376.33

SIB- Sistema Integrado de Bibliotecas

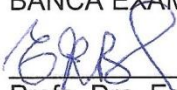
KATHIA CILENE SANTOS NASCIMENTO

**OS SENTIDOS E AS SINGULARIDADES DO INSTITUTO PEDAGÓGICO DE
APOIO À EDUCAÇÃO DO SURDO EM SERGIPE (2012-2017)**

Dissertação apresentada como pré-requisito parcial para obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Linha de Pesquisa História da Educação – Universidade Tiradentes.

APROVADA EM: 13/2018

BANCA EXAMINADORA



Profª. Dra. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento PPED - Unit
(Orientadora)



Profª. Dra. Rita de Cácia Santos Souza UFS (Avaliadora externa)



Profª. Dra. Ilka Miglio de Mesquita PPED - Unit (Avaliadora interna)

ARACAJU – 2017

A Deus, aos meus pais, esposo e filhos.
À Prof.^a Dr.^a Ester, pela confiança e
oportunidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à 'inteligência suprema', Deus, por ter promovido a minha existência, insistido para que conseguisse acertar, mesmo diante de dificuldades e erros. Pela força espiritual e pela oportunidade de poder desfrutar da sanidade mental.

Aos meus pais Carlos Francisco do Nascimento e minha mãe Nelsonita dos Santos, porque me aceitaram como filha e sempre direcionaram energia positiva para que alcançasse os meus objetivos, sendo, o Mestrado, um deles.

Ao meu grande amor, Valmir Lourenço de Jesus, por ser o grande companheiro, parceiro, amigo e marido. Sempre colaborou de forma direta e indireta para a minha formação, não só acadêmica, mas por minha formação como ser, pois, também, me orientou e ainda orienta na minha formação Cristã Espírita.

Aos meus amores eternos, filhos, Amanda Santos Barreto e João Vinícius do Nascimento Lourenço, pela compreensão nos momentos de ausência, na total dedicação à produção desta dissertação.

Ao grupo de Fraternidade Espírita Bittencourt Sampaio, pelo acolhimento espiritual que proporcionou o equilíbrio necessário para a conclusão do curso de Mestrado.

Aos representantes do Instituto Pedagógico de Educação dos Surdos de Sergipe, pelo apoio e disponibilidade dos documentos solicitados para a realização desta pesquisa.

Gratidão à comunidade surda, pelo respeito e colaboração com a pesquisa.

Gratidão à minha amiga, prof^a Dr^a. Hortência de Abreu Gonçalves, pelos ensinamentos, por ter me apresentado o mundo da pesquisa e pelo carinho com o qual me trata. Além das minhas amigas prof^a Dr^a. Marilene Batista e prof^a Dr^a Ana Cláudia da Ataíde.

À minha orientadora, prof^a Dr^a. Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do Nascimento, pela orientação, atenção, respeito e carinho como conduziu o trabalho.

“O documento em si não é história, não faz história. São as perguntas que o pesquisador tem a fazer que lhe confere sentido.”

(LOPES e GALVÃO, 2001. p. 78).

RESUMO

Baseando-se no campo da Educação Especial (LDB), na Educação Inclusiva e, na Educação Bilíngue, este estudo tem o Instituto Pedagógico de Educação dos Surdos do Sergipe (IPAESE) como foco principal de análise. O marco temporal está delimitado no período de 2012, ano de registro do Estatuto de Constituição do referido Instituto, até o ano de 2017, momento em que este passa por mudanças de ordem financeira e necessita mudar de sede, passando a funcionar em espaço cedido nas dependências da Segunda Igreja Batista, situada na cidade de Aracaju. As questões/problemas investigadas foram as seguintes: quais os sentidos e singularidades ligados à trajetória histórico-educacional do IPAESE? Quais as contribuições e os desafios do IPAESE como instituição de caráter formador e social para a história da comunidade surda em Sergipe? Os objetivos da pesquisa foram identificar os sentidos e as singularidades (re) construídos pelos dirigentes e professores do IPAESE acerca das contribuições e dos desafios para a educação dos surdos, relacionados à trajetória histórico-social dessa instituição dentro do marco temporal estudado (2012-2017). Como também, identificar as contribuições e os desafios do IPAESE na inclusão dos surdos em Sergipe e verificar se as práticas educativas do IPAESE contribuem para o fortalecimento da cultura surda e disseminação da Língua brasileira de sinais (Libras). A hipótese defendida é a de que o IPAESE, ao longo de sua trajetória, contribuiu significativamente para a melhoria do contexto socioeducacional da comunidade surda sergipana, bem como, na ressignificação de práticas educativas dos docentes de surdos corroborando, assim, com a difusão da Libras e o fortalecimento da identidade surda em Sergipe. Os conceitos utilizados foram de Educação Especial (SOUZA, 2009), Língua Brasileira de Sinais, Linguagem e Surdo (QUADROS, 2005), identidade (Hall, 2006), a identidade e Cultura Surda (MELO, 2013), além da proposta educacional bilíngue e bicultural descritas por Fernandes e Rios (1998). Tal proposta de educação promove, além da difusão da Libras, a inclusão dos surdos na sociedade. Conclui-se que o trabalho realizado pelo IPAESE contempla os aspectos social, acadêmico e profissional dos surdos sergipanos e que as ações desenvolvidas pelo mencionado instituto estão alinhadas com as ações perseguidas pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), reconhecido como sendo a maior referência em educação dos surdos no Brasil.

Palavras-chave: Cultura Surda. Educação Bilíngue. Libras. Surdo.

ABSTRACT

Based on the field of Special Education (LDB), Inclusive Education and, in Bilingual Education, this study has the Sergipe Educational Pedagogical Institute of the Deaf (IPAESE) as the main focus of analysis. The time frame is defined in 2012, the year of registration of the Constitution of the said Institute, until the year 2017, at which time it undergoes financial changes and needs to change its seat, starting to operate in space ceded in the dependencies of the Second Baptist Church, located in the city of Aracaju. The questions / problems investigated were the following: what are the meanings and singularities, related to the historical-educational trajectory of IPAESE? What are the contributions and challenges of IPAESE as a formative and social institution for the history of the deaf community in Sergipe? They were objectives of the research; to identify the senses and the singularities (re) constructed by IPAESE leaders and teachers about the contributions and challenges for the education of the deaf, related to the historical-social trajectory of this institution within the time frame studied (2012-2017). As well as identifying the contributions and challenges of IPAESE in the inclusion of the deaf in Sergipe and verify if the IPAESE educational practices contribute to the strengthening of the deaf culture and dissemination of the Brazilian Sign Language (Pounds). The hypothesis defended is that the IPAESE, throughout its trajectory, contributed significantly to the improvement of the socio-educational context of the deaf community of Sergipe, as well as in the re-signification of educational practices of the deaf teachers, thus corroborating with the diffusion of the Pounds and the strengthening of the deaf identity in Sergipe. The concepts used were: Special Education (SOUZA, 2009), Language of Signals, Language and Deafness (QUADROS, 2005), identity (Hall, 2006), identity and Culture Surda (MELO, 2013) and bicultural studies described by Fernandes and Rios (1998). This proposal of education promotes, in addition to the diffusion of Libras, the inclusion of the deaf in society. It is concluded that the work carried out by IPAESE contemplates the social, academic and professional aspects of the deaf people in Sergipe and that the actions developed by the mentioned institute are aligned with the actions pursued by the National Institute of Education of the Deaf (INES), recognized as the reference in education of the deaf in Brazil.

Keywords: Culture Surda. Bilingual Education. Deaf. Pounds.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Primeira Sede do IPAESE.....	41
Figura 2: Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe	43
Figura 3: Atual instalação do Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do...	44
Figura 4: Alfabeto da Língua Portuguesa	80
Figura 5: Alfabeto Manual da Libras em <i>Signwriting</i>	81
Figura 6: Atividade em Português realizada por aluno do IPAESE.....	82
Figura 7:Atividade de desenvolvimento motor realizada por aluno do IPAESE.	84
Figura 8: - Curso de Libras.....	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Decretos sobre Direitos das Pessoas Surdas	21
Quadro 2 - Leis que dispõe sobre Direitos das Pessoas Surdas	22
Quadro 3 - Grau de perda e a necessidade educacional do surdo	56
Quadro 4: Ciclos Educacionais do IPAESE	58
Quadro 5 - Projetos Sociais do IPAESE.....	62

LISTA DE GRÁFICOS

Quadro 1 – Quantidade de alunos matriculados entre (2012-2017)	51
Quadro 2 – Quantidade de Funcionários do IPAESE (2012-2016)	52

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APADA - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos
ASSE - Associação de Surdos de Sergipe
Enfop - Encontro Internacional de Formação de Professores
EAD - Educação a Distância
FAPERJ - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
Feneis - Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos
IEL - Instituto Euvaldo Lodi
INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos
INOSEL - Instituto Nossa Senhora de Lourdes
IPAESE - Instituto Pedagógico De Apoio À Educação Do Surdo Em Sergipe
L1 - Língua primeira
L2 - Língua segunda
Libras - Língua brasileira de sinais
MEC - Ministério da Educação
SEE/RJ - Secretaria de Estado do Rio de Janeiro
TRT – Tribunal Regional do Trabalho
SME/RJ - Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro
UEPA - Universidade do Estado do Pará
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF- Universidade Federal Fluminense
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFS - Universidade Federal de Sergipe
UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
PPP - Projeto Político Pedagógico
Enfope - Encontro Internacional de Formação de Professores

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
2 SENTIDO DO IPAESE	41
2.1 Existência do IPAESE.....	41
2.2 Objetivos do IPAESE	45
2.3 Práticas Educativas do IPAESE.....	53
2.4 Ciclo Educacional.....	56
2.5 Projetos Sociais	61
2.6 Educação Bilíngue no IPAESE	63
3 A SINGULARIDADE E OS DESAFIOS DO IPAESE.....	64
3.1 Histórico da educação dos Surdos no Brasil.....	64
3.2 Elementos de Singularidade INES e o IPAESE.....	75
3.3 Desafios para a Educação Bilíngue.....	77
3.4 Contribuições do IPAESE para a Educação dos Surdos	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS E FONTES	95
TESES	96
DISSERTAÇÕES.....	97
LIVROS	101
REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS.....	103
PERIÓDICOS E ANAIS	104
ANEXOS	106

INTRODUÇÃO

Este estudo teve como objetivos identificar os sentidos e as singularidades (re) construídos pelos dirigentes e professores do IPAESE acerca das contribuições e dos desafios para a educação dos surdos, relacionados à trajetória histórico-social dessa instituição dentro do marco temporal estudado (2012-2017). Como também, identificar as contribuições e os Desafios do IPAESE na inclusão dos surdos em Sergipe e verificar se as práticas educativas do IPAESE contribuem para o fortalecimento da cultura surda e disseminação da Língua brasileira de sinais (Libras).

O marco temporal deste estudo inicia-se em 2012, ano de registro e fundação do IPAESE, até o ano de 2017, quando, por questões de ordem financeira, a escola passou por mudança de sede e doravante funciona num espaço cedido, localizado nas dependências da Segunda Igreja Batista em Aracaju, situada na Rua Duque de Caxias nº 448, Bairro São José – Aracaju - Sergipe. Nessa perspectiva, este estudo parte das seguintes questões norteadoras: quais os sentidos e singularidades ligados à trajetória histórico-educacional do Instituto? Quais as contribuições e os desafios do IPAESE como instituição de caráter formador e social para a história da comunidade surda em Sergipe?

A hipótese defendida é a de que o IPAESE, ao longo de sua trajetória, contribuiu significativamente para a melhoria do contexto socioeducacional da comunidade surda sergipana, bem como, na ressignificação de práticas educativas dos docentes de surdos corroborando, assim, com a difusão da Libras e o fortalecimento da identidade surda em Sergipe.

No que tange à abordagem conceitual sobre a qual esta pesquisa está pautada, cabe ressaltar que os conceitos observados na produção da pesquisa científica versam sobre Educação Especial, Surdo, Surdez, Libras e Educação Bilíngue. Dentre os conceitos elencados, encontra-se a Educação Especial, a qual visa à promoção das pessoas com deficiência. Logo, “[...] todos os envolvidos com as políticas de implementação da educação especial, no Brasil e em Sergipe, nos séculos XIX ou XX, percebiam-nas como passaportes para o status de país desenvolvido” (SOUZA, 2007, p. 72). Historicamente, ao se tratar de Brasil

[...] a criação de classes especiais “efetivou-se” quando a designação para o deficiente era de “atrasado mental”, conforme o decreto-lei

número 35.801 de 13.08.1946 e que, no entanto, até os nossos dias, a classe especial não desempenha, por assim dizer, o que se propõe, que é dar educação no seu sentido amplo. É importante ressaltar que a inclusão tem sido a bandeira levantada como proposta para um melhor atendimento. (SOUZA, 2017, p. 44 - 45).

Nesse contexto, Souza (2005) ressalta que a Educação Especial é uma “proposta” a ser aplicada na busca da melhoria no atendimento à pessoa surda. O Atendimento Especializado, relacionado à Educação Especial, estava direcionado às “Pessoas Portadoras de Deficiência”. Em tal domínio, cabe frisar que o uso dessa terminologia não usada é mais adequada, porém, em textos legais e outros documentos de referência, é possível observar o registro de tais termos para representar as pessoas atualmente referenciadas como pessoa com necessidades educacionais. É o que pode ser verificado no texto do Decreto nº 3.956, no qual se afirma que a “Pessoa Portadora de Deficiência” se caracteriza como “uma pessoa com restrição física ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social” (BRASIL, 2001, s. p.).

Soares (1999) e Souza (2009), além de outros pesquisadores da História da Educação Especial, registraram a marcante presença de médicos brasileiros envolvidos com a Educação Especial. “No século XIX e início do século XX, medicina e direito apresentam-se à sociedade como campos de conhecimento autorizados a dispor sobre os problemas da nação” (SOUZA, 2017, p. 17). Nesse aspecto, a Educação Especial foi uma das áreas de atenção, por isso, alguns elementos são tratados aqui sob o ponto de vista médico.

As descobertas que envolvem a surdez constituem um marco histórico para a comunidade surda e para ouvintes envolvidos com Educação Especial. No que tange à educação para surdos, a biografia do Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), registra que: “[...] indivíduos surdos, assim como todos os deficientes, foram alvos, desde o início da Idade Moderna, de dois tipos de atenção: médica e religiosa” (SOARES, 1999, p. 12). A autora registra ainda que pessoas como Tobias Leite e Dr. Menezes Vieira atuaram na realização das atividades ali desenvolvidas.

O avanço científico, especificamente o que envolve os aspectos da surdez, trouxe significativa mudança não apenas para a ciência, mas também para a educação, pessoas com surdez e para a sociedade em geral. Tais mudanças são

fruto das revoluções científicas movidas pelas descobertas realizadas. Estas têm como base a observação e o conhecimento do objeto estudado, no caso em questão, a pessoa com surdez. Entretanto, os conceitos que compreendem a área médica, educacional e histórica apresentam diferentes enfoques. “Do ponto de vista clínico comumente se caracteriza a surdez pela diminuição da acuidade e percepção auditivas que dificulta a aquisição da linguagem oral de forma natural” (QUADROS, 2005, p. 10).

A definição de surdez sob a ótica da medicina aplicada ao contexto educacional caracteriza

parcialmente surdo (com deficiência auditiva – DA) a) Pessoa com surdez leve – indivíduo que apresenta perda auditiva de até quarenta decibéis. Essa perda impede que o indivíduo perceba igualmente todos os fonemas das palavras. Além disso, a voz fraca ou distante não é ouvida. Em geral, esse indivíduo é considerado desatento, solicitando, frequentemente, a repetição daquilo que lhe falam. Essa perda auditiva não impede a aquisição normal da língua oral, mas poderá ser a causa de algum problema articulatório na leitura e/ou na escrita. b) Pessoa com surdez moderada – indivíduo que apresenta perda auditiva entre quarenta e setenta decibéis. Esses limites se encontram no nível da percepção da palavra, sendo necessária uma voz de certa intensidade para que seja convenientemente percebida. É frequente o atraso de linguagem e as alterações articulatórias, havendo, em alguns casos, maiores problemas linguísticos. Esse indivíduo tem maior dificuldade de discriminação auditiva em ambientes ruidosos. Em geral, ele identifica as palavras mais significativas, tendo dificuldade em compreender certos termos de relação e/ou formas gramaticais complexas. Sua compreensão verbal está intimamente ligada a sua aptidão para a percepção visual (LIMA, 2006, p. 19).

Além da surdez leve e da surdez moderada, outros tipos ou graus diferentes de surdez são registrados na literatura e servem de base para identificar os grupos de surdos que se formam a partir destes, assim especificados:

a) Pessoa com surdez severa – indivíduo que apresenta perda auditiva entre setenta e noventa decibéis. Este tipo de perda vai permitir que ele identifique alguns ruídos familiares e poderá perceber apenas a voz forte, podendo chegar até aos quatro ou cinco anos sem aprender a falar. Se a família estiver bem orientada pela área da saúde e da educação, a criança poderá chegar a adquirir linguagem oral. A compreensão verbal vai depender, em grande parte, de sua aptidão para utilizar a percepção visual e para observar o contexto das situações. b) Pessoa com surdez profunda – indivíduo que apresenta perda auditiva superior a noventa decibéis. A gravidade dessa perda é tal que o priva das informações auditivas

necessárias para perceber e identificar a voz humana, impedindo-o de adquirir a língua oral. As perturbações da função auditiva estão ligadas tanto à estrutura acústica quanto à identificação simbólica da linguagem. Um bebê que nasce surdo balbucia como um de audição normal, mas suas emissões começam a desaparecer à medida que não tem acesso à estimulação auditiva externa, fator de máxima importância para a aquisição da linguagem oral. (LIMA, 2006, p. 19 - 20).

Souza e Silvestre (2007, p. 49) afirmam que “a surdez, especialmente a congênita, tem papel importante no desenvolvimento da linguagem, e na construção de identidade das pessoas surdas, e afeta também a sua integração na sociedade dos ouvintes.” Contudo, independentemente do tipo e grau de surdez, os surdos apresentam cultura e língua diferentes da cultura e língua dos ouvintes. Apesar de compartilharmos os mesmos espaços sociais, os surdos desenvolvem-se linguisticamente de forma diferente da dos ouvintes.

Segundo Melo (2013, p. 47), “[...] [a] identidade surda se constrói através das relações surdo/surdo, o sujeito surdo desde a infância precisa estar em contato com seus pares, seja na escola ou em outras associações.” Dessa forma, pode-se indicar que as escolas bilíngues para pessoas surdas, contemplam a construção e fortalecimento da cultura e identidade do indivíduo surdo. Nessa perspectiva, ressalta-se que a cultura contribuiu para a criação de

padrões de alfabetização universais, [ao tempo em que], generalizou uma única língua vernacular como meio dominante de comunicação em toda nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como por exemplo, um sistema educacional. (HALL, 2006 p. 50).

Para Miranda (2001, p. 20), “[...] [a] comunidade surda constrói uma cultura e produz identidades em espaços geográficos[...].” Na visão de Hall (2006, p. 38) a identidade é construída ao “longo do tempo através dos processos inconsistentes, e não algo inato existente na consciência no momento do nascimento”.

Nessa perspectiva, a cultura surda é organizada, esse grupo social cujo elemento de destaque baseia-se na comunicação por meio dos sinais e, além da perspectiva visual, como o autor Stuart Hall afirma, ela está sempre sendo formada, em constante processo de construção.

A construção da identidade surda, no entanto, é elaborada pela comunidade surda, e, segundo a percepção de Strobel

a comunidade surda, na verdade não é só de surdos, já que tem sujeitos ouvintes junto, que são família, intérpretes, professores, amigos e outros que participam e compartilham os mesmos interesses em comuns em um determinado localização que podem ser as associações de surdos, federações de surdos, igrejas e outros. (STROBEL, 2009, p. 6)

Dessa forma, podemos entender que a construção da identidade surda envolve pessoas surdas e ouvintes que usam a Libras e compartilham das experiências visuais, logo, pode-se pensar que os colaboradores do IPAESE são também responsáveis pela construção da identidade surda.

Com base no texto do Decreto de nº 5626, de dezembro de 2005, foi designado o seguinte conceito para pessoa surda: “[...] aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais [...]” (BRASIL, 2005, s.p.).

O decreto descreve, ainda, que a pessoa surda ‘manifesta a sua cultura pelo uso da língua de sinais (Libras). Para Quadros (2006, p. 13), a língua brasileira de sinais “[...] é uma língua utilizada nos espaços criados pelos próprios surdos, como por exemplo, nas associações, nos pontos de encontros espalhados pelas grandes cidades, nos seus lares e nas escolas”.

Para Souza *et al* (2014, p. 99), “[...] [surda] é a pessoa que tem perda total ou parcial da audição”, enquanto Salles (2005, p. 37) afirma que, “[...] ser surdo não é melhor nem pior que ser ouvinte, mas diferente.” Os elementos que envolvem a inclusão dos surdos na sociedade estão diretamente ligadas à língua. Tratando-se, portanto, de uma questão de educação cultural linguística.

Na perspectiva de definição do “ser surdo”, Quadros (2005) apresenta uma visão mais distante do que se refere à “perda”. Assim, pode-se afirmar que:

Surdo é o sujeito que apreende o mundo por meio de experiências visuais e tem o direito e a possibilidade de apropriar-se da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa, de modo a propiciar seu pleno desenvolvimento e garantir o trânsito em diferentes contextos sociais e culturais (QUADROS, 2005, p. 10).

Com base na afirmação de Quadros (2005), o sujeito surdo é caracterizado como aquele que tem experiências valorizadas pelos elementos visuais. A propósito, esse aspecto difere, portanto, e substancialmente, da concepção do sujeito ouvinte,

o qual percebe e interage linguisticamente por meio de elementos sonoros. Vale ressaltar que as abordagens apresentadas até o momento, não fazem referência à modalidade escrita da língua¹, cuja finalidade solicita formalidade de perfeição, mas, aos aspectos comunicativos construídos a partir da espontaneidade² dos falantes. Os fenômenos referenciados no texto são os que são observáveis de forma instintiva, “emergente” e compõem o “contexto” do ato comunicativo.

A realidade da política de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais, as quais na sua gênese eram tratadas como classe especial e em “1977 já se encontravam classes especiais nas escolas do ensino regular estadual, tanto na capital como no interior; no entanto, eram inexpressivas diante da necessidade existente” (SOUZA, 2017, p. 97).

A visão que a maioria das pessoas tem sobre o surdo é aquela relacionada a alguém “incapaz”. Apesar de se tratar de uma visão equivocada, essa perspectiva, ainda marca a trajetória histórica da pessoa com surdez até os dias atuais. Por isso, observa-se a importância da inclusão das pessoas com surdez, além da necessidade urgente de suprimir o distanciamento existente entre surdos e ouvintes, eliminando, assim os equívocos e as barreiras da comunicação, tendo em vista de que surdos e ouvintes compartilham o mesmo espaço social e necessitam, portanto, manter aberto o canal de comunicação.

Para Quadros (2005, p. 8) a linguagem “[...] [é] utilizada num sentido mais abstrato do que a língua, ou seja, refere-se ao conhecimento interno dos falantes-ouvintes de uma língua”. Afere-se que a linguagem é uma ferramenta linguística independente de um sistema normativo o qual representa a principal forma de comunicação de um povo, ela, a linguagem, tem uma natureza restrita e individual.

Segundo Quadros (2005, p. 7) “[...] [a] língua é um sistema de signos compartilhados por uma comunidade linguística comum.” A fala ou sinais são expressões de diferentes línguas. Assim, como o português integra os signos

¹ No texto escrito, a coprodução se resume à consideração daquele para quem se escreve, não havendo participação direta e ativa na elaboração linguística do texto, em função do distanciamento entre escritor e leitor. Nele a dialogicidade constitui-se numa relação ‘ideal’, em que o escritor leva em conta a percepção do leitor, ou seja, dialoga com determinado (tipo de) leitor, cujas respostas e reações, ele prevê (KOCH; ELIAS, 2012, p. 13).

² O texto falado, por sua vez, emerge no próprio momento da interação. Como se costuma dizer, ele é o seu próprio rascunho. Por estarem os interlocutores copresentes, ocorre uma interlocução ativa, que implica o processo de coautoria, refletindo na materialidade linguística por marcas da produção verbal conjunta. (KOCH; ELIAS, 2012, p. 13 - 14).

compartilhados entre os ouvintes brasileiros, a Libras também exerce tal função quando se referindo à comunidade surda.

A língua é um fato social de determinados grupos que se concretiza por meio das experiências e interações dos falantes, através do meio que o cerca. Esta é para Ortiz (2003, p. 52) a “[...] condição de inteligibilidade da palavra enquanto mediação que, assegurando a identidade das associações de sons e de conceitos operados pelos locutores, garante a compreensão mútua”.

O entendimento da Libras pela sociedade ainda está em processo de maturação ideológica³. Ora, tal afirmativa incide na confusão que se faz diante do *status* da Libras no âmbito social. A sociedade, de modo geral, ainda não tem clareza do *status* da Libras enquanto língua, confundindo-a com linguagem. Esse fato tem origem histórica na sua gênese, uma vez que a sociedade sustentou, durante muitos anos, a ideia de que a comunicação dos surdos era feita por mímicas ou gestos que representavam a linguagem.

Porém, atualmente, o embasamento legal para a oferta e reconhecimento da educação dos surdos é extenso, especialmente no que se refere à Educação Especial e à Inclusiva.

No Quadro 1, são mencionadas em linhas gerais, os decretos sobre os direitos das pessoas com surdez.

Quadro 1 - Decretos sobre Direitos das Pessoas Surdas

³ 1. Ciência das ideias, 2. Conjunto de ideias, crenças, tradições, princípios e mitos, sustentados por um indivíduo ou grupo social, de uma época, de uma sociedade [...] (HOUAISS, 2015, p. 519).

DECRETO	DISPOSIÇÃO
Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de julho de 1990.	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
Decreto nº 3.298, de dezembro de 1999.	Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolidada as normas de proteção, e dá outras providências.
Decreto nº 5.296, de dezembro de 2004.	Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Decreto nº 5.626, de dezembro de 2005.	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
Decreto nº 6.214, de dezembro de 2007.	Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências.
Decreto nº 6.564, de dezembro de 2008.	Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto no 6.214, de 26 de setembro de 2007, e dá outras providências.

Fonte: Disponível em: < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 8 jul. 2017.

No Quadro 2, observam-se a legislação que dispõe sobre esses direitos e as mais diretamente relacionadas à educação dos surdos. Além dos decretos e Estatuto da Criança e do Adolescente, a educação bilíngue está embasada também nas seguintes leis:

Quadro 2 - Leis que dispõem sobre os Direitos das Pessoas Surdas

LEI	DISPOSIÇÃO
Lei nº 7.853, de outubro de 1989.	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.
Lei nº 8.112, de dezembro de 1990.	Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
Lei Orgânica da Saúde, Lei nº 8.080 de setembro de 1990.	Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
Lei Orgânica da Assistência Social. Lei nº 8.742 de dezembro de 1993.	Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.424, de dezembro de 1996.	Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.
Lei nº 10.048, de novembro de 2000.	Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.
Lei nº 10.436, de abril de 2002.	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.
Lei nº 10.836, de janeiro de 2004.	Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Fonte: Disponível em: < www.planalto.gov.br > Acesso em: 8 jul. 2017.

Ademais, as leis e decretos que mais são referenciados nos textos com o tema “educação de surdo” destacam-se as Leis nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a qual estabelece a promoção e acessibilidade de pessoas com deficiência ou aquelas que tenham a mobilidade reduzida. No caso da pessoa com surdez, a questão é pontual, pois envolve uma segunda língua, a Libras. Além da Lei nº 10.436, de 24 de

abril de 2002 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão dos surdos e o Decreto nº 5.626, de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Libras. Sobre as questões referentes à educação entende-se que

a abordagem educacional, tanto para os surdos quanto para as comunidades indígenas seria o bilinguismo, posto que não podem prescindir do aprendizado e uso da Língua Portuguesa, para maior integração no contexto nacional e que não podem deixar de adquirir a língua da comunidade a que pertencem, a sua língua materna, veículo do seu desenvolvimento linguístico-cognitivo e da afirmação de sua identidade pessoal e cultural, bem como salienta o atual Ministério da Educação em sua mensagem em comemoração ao dia da língua. Nacional “a língua materna é a mãe cultural de uma pessoa” (FERREIRA, 2003, p. 35).

Atualmente, a metodologia aplicada na alfabetização dos surdos e no ensino para surdos apresenta uma evolução nos estudos e visa à melhoria no atendimento e nos processos de Educação Especial previstos por Souza (2005). Atestam-se que muitos avanços previstos nas leis chegaram à Educação Bilíngue, no entanto, ainda não é uma realidade em todos os espaços.

Antes de ser reconhecida, a Libras já era amplamente usada por seus falantes nativos (os surdos). Muitos sinais já faziam parte do discurso dos surdos, mesmo que de modo informal. Verifica-se como exemplos as pesquisas desenvolvidas pelo Abade de L'épée, o francês Harnest Huet, os norte americanos Thomas Gallaudet e Anne Sullivan, entre outros. Tais autores são algumas das referências em relação aos estudos da Libras, os quais propiciaram o seu fortalecimento, construção e identidade da cultura surda.

No período delimitado por esta investigação, dentre as fontes⁴ coletadas do IPAESE, encontram-se seu Estatuto, Normas Complementares ao Regimento Escolar, Proposta Pedagógica, Organização Curricular do Ensino Médio, Projeto Pedagógico, Projeto Social Mães de Garra, Projeto Oi Visualmente Falando, Projeto Surdo Sim, Projeto Inclusão Digital bem como as atividades realizadas pelos alunos. Os dados foram analisados e refletidos, com vistas a compreender as informações ora apresentadas.

⁴ Para Lopes e Galvão (2010, p. 65), a fonte “é indispensável matéria-prima do historiador, para que ele possa reconstruir o passado”.

Além das fontes documentais, a pesquisa está embasada também numa bibliografia impressa e digital, relacionadas ao tema, nas quais constam a identificação dos autores que versam sobre a história da educação especial para surdos, das instituições educativas, do ensino bilíngue para surdos, além da história da educação dos surdos em Sergipe.

A escolha de tal temática teve início com a experiência educacional discente e docente, além do campo de pesquisa e produção científica direcionados à comunidade surda, língua de sinais, educação dos surdos, tradução e interpretação em Libras, Educação a Distância e inovação educacional com o uso das Tecnologias da Informação aplicadas ao ensino para o surdo.

Meu vínculo com esta temática teve início no ano de 2006, quando era aluna do curso de Letras Português da Universidade Tiradentes. Mais especificamente durante uma das semanas de extensão Universitária, quando na ocasião, conheci um surdo durante a participação em uma oficina sobre Libras. Na oportunidade, observei a comunicação entre o surdo e o intérprete de Libras. O fato que era novo aos meus olhos, encheu-me de dúvidas e curiosidades, pois nunca tinha visto antes um surdo acompanhado de um intérprete ou qualquer coisa que se aproximasse da situação apresentada.

Os questionamentos sobre a língua de sinais sinalizavam para mim o reflexo do pouco conhecimento que tinha sobre o assunto. Diante dessa realidade, busquei ampliar a minha visão sobre o tema e, para isso, matriculei-me no que chamo de “meu primeiro curso de Libras”, o qual teve início em 5 de novembro de 2006 e finalizou em 8 de agosto de 2007. Esse foi o primeiro de tantos outros cursos que realizei na área.

Para ampliar os conhecimentos sobre a língua Libras e seus usuários, no ano de 2007, iniciei um trabalho voluntário na Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (APADA), situada em Sergipe. Permaneci prestando serviços como professora voluntária até março de 2012. Minha primeira pesquisa sobre o tema tinha como hipótese que a Libras era uma linguagem e não uma língua, porém, as evidências e vivência com os surdos direcionaram a pesquisa para outro viés, pois identifiquei o *status* da Libras como língua, bem como a importância desta no processo de aprendizagem do surdo e suas características como língua.

Em 2008, na conclusão da graduação em Letras Português, pela Universidade Tiradentes, apresentei o trabalho de conclusão de curso intitulado “A aquisição da Língua Portuguesa Escrita por Crianças Surdas”. Na abordagem, sinalizei a Libras como essencial para a aquisição do português na modalidade escrita pelos surdos. Cabe registrar que o português ainda está sendo ensinado como primeira língua dos surdos.

No ano de 2009, concluí meu primeiro curso de especialização em Libras. Durante os estudos, pude ampliar meus conhecimentos e perseguir novas análises sobre a aquisição da língua portuguesa por crianças surdas. No período, apresentei uma pesquisa intitulada “A Aquisição da Língua Portuguesa por Crianças Surdas”, a qual perpassou da perspectiva escrita, consoante outrora realizado e, ampliou-se a discussão para uma abordagem geral da formação linguística do surdo.

Em 2011, concluí outro curso de Especialização em Linguística, e tive a oportunidade de apresentar junto à Universidade Gama Filho, uma pesquisa intitulada “Da Libras para o Português”. Em tal pesquisa, observou-se ser crucial que os docentes entendam o fenômeno de aquisição da Língua Portuguesa por indivíduos surdos, a fim de que estes possam refletir sobre a maneira mais adequada de ensinar aos seus alunos.

Já no ano de 2014, ao concluir um curso de Especialização em Educação a Distância, apresentei junto ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), um projeto de pesquisa intitulado “Curso de Capacitação em Atendimento Especializado para Surdos a Distância” no qual refleti sobre a possibilidade de capacitação em atendimento especializado para surdos na modalidade a Distância.

No ano seguinte, 2015, ao concluir uma especialização em Políticas Públicas e Contexto Educativo, apresentei junto à Faculdade Nossa Senhora de Lourdes, um projeto intitulado a “Formação/Experimento: (APADA), uma instituição em que a prática docente tem função de capacitar o professor”. Nessa perspectiva, pude identificar a atuação dos professores de surdos e as diferentes metodologias utilizadas durante a prática docente.

Sobre outras publicações relacionadas a eventos e ou revistas, as quais se somam ao tema estudado, situo a dos Anais da 15ª Semana de Pesquisa da Universidade Tiradentes, realizada no ano de 2013, na qual publiquei o texto intitulado “O Intérprete de Libras e sua atuação social”. O referido estudo revelou o

tradutor intérprete de Libras como um profissional que trabalha diretamente com os surdos no repasse de informações de uma língua fonte para a língua alvo.

Durante a 16ª Semana de Pesquisa da Universidade Tiradentes, realizada no ano de 2014, publiquei o texto “Agências Bancárias de Sergipe e o Atendimento Especializado ao Surdo”, na abordagem, ressaltar a necessidade de atendimento especializado em agências bancárias, na perspectiva de garantir qualidade dos serviços prestados aos clientes com surdez, bem como o imperativo de formar profissionais com habilidade na língua de sinais. Na mesma ocasião, publiquei o trabalho intitulado “Reconstruindo a história da APADA (Associação de pais e amigos dos deficientes auditivos)”. No estudo ora em questão, tive como objetivo apresentar as principais motivações para a construção da APADA como instituição de atendimento especializado para surdos.

No ano de 2015, durante a realização do 10º Encontro Internacional de Formação de Professores (10º Enfope), publiquei um texto com o título “EAD: novas possibilidades educacionais para os surdos no Ambiente Virtual de Aprendizagem”. O estudo indicou as ferramentas utilizadas na Educação a Distância como importante possibilidade de formação da pessoa com surdez.

Já em 2016, durante o 11º Enfope, o estudo publicado teve como foco os “Signos linguísticos: surdez, linguagem imagética e marketing”, com o objetivo de indicar os surdos como sujeitos consumidores e com necessidades de atendimento baseadas nos signos linguísticos que representam os produtos e suas marcas. Defendi a possibilidade de se criar elementos para o marketing com o apoio dos signos linguísticos, a fim de que estes sejam entendidos facilmente pelos surdos. No mesmo ano, durante o V Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, publiquei o trabalho “Tradutor e intérprete de Libras em Sergipe: realidade, desencontros e perspectivas”. Este teve como foco a atuação do profissional intérprete de Libras em Sergipe, bem como as diferentes possibilidades de atuação deste nos diferentes setores da sociedade.

No período entre a realização dos cursos de aperfeiçoamento em Libras, atuei na Secretaria de Estado da Educação, como tradutora e intérprete de Libras em sala de aula inclusiva, com turmas do Ensino Médio. As renovações de contrato foram realizadas até o ano de 2013, quando solicitei afastamento para iniciar outros

projetos, um deles, dedicar-me mais à minha atuação como docente atuante na disciplina de Libras, da Universidade Tiradentes. Atuo na referida IES desde 2011, quando participei de um processo seletivo e fui selecionada. Atualmente, ministro as disciplinas de Libras, Comunicação Empresarial, além de orientar Trabalhos de Conclusão de Curso.

O ingresso no Mestrado ocorreu após a minha aprovação em todas as etapas do processo junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes, em 2016. Desde então, o Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo em Sergipe passou a ser o objeto desta pesquisa, tendo em vista a sua importância em ser a única escola de ensino regular bilíngue para surdos, em Aracaju.

O projeto intitulado “Os sentidos e as singularidades do Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo em Sergipe (2012-2017)” teve como foco a história do Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo em Sergipe. Para tanto, faz-se *mister* apropriar-se do conceito de história das instituições, o qual foi proposto por Magalhães (1999, p. 65), com o indicativo de que

compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma relação, é por fim sistematizar e (re) escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo-lhe um sentido histórico.

Para aproximar a pesquisa da expectativa multidimensional, preconizada por Magalhães, o trabalho contemplou em seu bojo as atividades desenvolvidas com o uso da Língua brasileira de sinais no local estudado. Contudo, faz-se oportuno registrar que, mesmo com o esforço da análise dos fatos, se está diante de “um conhecimento mutilado” visto que, o historiador: “[...] só conta aquilo que foi possível saber a respeito do que se quer saber” (LOPES e GALVÃO, 2010, p. 67).

Sobre o tema investigado, nos anos compreendidos entre 2012 e 2017, foi identificada uma extensa produção científica na área de surdez. Nestas, foram abordadas tanto a educação inclusiva dos surdos quanto a educação bilíngue. Além disso, foram encontrados registros de estudos sobre as questões que envolvem os aspectos da cultura surda, Políticas Públicas Inclusivas, além de estudos específicos por disciplina curricular, na busca de localizar metodologias mais adequadas para o ensino dos surdos. Somando-se a isto, pesquisas sobre o processo de ensino e

aprendizagem do surdo, educação bilíngue e formação docente. Além destes, outros enfoques foram dados às pesquisas realizadas durante o mesmo período, porém, foram priorizados os elementos elencados acima, visto que atendem mais adequadamente ao objetivo proposto. A busca foi realizada na plataforma *Scientific Electronic Library Online* – SciELO, a partir de pesquisas atestadas em Teses e Dissertações. Dentre as pesquisas sobre educação inclusiva, identifica-se a de Bezerra e Souza (2013), na qual se propõe uma análise sobre política pública e educação inclusiva no Brasil.

Atualmente, as discussões que circulam no Brasil sobre a história da educação dos surdos e as filosofias aplicadas a esta, verifica-se Rabelo (2014), o qual desenvolve pesquisas com foco na Educação Infantil. O Referido autor apresenta uma perspectiva de inclusão de dois bebês surdos e sinaliza para a realidade dos profissionais envolvidos com a educação inclusiva. Nesse domínio, enumera algumas dificuldades, pois ainda há muitas dúvidas sobre a comunicação em Libras. Já Ferreira (2015) mantém o enfoque na escolarização de crianças surdas no ensino fundamental.

Somado a isso, Rabelo (2014), Ferreira (2015) e Nobrega (2015) realizaram uma pesquisa com quatro surdos na cidade de Campinas e identificaram que naquela realidade, os alunos aprenderam a Libras de forma tardia. Alguns destes alunos ingressaram na universidade, entretanto, os alunos apresentavam “déficit” linguístico na sua L1. Ademais, observou-se ainda que o aprofundamento dos estudos sobre a Libras, pelos alunos, ocorreram com a realização do curso superior, Letras/Libras.

No que tange às questões referentes ao ensino fundamental e ao aluno com surdez, Santos Filho (2015) elaborou uma proposta de aprofundamento dos estudos que conferem a formação profissional. Para a Educação de Jovens e Adultos, Paschuini (2015) registra a contribuição das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação como ferramenta auxiliar no letramento digital dos surdos, além da excelente contribuição para o uso da escrita.

A respeito da aprendizagem dos surdos, Silva (2006) estudou a perspectiva da aprendizagem de leitura e escrita da criança surda a partir da brincadeira lúdica. Na abordagem, registrou-se que a criança com surdez assume a postura participativa quando lhe é oportunizado momentos de contato com brincadeiras lúdicas. A

discussão aborda a perspectiva da inclusão social do surdo e a relação de contato entre surdos e ouvintes.

As Políticas Públicas de Educação Inclusiva para surdos foram investigadas em pesquisas como as de Silva (2006), Schemberg *et al* (2012), Didó (2012), Bregonci, (2012) e Rocha (2012). Além dos registros feitos sobre o movimento surdo e a educação relacionada aos aspectos referentes à cultura surda por Carilissa (2013). Outra referência sobre o assunto é Conrado (2014), dentre outras observações feitas pela pesquisadora, ao entender as Políticas Públicas Inclusivas na condução da educação dos surdos, atesta-se que a Libras está sendo usada para a realização da Educação Inclusiva dos surdos.

Ainda sobre políticas públicas, com foco na educação básica, Lourenço (2013) traz a público um estudo sobre a aplicabilidade de tais políticas no estado de São Paulo. Em tal domínio, a pesquisadora em questão registrou o movimento expressivo em favor da Educação Bilíngue no Brasil. Após análise da situação encontrada em seu local de pesquisa, a autora chega à conclusão de que “[...] a aplicabilidade das políticas públicas da inclusão do Surdo não permite a sua inclusão social” (LOURENÇO, 2013, p. 94).

Por outro lado, sobre a perspectiva do ensino superior Mesquita (2013) destaca os avanços e desafios das políticas educacionais de inclusão, mas registra também os desafios compostos pela falta de entendimento sobre o reconhecimento da comunidade surda. Amorim (2015), além de Costa (2015) e Santos (2015) estudam a implantação da disciplina Libras no ensino superior, nos cursos de formação docente. No último trabalho relacionado, ficou explícito o caráter da Libras como “componente curricular”, porém, apresenta imprecisão da língua quanto à sua finalidade.

De forma mais abrangente, mas que atende, expressivamente, ao ensino superior, Fulas (2017) discorre que as políticas públicas também estão sendo estudadas na perspectiva da ampliação da oferta de acervos acessíveis, não só aos alunos surdos, mas também àqueles que têm a cegueira. Dessa forma, ressalta-se a atenção para a educação inclusiva com possibilidades de avanços, mesmo com a presença de elementos que denotam dificuldades no processo de inclusão dos surdos, conforme citado pelos autores acima mencionados.

Nos estudos que contemplam as diferentes áreas propostas no currículo educacional, há registros de trabalhos específicos por disciplina curricular com uma experiência no ensino da matemática, da física, da química, da geografia, do teatro, das letras e de outras áreas que não foram referenciadas aqui.

Sobre o tema, Brettas (2015) aborda a perspectiva da inclusão dos surdos durante as aulas de matemática, além de Santos (2015). E ainda, Lobato (2015) desenvolve estudo sobre a construção de um glossário em Libras, língua portuguesa e matemática.

Outro estudo relevante é o de Silva (2013) o qual busca investigar as dificuldades dos surdos na construção de conceitos sobre os estudos da física. Já na área da química, Costa (2014) registra sinais em escrita *SignWriting* com conceitos dos elementos científicos, a fim de conceder suporte à construção de conhecimento pelos surdos, em consonância com o que afirma Oliveira (2014), sobre a necessidade de criar estratégias para desenvolver habilidade de leitura e escrita nos alunos surdos. Essa temática também foi tratada por Machado (2016), a autora ressalta que a presença do intérprete de Libras por si só não contempla de forma geral a inclusão dos surdos.

A inclusão dos surdos no ensino regular, nas disciplinas dos Centros de Ciências Exatas e Tecnologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), foi analisada por Fernandes (2014), *in loco*, que se sinalizou as dificuldades em relação à abordagem sobre a dinâmica de estudo e as barreiras encontradas.

Na área de geografia, Godoy (2015) desenvolve proposta de intervenção com a utilização de cartografia tátil, a ser aplicada no ensino de geografia ao aluno com surdo-cegueira. Os aspectos que versam sobre o ensino da Biologia foram trabalhados pelo autor Camona (2015).

Na área das Artes (teatro) o autor Gianini (2016) apresenta uma reflexão sobre o ensino do teatro como parte do componente curricular na Educação Básica. Zanellato (2016) também realiza estudo seguindo esta linha de pesquisa, assim, a autora revela a relação do teatro com a educação dos surdos, desde o período colonial, no Instituto Imperial de Surdos-Mudos, quando a disciplina era estudada como a de Artes.

Ainda sobre os estudos de educação dos surdos por área educacional, Oliveira (2014) aborda as estratégias e atividade que possam desenvolver habilidades de

leitura e escrita dos surdos, tendo aqui, o destaque para a língua portuguesa como segunda língua dos surdos. Corroborando ainda com essa vertente, Rocha (2014), em estudo sobre estratégias de escrita por alunos surdos no contexto de ensino, faz menção à aprendizagem da língua espanhola como L3. E ainda, Pires (2009), Silva (2015), Moura (2015), e Teixeira (2015) discorrem sobre a prática do ensino e aprendizagem da língua portuguesa para surdos. Também foi localizado o registro de pesquisas sobre o ensino de Ciências para alunos surdos, atestados nos estudos de Santos Filho (2016).

Além das áreas já mencionadas, outro elemento que está sendo motivo de atenção dos pesquisadores é a cultura surda. Em 2013, na Universidade Federal da Bahia, Bastos (2013) defendeu a tese: “Experiências culturais de alunos surdos em contextos socioeducacionais: o que é revelado? O texto ora citado remete às experiências da formação da cultura surda na sociedade ouvinte. A autora identifica como ocorre a construção da cultura e da identidade surda tendo em vista a legitimação dos elementos definidores da cultura. E ainda, Ferrari (2017), com abordagem sobre a cultura e a identidade dos indivíduos com surdez, propõe compreender a construção de identidades sociais distintas, sem considerar aqueles que usam o português na modalidade oral.

Quanto às relações de poder e de saber direcionadas aos surdos, Matos (2014) entende que a cultura surda é uma construção discursiva que nasce na comunidade surda, sendo enunciada em outros meios e áreas da sociedade e nas academias. Nesse contexto, as relações de poder e de saber vigentes concentram-se na afirmação do ser surdo, cujos elementos versam na construção da identidade individual e coletiva, produção intelectual e uso da Libras.

Esse enfoque está presente também em abordagens humorística, Silveira (2015), em sua tese, faz uma abordagem sobre o humor aplicado à cultura surda. Após realização da pesquisa, a autora afirma que nem todas as pessoas conseguirão identificar o humor nas piadas surdas, pois para que isso ocorra é imprescindível que se tenha conhecimento profundo da língua de sinais, da cultura surda, além de experiência de vida. A autora identificou na pesquisa que maioria das piadas tem como foco a experiência da comunidade surda junto aos ouvintes, em destaque, a proibição da língua de sinais, e ainda, o desconhecimento da Libras por parte dos ouvintes. Ela identificou, também, que é por meio das piadas que o surdo

responde a todo e qualquer movimento opressivo e busca, assim, valorizar a Libras e a cultura surda.

Já Lima (2015) perpetrou um estudo sobre Educação bilíngue, identidade e as culturas surdas no qual enfatizou a autonomia dos surdos como elemento essencial, o fortalecimento da identidade e cultura surda. Ainda sobre a autonomia do surdo, Reis (2015) em estudo intitulado “A docência na Educação Superior: narrativas das diferenças políticas de sujeitos surdos” registra as tensões oriundas da convivência dos professores surdos no ensino superior. Revela as relações existentes no espaço acadêmico em relação ao professor surdo, sugere mobilização dos docentes surdos no sentido de registrar suas práticas, gerar reflexões sobre o professor surdo na Educação Superior, cujos elementos de mudanças e conceitos históricos se fazem presentes no espaço acadêmico.

Nessa perspectiva, Colacique (2013) apresenta estudo sobre a acessibilidade dos surdos face ao uso da cibercultura. A autora entende que as práticas e recursos usados na Educação a Distância são elementos autossuficientes. Afirma ainda que “a variedade de objetos educacionais enriquece o processo educacional, pois favorece e potencializa o aprendizado, ao contemplar os diversos estilos de aprendizagem dos estudantes”. (COLACIQUE, 2013, p. 132).

Em adição, Monteiro (2015) manteve o foco no uso do vocábulo “PARA” e sua classificação em Libras além de examinar a interferência dos aspectos linguísticos do português na utilização desse mesmo elemento linguístico. A autora fez análise em material disponibilizado no *You Tube*, gravado por pessoas surdas, além da análise de outros materiais como dicionários que apresentavam a usabilidade do vocábulo “PARA” como signo linguístico. A apreciação feita traz como resultado a forte influência que os ouvintes exercem na vida dos surdos, ademais a Libras apresenta, também, influência do português, mesmo diante dos avanços no que diz respeito à inclusão dos surdos na sociedade.

Quadros (2006) apresenta a possibilidade de se ensinar português para alunos surdos e lista sugestões que podem auxiliar a prática docente de professores de surdos. Além de apresentar a educação bilíngue como possibilidade de alfabetização das crianças surdas.

A autora Resende (2015) realiza estudo sobre o processo de avaliação pedagógica para surdos no contexto de educação inclusiva bilíngue. Mas a

educação bilíngue é um dos temas abordados nos cursos de Mestrado e Doutorado e são referências nos estudos de Morais (2015), Chiella, (2015), Cruz (2016) e Vieira (2017).

Ainda sobre a educação bilíngue, Thoma (2016) realizou investigação cujo título é “Educação Bilíngue nas Políticas Educacionais e Linguísticas para Surdos: discursos e estratégias de governo” no qual expôs alguns problemas sobre as políticas educacionais aplicadas nas escolas comuns para atender ao aluno com surdez. A autora retrata que a população escolar surda vem sendo subjetivada com as políticas educacionais apresentadas nas escolas comuns. Além de defender as escolas bilíngues, por acreditar que estas proporcionam práticas nas quais o ensino e a aprendizagem são realizados com o uso da língua de sinais, sendo o português adotado como segunda língua.

Somam-se a isso os aspectos referentes à aprendizagem da segunda língua dos surdos. Santos (2009) realizou um estudo de caso sobre a realidade educacional no Estado da Bahia, no qual identificou a alfabetização dos surdos em Libras como sendo indispensável para que estes aprendam a segunda língua na modalidade escrita. Além de indicar que o comportamento da família da pessoa com surdez influencia no domínio do surdo usuário da Libras. O estudo aponta, também, para a existência de algumas alterações morfosintáticas e lexicais durante a representação escrita dos alunos com surdez, justificando que este fenômeno é reflexo da interferência da Língua Brasileira de Sinais e da interlíngua.

A formação docente também é outra temática que vem sendo discutida e estudada, tal campo é pesquisado por Corcini (2016), o qual entende a formação docente como a composição de uma educação bilíngue a partir da formação dos professores com surdez.

Com outro enfoque, em 2012, Schemberg *et al* (2012) realizaram um estudo e compilaram informações referentes não só à vivência do surdo na escola, mas ampliou a discussão com a inclusão da família no estudo, a qual tem sua parcela de responsabilidade na promoção e inclusão dos surdos na sociedade. As autoras constataram que a exclusão da criança com surdez tem como principal elemento a comunicação. Durante a investigação, pais e professores afirmaram ter conhecimento regular sobre a surdez e a Libras. Porém, o texto relata a necessidade de se considerar que pais e professores de surdos interagem com os alunos usando

a modalidade oral-auditiva de linguagem. As autoras retratam que, embora os dois grupos pesquisados conheçam o aspecto da comunicação com o uso da Libras, não fazem uso desta língua para se comunicar com os surdos.

Além disso, o estudo aponta para o conhecimento escasso sobre a Libras e a pessoa com surdez, tanto da parte dos pais quanto da parte dos professores. Na pesquisa fica clara a sugestão das autoras para a necessidade de se desenvolver estudos direcionados à promoção dos surdos a partir de ações conjuntas entre a família e a escola. Em contrapartida, as autoras registram que, mesmo contando com um contexto desfavorável, as crianças conseguiram avançar nos aspectos cognitivos e que professoras, ainda que sem qualificação específica, conseguiram ajudar às crianças, mas registra também a presença dos pais. Ademais, corroboram com o que afirma Santos (2009) sobre o aspecto da família e a importância desta na promoção dos surdos.

Em Sergipe, a autora Souza (2005) é referência no assunto a partir do estudo desenvolvido sobre “Educação Especial em Sergipe”. Na ocasião, apresentou a história da Educação Especial em Sergipe e procedeu a um levantamento das instituições que trabalham com Educação Especial no estado. Sobre a referida pesquisa, destaca-se atenção especial para duas instituições, a primeira delas é a Associação de Surdos de Sergipe (ASSE), fundada em 1º de março de 1991. E a segunda, a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (APADA), fundada em 21 de junho de 1991. Dentre as instituições estudadas pela autora, foram selecionadas as duas transcritas acima por apresentarem trabalho análogo ao que foi desenvolvido pelo Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo em Sergipe (IPAESE), objeto desta pesquisa.

Souza *et al* (2014) também traz abordagens sobre a educação dos surdos em Sergipe. Outra autora que realizou estudo significativo na área da educação do surdo no século XX em Sergipe foi Souza (2013).

Barbosa Souza e Toscano (2008) realizaram pesquisa com a tentativa de compreender os desafios e a história das políticas educacionais para incluir as crianças surdas. As autoras tiveram como sujeitos da pesquisa 9 (nove) crianças surdas alunas frequentadoras da APADA. Os resultados que seguem às pesquisas sugerem que a educação inclusiva nas escolas não atende às reais necessidades dos alunos.

Souza (2009) faz uma abordagem sobre a História da Educação Especial em Sergipe, com um recorte temporal que vai do século XIX ao início do século XX. A pesquisa comporta conhecimentos que perpassam o universo sergipano, pois contextualiza Sergipe no cenário nacional e internacional da educação especial. Além de Bezerra e Souza (2013) que abordam a educação inclusiva, sob a ótica de uma política pública de educação inclusiva no Brasil, o estudo contempla questões como exclusão e inclusão social.

Outro estudo sobre a inclusão dos alunos surdos foi realizado por Fernandes (2014), cuja pesquisa engloba a inclusão dos surdos ou de deficientes auditivos nas disciplinas de Ciências Exatas. Na pesquisa a autora indica que a falta de conhecimento sobre os aspectos da surdez, a falta de apoio aos docentes, a metodologia e a falta de conhecimento dos sinais da Libras são alguns problemas no processo de inclusão dos surdos.

Melo (2013) estuda a formação do tradutor e intérprete de Libras, através de uma analogia com a prática laboral desse profissional em sala de aula, com enfoque na formação e atuação do tradutor e intérprete de Libras na sala de aula. Corroborando com a necessidade da atenção para a formação e atuação do profissional tradutor intérprete de Libras, em sala de aula, Souza (2016), em pesquisa intitulada “Estratégias e Metodologias para o Ensino de Língua Portuguesa para surdos em Aracaju/Se”, registra que os professores de língua portuguesa estão desenvolvendo estratégias de ensino para surdos com a valorização da escrita, sem utilização de recursos visuais. Além de apontamentos sobre a importância do tradutor intérprete de Libras em sala de aula, a autora registra, com base no material pesquisado, que sem a presença deste, a aquisição do conhecimento, por parte do aluno surdo, matriculado no ensino regular, não aconteceria.

Por fim, Santos (2016) realizou estudos na tentativa de identificar como os surdos, matriculados na Universidade Federal de Sergipe, estão usando o *Facebook* para criar condições e quais as estratégias estão utilizando para superar as limitações da comunicação e construção do saber com o uso da rede social.

Os conceitos utilizados na discussão teórica são: pessoa com surdez, Deficiente Auditivo, Libras, Educação Especial e Bilíngue. A abordagem apresenta as seguintes categorias: Cultura surda, Comunidade Surda e Identidade Surda.

Trata-se também de uma pesquisa documental, porém, considera-se nesta investigação que “O documento em si não é história, não faz história. São as perguntas que o pesquisador tem a fazer ao material que lhe conferem o sentido.” Lopes e Galvão (2010, p. 78). Assim, priorizou-se, também, outras fontes documentais tais como entrevistas televisivas e registros documentados em sites, por entender que “Um trabalho é mais rico e mais confiável quanto maior for o número e a variedade de fontes a que o pesquisador recorre e quanto mais rigor se empregue no confronto entre elas” (LOPES e GALVÃO, 2010, p. 79).

No desenvolvimento do processo metodológico desta pesquisa, procedeu-se à seleção dos conceitos a partir da prática de leitura seletiva com a qual pude eleger as informações pertinentes para este estudo e, em seguida, foi conduzida a uma leitura reflexiva, como objetivo de responder aos objetivos propostos, e por fim, utilizei a leitura interpretativa, a qual constitui

[...] o momento mais complexo e tem por objetivo relacionar as idéias expressas na obra com o problema para o qual se busca resposta. Implica na interpretação das idéias do autor, acompanhada de uma interrelação destas com o propósito do pesquisador. Requer um exercício de associação de idéias, transferência de situações, comparação de propósitos, liberdade de pensar e capacidade de criar. O critério norteador nesse momento é o propósito do pesquisador. (LIMA e MIOTO, 2007, p. 41).

Em meio às abordagens conceituais, o aporte legal foi fundamental para embasar as discussões, elaborei dois quadros, o primeiro contendo decretos que tratam sobre os direitos da pessoa com surdez. Os decretos foram apresentados seguindo a ordem cronológica dos registros e contempla o período de 1990 a 2008. No segundo quadro, apresentei as leis que dispõem sobre os direitos da pessoa com surdez, estas, com registro entre os anos de 1989 e 2015. Outro elemento legal no qual se embasa esta pesquisa é a Constituição da República Federativa do Brasil, a qual também serviu de suporte teórico legal para propor uma abordagem coesa e expressiva.

Na tentativa de situar o leitor quanto a quem vos escreve, foi exposto um breve histórico sobre a minha trajetória diante do tema escolhido. Para isso, citei os textos que já publiquei e que auxiliaram na seleção do tema proposto. Somando-se a isso, registrei minhas experiências profissionais junto aos surdos e aos alunos ouvintes estudantes de Libras.

Para iniciar o embasamento teórico, procedi ao levantamento das discussões conceituais mais relevantes e, em seguida, apropriei-me dos documentos e das fontes literárias, com o propósito de responder a uma das questões da pesquisa. Nessa fase, o foco foi o sentido de existência do IPAESE. Para isso, direcionei o olhar para o Estatuto Social do IPAESE, o qual possibilitou identificar, a partir da leitura do capítulo II, a finalidade e objetivos do Instituto. Além de verificar as intenções do IPAESE em atender aos surdos com propostas de ações educativas e sociais direcionadas à inclusão social da pessoa com surdez.

Com o propósito de apresentar a estrutura física do IPAESE, fiz uma consulta ao site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), para obter informações sobre a estrutura arquitetônica, quantidade de alunos e professores que frequentaram o IPAESE considerando o marco temporal delimitado. Outro documento que consultei nessa fase da pesquisa e que colaborou com as informações das demais fontes consultadas, foi o Regimento Escolar. No corpo do documento, identifiquei informações que corroboraram para a formulação da resposta à questão da pesquisa que trata sobre o sentido de existência do IPAESE.

Além de tais fontes, foram verificadas ainda a Proposta Pedagógica do Ensino Fundamental, Ensino Médio Regular e do curso Técnico em Informática os quais compuseram parte das fontes de pesquisa. Como também, consultei os Projetos Sociais nos quais foram observados, principalmente, o objetivo, o público alvo e a periodicidade dessas ações. Vale ressaltar que a consulta aos documentos teve como foco registrar a finalidade do IPAESE, ou melhor, qual o sentido de existência deste.

Para responder à segunda pergunta da pesquisa, realizei uma busca bibliográfica que tratasse sobre o tema, porém, me deparei com uma escassez de fontes. Assim, utilizei registros de telejornais e matéria jornalísticas escritas e publicadas em jornais locais. A observação desses elementos teve como objetivo verificar as contribuições e os desafios do IPAESE. Vale ressaltar que o material didático e os noticiários jornalísticos, disponíveis em sites, se somaram a fontes como registros documentais e históricos dos principais momentos da história do IPAESE.

Seguindo o curso da pesquisa, foram consultados os documentos oficiais do Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), nos quais constam as primeiras atividades do Instituto. Outros documentos consultados foram os Projetos Político Pedagógico do INES e do IPAESE. A leitura destes documentos teve como finalidade identificar a ocorrência de singularidades entre o IPAESE e INES. A escolha do INES se deu pela característica deste, uma vez que se constitui referência Internacional de educação de surdos no Brasil, além de ser a mais antiga escola para surdos no desenvolvimento de atividades sociais para esse grupo.

Com a leitura dos documentos, elenquei os itens pertinentes para a composição desta pesquisa, no sentido de identificar as singularidades das ações desenvolvidas no IPAESE e no INES. Como critério de seleção, foram priorizados os itens relacionados ao: a) ano de fundação; b) ano de elaboração do PPP; c) análise das língua 1 e língua 2; d) proposta de ensino; e) serviços prestados; f) componentes curriculares; g) atribuição de notas; h) atendimento clínico ofertado; i) ações de difusão da Libras; j) caráter da instituição; l) educação ofertada; m) formação profissional; n) ações de inclusão do surdo no mercado de trabalho; o) pessoas mantenedoras; p) horários de funcionamento e q) perfil docente e do público atendido.

Foi possível, também, acessar um relatório de gestão do INES, disponível em seu site oficial e datado de 2011⁵. As afirmações encontradas no documento dizem respeito ao caráter da instituição e apresentam registros das ações desenvolvidas pelo INES. Documento que auxiliou no entendimento das ações no INES dentro do marco temporal delimitado para esta pesquisa. Além desse documento, para saber como estava a movimentação do INES no tocante à contratação de docentes e de outros profissionais, busquei registros de concursos realizados pelo INES no site do Diário Oficial da União (DOU), no qual pude atestar a ampliação na oferta dos serviços especializados para surdos.

Tendo em vista a necessidade de registrar as ações do INES, investi na procura pelas produções científicas divulgadas pelo Instituto. Nessa seara, encontrei

⁵ INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. **Relatório de gestão**: exercício de 2000. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/doc/spo/relatgestao/INES1520052000.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

periódicos com registro de pesquisas que objetivam, principalmente, apresentar abordagens sobre surdez. Munida dos documentos referenciados acima, organizei um quadro comparativo das atividades desenvolvidas nos dois Institutos: INES e IPAESE.

Durante a organização do material e comparação dos itens, foi possível descrever as similaridades existentes entre os dois institutos concluindo, dessa forma, a resposta para a segunda questão da pesquisa.

Entre os elementos comparados estavam: elaboração dos Projetos Político Pedagógico analisados, *status* da Libras e da Língua Portuguesa no interior nos Institutos estudados, público alvo, proposta de ensino, serviços prestados, componentes curriculares, atribuição de notas, atendimento clínico, ações de difusão da Libras, caráter da instituição, tipos de educação ofertada, oferta de formação profissional, ações de inclusão do surdo no mercado de trabalho, pessoas mantenedoras, horários de funcionamento, perfil docente, tipos de públicos atendidos e o perfil do aluno.

O trabalho está estruturado de forma a contemplar os objetivos e as questões norteadoras. Então, a abordagem está dividida em quatro seções específicas. Na primeira seção, consta a apresentação do referencial teórico dos principais autores e conceitos da área investigada. Outro elemento trabalhado na introdução refere-se às produções que apresentam as mais recentes pesquisas na área da surdez e da educação bilíngue, no Brasil e em Sergipe.

Na segunda seção, a abordagem elaborada visa a identificar o sentido de existência do IPAESE ligados à trajetória histórico-educacional do Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo em Sergipe, bem como responder à seguinte questão: qual o sentido de existência ligado à trajetória histórico-educacional do IPAESE?

Para melhor exatidão da abordagem, foi elaborado um levantamento histórico do IPAESE. Em seguida, a apresentação dos objetivos e toda a direção das ações para atender às pessoas com surdez. Além de contemplar o perfil das práticas educativas, a divisão dos ciclos educacionais, além de referenciar os projetos desenvolvidos no IPAESE e o perfil de educação aplicada no IPAESE.

Na terceira seção, a pesquisa trata de verificar as singularidades, contribuições e os desafios do IPAESE para o fortalecimento da identidade surda e disseminação

da Libras. Essa parte do estudo responde à segunda questão problema, a saber: quais as singularidades, contribuições e os desafios do IPAESE como instituição de caráter formador e social para a história da comunidade surda em Sergipe? Para isso, um levantamento histórico e documental foi realizado, além destes, foram valorizados os registros de entrevista dos representantes do IPAESE, divulgados em meio televisivo e impresso.

Por fim, apresentei os resultados da pesquisa e a verificação da hipótese elaborada, bem como, as ações do Instituto contribuíram para a difusão da Libras e também para a formação, inclusão e promoção da pessoa com surdez no Estado de Sergipe.

2 SENTIDOS DO IPAESE

2.1 A Existência do IPAESE

Nesta seção, localiza-se o sentido de existência do IPAESE ligados à trajetória histórico-educacional do Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo em Sergipe, a qual visa a responder à seguinte questão: quais os sentidos ligados à trajetória histórico-educacional do IPAESE?

O Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe, enquanto Associação, foi fundado em 27 de dezembro de 2000. O IPAESE teve sua primeira sede localizada no município no Aracaju/SE. Trata-se de uma instituição sem fins lucrativos com atividades regularizadas pelas Leis Civas, registrada com o CNPJ nº 04.211.650/0001-37, o qual é regido pelo Estatuto Social.

Figura 1: Primeira Sede do IPAESE



Fonte: IPAESE, 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pVvh9xVJLFA>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

O segundo registro do IPAESE é de 2013, quando o Instituto surgiu da preocupação dos “pais com a educação formal e a vida profissional dos filhos surdos”. Tal preocupação teve como elemento motivador a falta de oferta por atendimento especializado para os surdos, pois o estado, município e rede particular de ensino não contavam com atendimento educacional para estes. Como se verifica, os pais de surdos envolveram-se na causa e iniciaram o movimento para a formação de seus filhos.

O envolvimento dos pais se verifica também na disponibilidade do local para funcionamento do Instituto, pois a primeira sede do IPAESE foi uma residência situada no bairro São José, cedida por uma mãe de aluno. As atividades do IPAESE foram desenvolvidas nessa casa desde a sua fundação até junho de 2003. No primeiro ano de funcionamento, o Instituto contava com o quantitativo de seis alunos, de forma gradativa esse número foi aumentando.

Com o passar do tempo e a divulgação das atividades do IPAESE, o volume de alunos cresceu e as instalações da casa na qual as atividades eram desenvolvidas,

ficou pequena para atender a todos. Dessa forma, para melhor acomodação dos alunos, foi necessário que o Instituto passasse a funcionar em outro espaço.

A partir de então, o IPAESE passou a funcionar na Segunda Igreja Batista de Aracaju, onde permaneceu durante o período de julho de 2003 a outubro de 2007. Mais uma vez, o quantitativo de alunos aumenta, o que acarretou na busca por outras instalações. A partir de então, o IPAESE passou a funcionar em sede alugada na Avenida Mário Jorge Menezes de Vieira, nº 3.172, no Edifício Gerovina Veiga, Bairro Coroa do Meio.

Figura 2: Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe



Fonte: Acervo pessoal, 2017.

O IPAESE desenvolveu as atividades no mesmo prédio até junho de 2017, quando, por motivos financeiros, passou a desenvolver as suas atividades no prédio da Segunda Igreja Batista em Aracaju, situada na Rua Duque de Caxias, nº 448, Bairro São José.

A escola do Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe é denominada como de educação bilíngue, posto que tem como língua de instrução a Libras, tendo em vista que o público alvo é a pessoa com surdez. Conforme dados do Senso Escolar/INEP, a estrutura física do Instituto, enquanto funcionou na sede, Avenida Mário Jorge Menezes de Vieira, nº 3.172, Bairro Coroa do Meio, incluía acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, biblioteca, cozinha, laboratório de informática, sala para Diretoria e professores, internet banda larga, além de computadores para docentes e discentes.

Figura 3: Atual instalação do Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo



Fonte: Acervo pessoal, 2017.

No ano de 2017, o IPAESE tinha como Presidente Ana Lucia Nunes Oliveira; Vice Presidente Carina Marri Alves Santos; Diretora Pedagógica Georgina Maria Brandão Macedo Poderoso; Diretor Administrativo Thiago de Souza Oliveira; Secretária Maria de Fatima Pereira Ferreira e como Presidente do Conselho Fiscal Leila Vilma Pereira Gomes. Durante a análise documental e estudo do Estatuto foram verificadas duas datas. A primeira indica a fundação da Associação, uma das mantenedoras da escola denominada Instituto Pedagógico de Apoio a Educação do Surdo de Sergipe – IPAESE. A data de registro para fins de comprovação legal do reconhecimento é do ano de 2012, fato que delimitou o marco temporal da pesquisa. O registro do Estatuto Social (Anexo 1) e a Certidão da Instituição (Anexo 2) foram realizados no Cartório do 10º Ofício, em Aracaju.

Há no documento o registro dos nomes de pessoas que participaram da análise e aprovação do referido Instituto. São elas, o presidente do IPAESE, Flávio Antônio Santos, a advogada responsável pela análise e aprovação do texto, Aryadne

Martins Soares Bohrer, além da pessoa responsável pelo registro no Cartório, Vânia Elisa de Carvalho Paixão Santos, conforme prescrito na certidão em anexo.

De acordo com os registros encontrados no Regimento Escolar do IPAESE, desde o início das atividades desenvolvidas pelo Instituto, a família dos surdos esteve presente, uma vez que era com “[...] doações de pais de alunos, contribuições de associados, conforme estatuto da mesma, convênios com os poderes públicos, com empresas e trabalhos de voluntários” (IPAESE, 2011, p. 3), que o IPAESE se mantinha.

Além disso, verifica-se também, nesse documento, a contribuição de instituições e ou entidades como o poder público, tal informação sugere que, de fato, os surdos não tinham, na época em questão, atendimento específico que atendesse às suas necessidades básicas. Ao que parece, uma vez que o poder público, estado e município, não ofertavam os serviços, portanto, cabia aos referidos poderes auxiliar essa instituição a ofertar atendimento às pessoas com surdez.

Para prestar os serviços às pessoas com surdez, o IPAESE contou não somente com o apoio do poder público, mas também, com o apoio de instituições como: Unicred, Lions *Clubs International*, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Banco do Estado de Sergipe (BANESE) e BANESE Card, Prefeitura de Aracaju, Governo do Estado de Sergipe, os quais auxiliaram a manter as atividades por ele desenvolvidas.

Vale destacar que a busca por parcerias é um indicativo de que o IPAESE, possivelmente, não tinha condição financeira de arcar com todas as despesas provenientes das atividades ali desenvolvidas⁶. Por outro lado, o retorno positivo daqueles que se somaram ao Instituto para colaborar com a promoção da pessoa com surdez, sugere a importância e reconhecimento pelo serviço prestado, além da credibilidade que foi dada ao Instituto.

Apesar dos atendimentos realizados pelo IPAESE não se restringirem às ações educativas para o surdo, todas as ações visam à promoção da qualidade de vida dos surdos, visto que, tenciona mobilizar e envolver a comunidade em geral com a questão da surdez. Assim, o Instituto realiza atividades de formação profissional e inclusão social, promove ações que buscam esclarecer aos pais e à comunidade em geral sobre o que é a surdez e quais são os cuidados que devem ser oferecidos a

⁶ Este item será tratado mais detidamente na etapa em que se descreve os desafios do IPAESE,

essas pessoas. Além disso, atua na divulgação da Libras, língua materna dos surdos brasileiros.

A leitura e análise dos objetivos do IPAESE permite compreender a preocupação e constante inclinação deste de atuar em prol daqueles que são o sentido de sua existência, os surdos.

2.2 Objetivos do IPAESE

Ainda com o intuito de identificar os sentidos de existência do IPAESE, pesquisei o Estatuto Social na perspectiva de identificar no referido documento, se os objetivos do IPAESE tinham como foco a pessoa com surdez. Nesse documento, foram encontrados capítulos que tratam sobre o regimento do IPAESE, o qual versa sobre os seguintes temas: denominação, sede, área, natureza e duração; da finalidade e objetivos; dos Associados, direitos, deveres e responsabilidade; da administração; das eleições; do patrimônio; das receitas e das despesas; dos livros; da Dissolução; das disposições gerais; da denominação, sede, área, natureza e duração; da finalidade e objetivos; categoria dos associados; da admissão; dos direitos dos associados; dos deveres dos associados; das penalidades; da assembleia geral; da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Entre as partes apresentadas no Estatuto, optou-se pela seleção do capítulo II, uma vez que neste são apresentados os objetivos e finalidades do IPAESE. Destaco, antes da abordagem que o IPAESE foi pensado tendo em vista a ausência de escolas regulares especializadas em educação para surdos em Sergipe.

Outro elemento que cabe ressaltar é que em Aracaju, diante da realidade educacional no estado de Sergipe, o IPAESE busca, principalmente, 'promover a educação' dos surdos.

Assim sendo, entende-se que em caso de existência do atendimento educacional dos surdos em escolas da rede Municipal, Estadual e ou Federal o IPAESE não teria iniciado suas atividades e sendo, portanto, os surdos e as pessoas com deficiência auditiva, o principal público para a razão de sua existência. Além de promover a educação para surdos, outro item que permeia o atendimento à pessoa com surdez, desde a inauguração do Instituto, é o atendimento de

[...] assistência social com características de atendimento, de assessoramento e da defesa e garantia de direitos e saúde aos

surdos e seus familiares, assegurando a universidade do atendimento e demonstrando a transparência nas suas ações, [...]. (IPAESE, 2012, p. 1).

O fato de encontrar no documento analisado alusão à promoção da assistência social para os surdos, pelo IPAESE, remete a uma realidade de exclusão social, não só na área da educação, mas também na prestação de outros serviços essenciais à população e dos quais, possivelmente, os surdos não eram atendidos.

Na época em questão, ano de 2012, a sociedade também contava com a existência da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (APADA), a qual segundo Nascimento (2016, p. 293) “[...] foi criada em 21 de junho de 1991, a partir da atuação de Maria Lygia Maynard G. Silva pela necessidade de acolher sua filha”. A necessidade de ampliação do atendimento se fazia presente e constante possivelmente dada a escassez da oferta dos serviços e a quantidade de surdos na sociedade. A afirmativa tem como base as leituras realizadas em documentos e as entrevistas apresentadas ao longo dos anos pelo IPAESE.

A APADA atuava com a oferta de serviços na área educacional para os surdos. Prestava o serviço de reforço escolar para alunos surdos matriculados em escola regular de ensino. O atendimento consistia em disponibilizar professores, com conhecimento em Libras, os quais auxiliassem os alunos na realização das atividades solicitadas pela escola regular.

O atendimento na APADA ocorria em turno contrário ao que o aluno estava matriculado. Assim como o IPAESE, a APADA desenvolvia projetos de atendimento aos pais e disseminação da Libras para a sociedade bem como no encaminhamento dos surdos para o mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, é possível precisar que, na época em questão, as pessoas com surdez não dispunham de atendimento adequado no que se refere ao atendimento educacional. Ademais, é possível também identificar que estes contavam menos ainda com a existência de escolas de formação profissional para surdos e programas de inclusão destes no mercado de trabalho. Nesse contexto, o IPAESE voltou-se para os surdos e teve como principais objetivos, conforme seu Regimento Escolar

I - Promover a Educação Regular, nas modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio do Nível Técnico com profissionais especializados habilitados na forma da Lei, garantindo à

criança e ao adolescente desenvolvimento pleno de sua pessoa, para o exercício consciente da cidadania e qualificação para o trabalho [...].

II - Promover a defesa e a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, especificamente surdas, executando projetos ou programas de direitos sócio -assistenciais na forma da lei [...].

III - Possibilitar habilitação e reabilitação dos surdos, crianças e adolescentes, e a promoção de sua integração à vida comunitária [...]

IV – Efetuar parcerias e intercâmbios com instituições privadas e públicas, firmadas mediante ajustes ou instrumentos de colaboração e que prevejam a corresponsabilidade das partes em prestação de serviços de acordo com a lei vigente.

V – Promover o ensino e a prática desportiva com a realização de atividades esportivas, culturais e recreativas. (IPAESE, [2012], p. 1).

Enquanto Associação, o IPAESE objetivou não apenas promover a educação dos surdos, como também, defender e garantir seus direitos, inclusive, propiciar a inclusão dos surdos por meio da interação destes com seus pares, através da convivência dos surdos, inclusive, com a sociedade em geral.

No Regimento da escola IPAESE estão descritas seções que tratam sobre: a estrutura e funcionamento; a identificação do estabelecimento de ensino; o compromisso da instituição; o nível e sistemática de ensino; a gestão escolar; a organização administrativa e técnico-pedagógica; a gestão escolar; o regime e funcionamento; o horário de funcionamento e das constituições de turmas e, por fim, a matrícula.

Além da classificação e reclassificação dos alunos; o currículo e os programas; o sistema de avaliação da aprendizagem; a recuperação paralela e final; a transferência e da adaptação; a expedição de certificados; o regime de disciplina escolar; dos corpos: docente, técnico pedagógico, terapeuta, administrativo e pessoal de apoio.

Outros aspectos apresentados foram: os direitos e deveres do corpo docente, técnico e pessoal de apoio; os direitos, deveres e proibições do corpo técnico pedagógico; os direitos e deveres do pessoal de apoio; os direitos, deveres e proibições do corpo discente; das sanções; do corpo docente, técnico pedagógico, terapeuta, administrativo e de apoio; do corpo discente e das disposições gerais e transitórias. Destes, foi selecionado o item que trata sobre o compromisso da

instituição para que pudéssemos identificar o perfil do Instituto. No documento, Regimento Escolar, observa-se que o IPAESE tem como objetivo principal

[...] integrar o aluno à sociedade de modo que o mesmo se torne apto ao exercício pleno da cidadania respeitando e exigindo seus direitos, cumprindo seus deveres com graus de excelência e atitudes de solidariedade e cooperação (IPAESE, 2011, p. 4).

Ao ressaltar os objetivos do IPAESE, é possível identificar a preocupação em atender àqueles que são o sentido de sua existência, as pessoas com surdez. O atendimento educacional inicia com a promoção de ensino nos diferentes níveis escolares. O campo de atuação educacional contempla Educação Infantil, Ensino Médio e o curso técnico profissionalizante.

Já referente às atividades sociais, descritas no Estatuto, há fragmentos passivos de atenção, pois nestes o IPAESE apresenta-se como instituição que tem caráter de garantir o exercício pleno da cidadania, bem como a “garantia dos direitos” das “pessoas surdas”. Sobre esse aspecto, fica claro o registro da responsabilidade assumida pelo IPAESE, no fito de atender aos surdos, promovendo-lhes melhor qualidade de vida.

É prudente, portanto, lembrar que tais cuidados do IPAESE podem indicar que, em Aracaju, até a data de inauguração do Instituto, as pessoas com surdez não tinham seus direitos assegurados, nem dispunham de escolas bilíngues que atendessem suas necessidades educacionais. Além disso, aventa-se pensar a possibilidade de que o contexto social da época os excluía, de modo que os impediam de exercerem a cidadania de forma integral.

Atualmente, o IPAESE funciona em dois turnos, manhã e tarde, em regime anual. A composição de cada ano escolar tem no mínimo 200 dias letivos. O cumprimento deste pode ser em sala de aula ou com a realização de outras atividades pedagógicas em turno contrário ao que o aluno está matriculado, conforme seu Regimento Escolar:

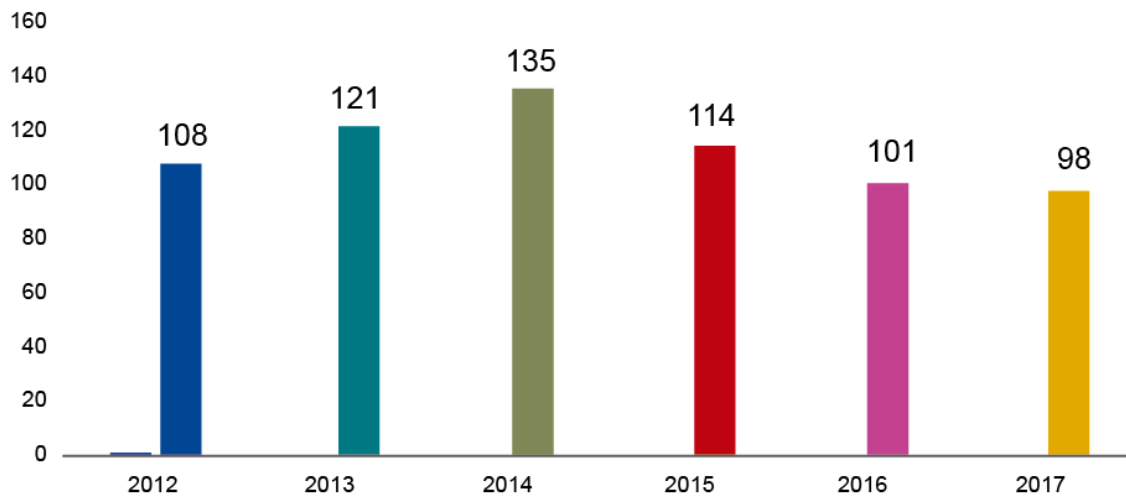
O IPAESE oferece em caráter facultativo para o aluno, no horário contrário, atividades de apoio pedagógico, oficial de: leitura, escrita, dança, teatro, culinária, artesanato, tecnologia visual e acompanhamento terapêutico com profissionais especializados (IPAESE, [2012], p. 4).

Os dados apresentados nos gráficos que se seguem são oficializados pelo Ministério da Educação e estão disponíveis ao público, os quais podem ser consultados a qualquer tempo. A busca na base de dados prevê estar se tratando do

[...] principal instrumento de coleta de informações da educação básica e o mais importante levantamento estatístico educacional brasileiro nessa área. É coordenado pelo Inep, órgão vinculado ao Ministério da Educação, e realizado em regime de colaboração entre as secretarias estaduais e municipais de educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país (INEP, 2015, [n.p.]).

Com a observação dos dados apresentados na plataforma do INEP, foi possível traçar uma linha indicativa da quantidade de alunos matriculados no IPAESE nos últimos anos. Para a seleção dos dados, foram contempladas as áreas da educação, podendo considerar, também, a Educação Inclusiva e Educação Especial. A busca tem como principal objetivo a amostragem do quantitativo da comunidade surda do IPAESE (professores, alunos e equipe pedagógica) no período de 2012 e 2017.

Gráfico 1: Quantidade de alunos matriculados entre 2012-2017



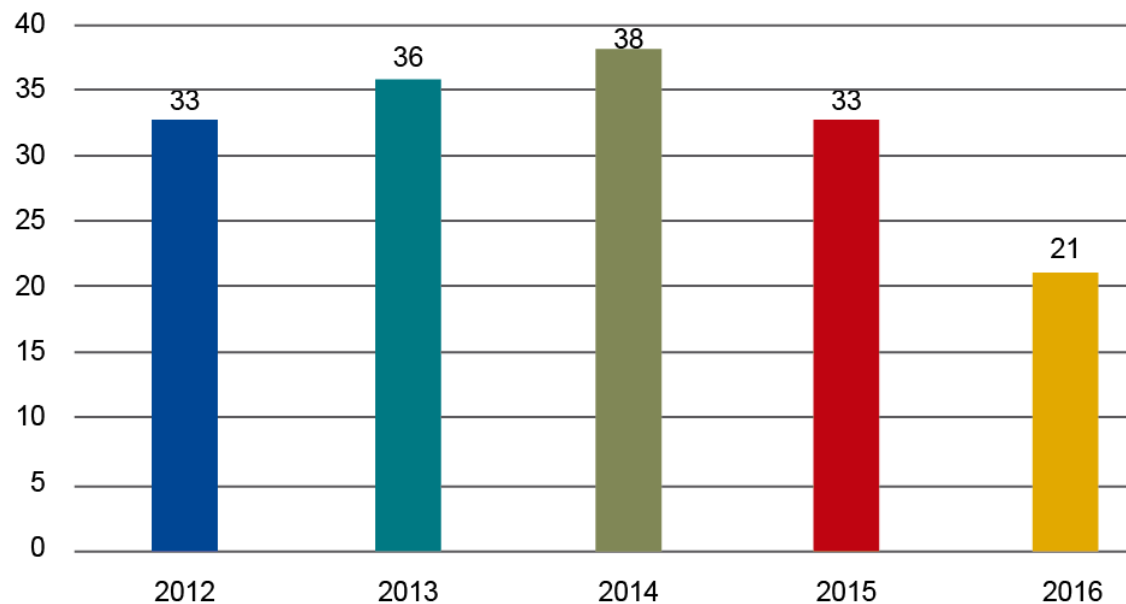
Fonte: Disponível em: < <http://www.qedu.org.br> > Acesso em : 8 jul. 2017.

Em observância à base de dados do INEP, é possível identificar uma movimentação quanto ao número de alunos matriculados no IPAESE, entre os anos de 2012 e 2017. Notadamente, do ano de 2012 para o ano de 2013, a diferença de alunos matriculados foi de 13 estudantes.

Entre os anos de 2012 e 2014 contou com a diferença de 27 alunos matriculados. Porém, no ano de 2015, houve uma redução no número de alunos matriculados. O mesmo ocorreu nos anos de 2016 e 2017, o número de alunos matriculados foi inferior ao que se apresentava em 2012.

A plataforma também possibilitou identificar o quantitativo de profissionais que desenvolveram atividades pedagógicas no IPAESE durante o marco temporal da pesquisa. Sobre os professores, importa-nos retratar que são profissionais habilitados para o exercício do magistério. A formação docente nas diferentes áreas do ensino não é o único pré-requisito solicitado pela escola para fins de contratação docente. Além da formação acadêmica, para ser contratado pelo IPAESE, é necessário possuir conhecimento e habilidades na comunicação com o uso da Libras.

Gráfico 2: Quantidade de Funcionários do IPAESE (2012 -2016)



Fonte: Disponível em: < <http://www.qedu.org.br> Acesso em : 8 jul. 2017.

A amostragem considera o número de professores, secretários, porteiro, coordenadores, serventes e outros. Os dados indicam que no período de 2012 a 2014 as contratações aumentaram, de modo contrário ao que ocorreu entre 2014 e 2016. Não foi possível confirmar, com exatidão, a quantidade de funcionários contratados para o ano de 2017.

Além da redução na contratação de funcionários, também notou-se um decréscimo significativo na quantidade de alunos matriculados no período de 2015 a 2017. Em conformidade com os números apresentados no Quadro 2, pode-se observar também que no ano de 2015, o Instituto contava com o quantitativo de 33 alunos matriculados. Já em 2016, o registro foi de apenas 21 alunos regularmente matriculados, o menor registro desde 2012.

Na comparação entre os Gráficos 1 e 2 identifica-se que no período de 2012 e 2016 o IPAESE teve uma variação não só na quantidade de alunos matriculados, como também, na quantidade de profissionais para a prestação de serviços. O ano de 2014 apresentou o maior registro de contratados e matriculados, em 2016, dados registram um número muito inferior, inclusive ao ano de 2012.

As atividades realizadas na escola pela equipe pedagógica são de responsabilidade da Associação formada por pais de surdos e pessoas ou empresas que apoiam a educação do surdo em Sergipe. Assim, como a Associação do IPAESE, a escola também desenvolve ações direcionadas à promoção, inclusão dos surdos e difusão da Libras.

Durante a leitura e análise do Regimento Escolar do IPAESE foi observada a coerência entre este e o que se observa na prática. Por isso, pode se afirmar que tanto a escola quanto a Associação do IPAESE contribuem para a inclusão do surdo, visto que têm como objetivos

- I. Desenvolver a capacidade de aprender do aluno, tendo como meios básicos a compreensão de leitura, o domínio da escrita, do cálculo e, sobretudo a forma de se comunicar.
- II. Fazer o aluno compreender o ambiente natural e social, da tecnologia das artes e dos valores em que fundamentam a sociedade, buscando a sua identidade pessoal e nacional.
- III. Fortalecer os vínculos de família, os laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca.
- IV. Desenvolver a aprendizagem do aluno, tendo em vista o conhecimento e a valorização de si mesmo, quanto ao sentido de confiança em sua capacidade afetiva, física, motora, ética e estética.
- V. Desenvolver a capacidade do aluno de questionar a realidade, utilizando o pensamento lógico, a criatividade, a intuição na solução de problemas.
- VI. Desenvolver a capacidade do aluno em adquirir conhecimento utilizando novas fontes de informação e recursos tecnológicos, buscando o seu ajuste e adequação às atividades que o momento exige.
- VII. Enfatizar as interações intelectuais com o meio, permitindo edificação do desenvolvimento global da criança nas áreas sensoriais-perspectiva, edificação e construção evolutiva das estruturas lógicas do pensamento.
- VIII. Capacitar os alunos para o trabalho visando a sua efetiva inserção no mercado de trabalho.
- IX. Capacitar os alunos para o ingresso o Ensino Superior (IPAESE, 2012, s/p).

Ainda segundo o Regimento Escolar, apesar de usar a Libras como língua de instrução ou L1, a escola não priva o aluno ouvinte de se matricular nessa unidade de ensino, pelo menos é o que se pode verificar no Regimento da escola no Artigo 30, o qual trata dos documentos necessários para realizar a matrícula:

- I. Apresentação da Certidão de Nascimento;
- II. Fotos 3x4;

- III. Guia de transferência;
- IV. Declaração válida até 30 (trinta) dias;
- V. Atestado médico, habilitando o aluno à prática de Educação Física;
- VI. Cópia de exames de audiometria para alunos surdos;
- X. Contribuição de matrícula (IPAESE, 2011, s.p.).

A observação descrita no documento incide sobre a questão da possibilidade de um aluno ouvinte fazer a matrícula na escola, o que afasta a possibilidade de classificar o IPAESE como escola exclusiva para surdos. Contudo, se um aluno ouvinte estiver matriculado nessa escola, fará uso da Libras como L1, assim como os demais alunos. O texto retrata o direcionamento de ações que visam à inclusão dos surdos na sociedade, bem como a promoção profissional destes.

2.3 Práticas Educativas do IPAESE

O outro documento consultado nesta pesquisa foi a Proposta Pedagógica do Ensino Fundamental, Ensino Médio Regular e do curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, o qual consiste na mescla de diferentes correntes e práticas pedagógicas. Durante a análise da Proposta Pedagógica do Instituto, identificou-se que o IPAESE

[...] não segue uma linha de raciocínio e de desenvolvimento, bem como não optou por linhas teóricas piagetianas, montessorianas, pesquisas de Vygotsky e outros. Porém, nos apropriamos de todo conhecimento produzido por estes pesquisadores, que muito nos auxiliam a repensar o nosso fazer pedagógico (IPAESE, [2012⁷], p. 3).

A educação para surdos está em processo de consolidação e requer estudos para apropriação do conhecimento e desenvolvimento de técnicas e práticas específicas ao atendimento, principalmente pelo caráter formador composto especificamente pela estrutura da língua de instrução. A riqueza da prática pedagógica adotada pelos docentes no IPAESE está justamente na observância do perfil do aluno.

⁷ A informação foi extraída da Proposta Pedagógica do IPAESE, como não consta data de elaboração no documento, optou-se pela inclusão da data provável.

No que se refere à Deficiência auditiva (DA), o MEC assim conceitua como a perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala através do ouvido.

A classificação da perda auditiva inicia-se com o grau leve (25 a 40db), moderado (40 a 55db), acentuado (55 a 70db) e profunda (acima de 90db) (SOUZA, 2005, p. 47). Nessa perspectiva, faz-se necessário a adequação das práticas para alcançar o ensino, até porque, ainda na tentativa de prestar os melhores serviços educacionais à comunidade surda, a escola (professores) usa como base a classificação dos diferentes tipos e graus de surdez, que não só caracterizam para o docente o estado do aluno em relação à perda auditiva (diagnóstico), ademais apresentam informações sobre a capacidade de percepção e compreensão do surdo (em relação aos sons) e, ainda, o tipo de necessidade educacional desse aluno. Essa prática facilita a escolha de abordagem e trato do professor com o aluno.

Quadro 3 - Grau de perda e a necessidade educacional do surdo

NÍVEL DE PERDA	EFEITOS DA PERDA E COMPREENSÃO DA LINGUAGEM E DA FALA	NECESSIDADES EDUCACIONAIS E PROGRAMAS
Perda leve De 24 a 40 dB	Dificuldade de ouvir a voz baixa e apresenta alguma dificuldade com a linguagem.	A criança deve frequentar a escola de ensino regular. Pode se beneficiar com o uso de prótese. Necessita de atenção no desenvolvimento da linguagem. Necessita de um Fonoaudiólogo.
Perda moderada De 41 a 55 dB	Capta cerca de 50% das discussões entre colegas, isto se o interlocutor estiver colocado face a face.	A criança deve receber educação especial (classe especial) para ter apoio. Necessita usar prótese, fazer treinamentos auditivos e de leitura labial, além da correção de fala.
Perda moderadamente severa De 56 a 70 dB	Apresenta dificuldade para compreender a conversação em voz alta.	Educação Especial. Necessita de ajuda nas habilidades de linguagem, vocabulário, desenvolvimento da leitura e gramática. Ajuda de prótese e LIBRAS.
Perda severa de 71 a 90 dB	Mostra aptidão para discriminar vogais, sons ambientais, N50 discriminam totalmente consoantes. Apresenta dificuldade de fala e linguagem oral deficiente.	A criança necessita de educação especial para receber apoio. Deve frequentar programas especiais ou escolas que enfatizem as habilidades da linguagem e necessita de LIBRAS.
Perda profunda acima de 90 dB	Não percebe e nem identifica a voz humana. Tem dificuldades de fala e linguagem oral. Discriminam totalmente as vogais.	A criança necessita de educação especial para receber apoio. Deve frequentar programas especiais ou escolas que enfatizem as habilidades da linguagem e necessita de Libras.

Fonte: Projeto Político Pedagógico do IPAESE, 2011.

Esses dados são usados para o direcionamento das atividades na busca de melhor atendimento educacional das crianças, com base nos diferentes graus de surdez. Desse modo, compreende-se que cada aluno tem a sua necessidade específica. Tais informações auxiliam na escolha da melhor abordagem educacional e revela a necessidade do trato diferenciado, portanto, o atendimento padrão e uniforme não deve ser valorizado durante a prática pedagógica, mediante ao aluno

com surdez, visto que, deve ser levado em consideração a condição auditiva na qual se encontra o aluno.

Embora seja respeitado o diagnóstico médico, culturalmente, essas diferenças não são vistas como classificatórias. Na maioria das vezes, o que importa é saber se os usuário de Libras são considerados pela comunidade surda como surdos e os não usuários de Libras como membros da comunidade ouvinte.

2.4 Ciclo Educacional

Conforme mencionado, o compromisso assumido pelo IPAESE com a educação contempla a Ensino Infantil Ensino Fundamental e o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio. Após a conclusão das três etapas propostas pelo IPAESE, o surdo segue desenvolvendo suas habilidades linguísticas, sociais e profissionais em outras instâncias da sociedade. Os ciclos estão divididos conforme apresentado no quadro abaixo:

Quadro 4: Ciclos Educacionais do IPAESE

CICLO	DESCRIÇÃO
Ensino Infantil	<p>A educação é um direito social; – partindo desse princípio, o IPAESE se compromete em ofertar aos alunos do Ensino Infantil uma educação bilíngue onde se predomina o ensino da LIBRAS – primeira língua dos surdos – como língua de instrução e, conseqüentemente o Português como segunda língua.</p> <p>Desenvolvemos ações pedagógicas com o objetivo de socializar os alunos e mediar sua relação com os seus familiares. Dispomos de atendimento fonoaudiólogo e psicológico para facilitar o processo de ensino aprendizagem.</p>
Ensino Fundamental	<p>Ao considerar que a comunicação é o instrumento vital de integração entre os seres humanos, faz-se necessário "quebrar" as barreiras impostas, em especial, à comunicação surda.</p> <p>A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é considerada um sistema de comunicação eficaz e facilitador para os surdos, por isso o IPAESE procura desenvolver sempre um trabalho que envolva não só os alunos e professores, mas também toda a comunidade.</p> <p>Assim, a inclusão social passa a ser vista como um processo de adaptação da sociedade para com as pessoas com necessidades especiais, preparando nossos jovens para desempenharem seus papéis como agentes transformadores da realidade atual.</p>
Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio	<p>Como etapa final da Educação Básica, no Ensino Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio o jovem surdo deve, mais do que dominar conteúdos, aprender a se relacionar com o conhecimento de forma ativa, construtiva e criadora. Para isso, o currículo do Ensino Médio Técnico ancora-se nos seguintes princípios pedagógicos: identidade, diversidade e autonomia, interdisciplinaridade e contextualização.</p> <p>No IPAESE, o Ensino Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio é planejado em consonância com as características sociais, culturais e cognitivas dos adolescentes surdos. A escola e o professor são considerados os responsáveis pela organização de situações que permitam aos alunos estabelecer uma relação proveitosa e agradável com o conhecimento.</p> <p>Perseguindo esse propósito e visando a superar a dicotomia entre conhecimento geral e específico, entre ciência e técnica na construção do conhecimento, promovem-se diversos momentos de formação e estudo, desenvolvidos pelas equipes da Instituição, desencadeando ações para que a cultura técnica e a geral sejam incorporadas plenamente pelos alunos e pelos educadores, tendo em vista a melhoria das condições de ensino e aprendizagem.</p>

Fonte: Disponível em :< <http://www.ipaeae.org.br> > Acesso em; 17 jun. 2017.

O Instituto, identificando a importância da Libras para os surdos, busca atender às necessidades destes, desde o primeiro ciclo educacional denominado

Ensino Infantil. Com o uso da Libras visa-se à socialização da criança surda já no primeiro momento educacional, além de ofertar o atendimento psicológico e sociológico. Esse atendimento é ofertado o quanto antes e prevê diminuir as barreiras linguísticas ou emocionais que possam surgir por causa da surdez.

O segundo ciclo ou Ensino Fundamental prevê o desenvolvimento dos surdos no sentido de que estes ampliem habilidades necessárias para transformar a realidade na qual se encontram, cabe lembrar que, o IPAESE foi fundado, possivelmente, diante de contexto social desfavorável, uma vez que, conforme indicações descritas nos documentos já mencionados, a sociedade não ofertava serviços básicos para a inclusão e promoção dos surdos.

Por isso, o segundo ciclo é de crucial importância, principalmente porque visa a prepará-los para buscarem melhores condições de vida. O IPAESE reconhece a importância e valoriza o uso e ensino da Libras nas escolas, como identificado no primeiro ciclo. Talvez, essa preocupação decorra da percepção de que a acessibilidade comunicacional do surdo perante a comunidade ouvinte seja deficitária, no instante em que elementos estritamente dependentes da audição para o repasse de informações representam

a falta do sentido proximal da audição, afeta diretamente o processo de comunicação, e, por conseguinte de letramento da pessoa surda porque a construção da linguagem está condicionada à interação com outras pessoas para que possa apropriar-se da cultura e se constituir como sujeitos (MENEZES, 2013, p. 38).

Nessa perspectiva, observa-se a importância do IPAESE para a promoção da pessoa com surdez e contribuição deste para a inclusão dos surdos na sociedade. Mesmo depois de tantos avanços, a comunidade surda ainda precisa lidar com a lei que foi publicada no Diário Oficial de Manaus, em 03 de janeiro de 2018. O texto veta o Projeto de Lei de nº214/2015 que estabelece o ensino da Libras no ensino médio. É nesse sentido que o IPAESE busca estimular a comunidade surda para atuar diante de situações como esta na tentativa de torná-los hábeis para a busca do “[...] exercício pleno da cidadania respeitando e exigindo seus direitos, cumprindo seus deveres com graus de excelência e atitudes de solidariedade e cooperação” (IPAESE, 2011, p. 4).

A integração social dos surdos não depende apenas do surdo desenvolver habilidades referentes à comunicação entre eles, mas solicita certamente, que o

ouvinte também se mobilize, ou seja, seja sensibilizado para manter uma relação de respeito com a pessoa surda.

2.5 Projetos Sociais

As práticas do IPAESE no alcance à família dos surdos e a sociedade são realizadas com a elaboração e realização de Projetos Sociais. Dos documentos analisados, esse foi o terceiro elemento a ser observado para produção da pesquisa. Em tais documentos foram verificados os objetivos e público alvo.

A realização das ações deixam explícitas as intenções do IPAESE e também a coerência entre os objetivos deste e as atividades desenvolvidas. Para a realização dos projetos, o IPAESE busca apoio de outras instituições e recebe o auxílio destas durante a realização dos projetos.

Quadro 5 - Projetos Sociais do IPAESE

PROJETO	OBJETIVOS	PÚBLICO ALVO	AGENCIADORA
Mães de Garra	Implantação do Ateliê de corte e costura equipado e provido do material necessário para a produção de peças de vestuário em larga escala; Capacitação de 20% das mães de alunos surdos em corte e costura; Realização de palestras sobre temas transversais, com vistas a despertar espírito empreendedor e crítico sobre diversos temas; Produzir e expor à venda as peças produzidas.	Mães de surdos.	Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social.
Oi Visualmente Falando	Promover a inclusão social do surdo através da profissionalização dos alunos em técnicas de Comunicação Visual, incluindo as técnicas de Fotografia, além do aperfeiçoamento em vídeo e Edição de Imagem, com vistas ao mercado de trabalho.	Surdos.	Fundação Oi Futuro.
Surdo Sim	Realizar a inclusão escolar para 60 crianças, adolescentes e jovens surdos, promovendo ainda a inclusão digital, bem como a capacitação profissionalizante para a inserção no mercado de trabalho.	Crianças, adolescentes e jovens surdos.	Programa Petrobrás Fome Zero.

Fonte: Disponível em :< <http://www.ipaeae.org.br> > Acesso em; 17 jun. 2017.

Para contemplar o objetivo de fomento da Libras na sociedade, o Instituto

[...] oferece o curso Básico de LIBRAS, com duração de 120 horas, estendido a toda a comunidade sergipana. Ainda é oferecido gratuitamente aos familiares dos alunos o curso de LIBRAS de 80 horas, essencial para a comunicação entre o surdo e sua família. (IPAESE, 2013, s.p.).

Os cursos de Libras são ofertados com periodicidade, previsto no Projeto Político Pedagógico (PPP) do IPAESE, até porque a missão deste é “Ser agente provocador de mudanças na sociedade, quebrando preconceitos, modificando a legislação e criando direitos para a comunidade surda” (IPAESE, 2011, p. 12). Cabe ressaltar que esses projetos não apresentam sistemática de continuidade.

2.6 Educação Bilíngue no IPAESE

A educação bilíngue é uma prática de ensino que vem sendo estudada. Nesse domínio, outro elemento que pode ser classificado é a ausência de uma teoria “concreta” para a alfabetização dos surdos em Libras. Todos os estudos sinalizam para o uso de ensino bilíngue, porém, os professores de surdos ainda estão descobrindo, na prática, como deve ser a abordagem, principalmente, quando se trata de atender a um público tão diversificado como apresentado na “relação entre o grau de perda e a necessidade educacional do surdo”.

De acordo com Fernandes e Rios (1998), Correia e Fernandes (2005), Quadros (1997a, 2005), Góes (1996) e Salles *et al.* (2002) essa proposta de ensino considera a Libras como a primeira língua da criança surda e, portanto, deve ser aprendida o mais cedo possível. Dessa maneira, as práticas da educação bilíngue buscam atender às necessidades educativas do surdo.

Dessa forma, pode-se identificar que o sentido de existência do IPAESE é a pessoa com surdez. Que o IPAESE tem como grande objetivo atender às necessidades básicas dos surdos. O Instituto foi criado por pais de surdos com o objetivo ofertar aos surdos, possibilidades de promoção e inclusão social e profissional. Para isso, o IPAESE vem ao longo dos anos, desenvolve trabalhos de apoio não só para os surdos, mas também para os familiares, professores, tradutores e intérpretes de Libras e para a comunidade em geral. Essas ações promovem a educação e favorecem a comunicação dos surdos com outras pessoas no convívio social, ampliando a possibilidade de inclusão da pessoa com surdez.

3 SINGULARIDADES E DESAFIOS DO IPAESE

3.1 Histórico da educação dos Surdos no Brasil

A apresentação desta seção tem como objetivo responder à seguinte questão: quais as singularidades e desafios do IPAESE? Para isso, será apresentado um breve recorte histórico do Instituto Nacional de Educação de surdos afim de situar o leitor sobre a existência e atuação deste junto à comunidade surda brasileira.

Dessa forma, faz-se necessário refletir sobre a trajetória histórica, na perspectiva em que a educação dos surdos passou por momentos de avanços e retrocessos. Para Soares (1999, p. 106)

[...] a história da educação para surdos começa como um desmembramento da educação geral, ou seja, ela seria uma especialização dos procedimentos do ensino destinados aos normais. Ela retrataria o momento em que a educação geral estaria sendo estendida àqueles que, por apresentarem certas deficiências orgânicas, necessitariam para a obtenção do saber escolar, de alguns procedimentos específicos.

A autora afirma ainda, porém, que há uma divisão específica entre a educação dos surdos e a educação geral, as quais se “complementam”, na medida em que elaboram práticas que têm como foco alcançar os objetivos que se propõem impetrar.

A história da educação de surdos é registrada a partir do século XVIII, quando surgiram os primeiros educadores nessa área, os quais divergiam, no entanto, quanto ao método de ensino mais apropriado. No Brasil, as primeiras movimentações direcionadas para a educação de surdos só foi iniciada em 1855, com a chegada do francês Ernest Huet, no Rio de Janeiro, o qual organizou a escola para educandos surdos, o Imperial Instituto de Surdos Mudos, cujas atividades tiveram início entre 1856 e 1857.

Na perspectiva de refletir sobre a educação dos surdos no Brasil, faz-se necessário proceder a uma espécie de digressão, tendo em vista duas fases delineadas, a saber: o oralismo e o bimodalismo. Na atualidade, observa-se uma terceira, a qual se configura por processo de transição denominado de bilinguismo.

De acordo com Quadros (1997) o oralismo é a primeira comunicação educacional dos surdos. Constitui-se pela proposta de educação baseada nas decisões firmadas durante o Congresso Internacional de Surdo, realizado em Milão. Soares (1999, p. 1) observa o método oral como sendo o

[...] processo pelo qual se pretende capacitar o surdo na compreensão e na produção da linguagem oral e que partem do princípio de que o indivíduo surdo, mesmo não possuindo o nível de audição para perceber os sons da fala, pode se constituir em interlocutor por meio da linguagem oral.

A grande referência desse método foi o pesquisador e ex-professor de surdos, Alexander Granhan Bell, o qual, a princípio, desenvolveu estudos relacionados à acústica e à fonética, mas alcançou destaque através do método oralista. Os estudos de Strobel (2009, p. 25.) indicam que Granhan Bell acreditava que a língua de sinais Libras “[...] destruía a capacidade da fala dos surdos, argumentando que os surdos são “preguiçosos” para falar, preferindo usar a língua de sinais”.

Em Boston, no ano de 1872, Granhan Bell fundou uma escola para “[...] treinar professores de surdos”. (STROBEL, 2009, p. 25). Ainda com base na pesquisa de Strobel, no ano de 1880, com forte influência do professor Granhan Bell

realizou-se [o] Congresso Internacional de Surdo-Mudez, em Milão – Itália, onde o método oral foi votado o mais adequado a ser adotado pelas escolas de surdos e a língua de sinais foi proibida oficialmente alegando que a mesma destruía a capacidade da fala dos surdos, argumentando que os surdos são “preguiçosos” para falar, preferindo a usar a língua de sinais (STROBEL, 2009, p. 25).

A percepção em relação ao método oralista teve como base o pensamento decisivo de pessoas ouvintes, os surdos não participaram das discussões referentes ao assunto. A afirmativa se fundamenta na pesquisa de Strobel quando este relata que o

[...] congresso foi organizado, patrocinado e conduzido por muitos especialistas ouvintes na área de surdez, todos defensores do oralismo puro (a maioria já havia empenhado muito antes de congresso em fazer prevalecer o método oral puro no ensino dos surdos). Na ocasião de votação na

Assembleia geral realizada no congresso todos os professores surdos foram negados o direito de votar e excluídos, dos 164 representantes presentes ouvintes, apenas 5 dos Estados Unidos votaram contra o oralismo puro (STROBEL, 2009, p. 26).

Além de ser o precursor do método oralista, Alexandre Grahan Bell tem seu nome como referência na invenção do aparelho de telefone. Entre os anos de 1874 e 1876, Alexandre Grahan Bell estudou, desenvolveu e apresentou à sociedade o primeiro telefone. A sociedade estava maravilhada com a invenção do pesquisador e professor de surdos, uma vez que, de fato, a invenção do telefone marcou uma nova era nas relações sociais, no que diz respeito à comunicação.

Nesse contexto, foram tecidas algumas reflexões acerca da forma mais adequada de se proceder face à educação dos surdos. Desse modo, definiu-se que o método oral era o mais adequado na educação do surdo e que a utilização de sinais levava a criança à acomodação, uma vez que nesse congresso, a visão oralista defende que só através da fala o indivíduo surdo pode ter seu desenvolvimento pleno e uma perfeita integração social” (SALLES *et al.*, 2002, p. 55).

O oralismo, entretanto, nas suas diversas configurações, com o passar do tempo, foi amplamente criticado, conforme afirma Quadros (1997a, 2006), Salles *et al.* (2002) e Góes (1996), pois acentuava, ao invés de eliminar, a desigualdade entre surdos e ouvintes, além de reduzir as possibilidades de trocas sociais e de desenvolvimento linguístico e cognitivo dos surdos.

Diante desse difícil contexto, surge uma nova concepção por nome de bimodalismo. Quadros (1997) e Góes (1996) entendem que o uso da língua de sinais tem o objetivo de desenvolver a linguagem da criança surda. Essa filosofia utiliza os sinais, dentro da estrutura da Língua Portuguesa, como um recurso para o ensino da língua oral, ou seja, é enfatizado um sistema artificial chamado de português sinalizado. Tal sistema de ensino caracteriza-se, como bimodalismo, isto é, o uso simultâneo de sinais e da fala.

Ainda assim, essa proposta de educação de surdos recebeu críticas. Quadros (1997a, p. 24) explica que “não é possível efetuar a transliteração de uma língua falada em sinal palavra por palavra ou frase por frase – as estruturas são essencialmente diferentes” e Góes (1996) defende que o

bimodalismo desconsidera a língua de sinais e que a sua riqueza estrutural desestrutura também o português.

Essas são as duas primeiras fases que caracterizam grande parte da educação dos surdos no Brasil. Tal realidade pedagógica influencia fortemente a educação dos surdos brasileiros. Dessa forma, mesmo contando com o distanciamento do espaço geográfico, chegam ao Brasil, mais especificamente ao estado de Sergipe, as influências pedagógicas da educação dos surdos.

Embora essas metodologias, ainda sejam utilizadas em algumas escolas, tem-se percebido o quão defasado estão essas propostas. O uso de tais metodologias de ensino, em dias atuais, aponta para a necessidade de estudos aprofundados sobre as etapas do desenvolvimento dos surdos, com o objetivo de buscar novas formas metodológicas para a atuação docente.

Posterior a essas duas fases, surge no Brasil, uma terceira e mais atual, caracterizada por uma proposta educacional bilíngue e bicultural. Fernandes e Rios (1998), Correia e Fernandes (2005), Quadros (1997a, 2005), Góes (1996) e Salles *et al* (2002) são unânimes ao destacar que o bilinguismo é uma proposta de ensino que considera a língua de sinais como língua própria da criança surda, ou seja, como sua primeira língua, a qual deve ser aprendida o mais cedo possível e a língua portuguesa escrita, como língua de acesso ao conhecimento, ensinada a partir da língua de sinais, baseando-se em técnicas de ensino de segunda língua. Já a proposta bicultural, por sua vez, permite ao surdo o seu acesso rápido à comunidade ouvinte e faz com que ele se reconheça como parte de uma comunidade surda.

Dessa forma, o bilinguismo busca captar os direitos da pessoa surda, pois propiciar a ela a

[...] aquisição da língua de sinais como primeira língua é a forma de oferecer-lhe um meio natural de aquisição linguística, visto que se apresenta como língua de modalidade espaço-visual, não dependendo, portanto, da audição para ser adquirida (FERNANDES, 2003, p. 30-31).

Além disso, a Libras é um sistema que possui todos os elementos pertinentes às línguas naturais, como fonologia, fonética, semântica, sintaxe, morfologia, sistema gráfico e preenche, portanto, os requisitos linguísticos para ser considerada um meio de comunicação para a comunidade surda.

A língua é um dos principais instrumentos de identidade das pessoas, em seu sentido cultural e psicossocial, desse modo, é possível afirmar que a língua de sinais é essencial aos surdos, pois ela identifica a sua comunidade, além de permitir-lhes a aquisição de conhecimentos sobre o mundo e, de fornecer-lhes toda a base linguística para a aprendizagem de qualquer outra língua. Dessa forma, “privar um aluno surdo da aquisição de uma língua, é privá-lo de seu natural desenvolvimento” (FERNANDES, 2003, p. 149).

Somado a isso, Quadros (1997a, p. 28) cita a declaração dos direitos humanos linguísticos, segundo a qual

[...] todos os seres humanos têm o direito de identificarem-se com uma língua materna e de serem aceitos e respeitados por isso; todos têm o direito de aprender a língua materna(s) completamente, nas suas formas oral (quando fisiologicamente possível) e escrita; todos têm o direito de usar sua língua materna em todas as situações oficiais (inclusive na escola); todos os utentes de uma língua materna não-oficial em um país têm o direito de serem bilíngües, isto é, o direito de terem acesso a sua língua materna e à língua oficial do país.

A Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, de acordo com Salles *et al* (2002) e Karnopp (2004), contempla as garantias individuais do surdo, com o respaldo institucional e confere à Língua Brasileira de Sinais o reconhecimento como língua oficial da comunidade surda. Contudo, no parágrafo único desta lei consta que “a Língua Brasileira de Sinais – Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa” (BRASIL apud SALLES, 2002, p. 63).

Nessa perspectiva, afirma-se ser fundamental proporcionar aos alunos surdos um ensino bilíngue, o qual considere a língua de sinais o principal meio de comunicação dos surdos e, a língua portuguesa, a segunda língua destes.

A história da educação de surdos no Brasil tem como maior referência o Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), o que motivou a escolha deste para servir de comparativo com o objeto desta pesquisa, o IPAESE. Sobre o ano de fundação do INES, algumas datas são apresentadas, dentre elas: 1855, que marca a chegada do professor Hernest Huet ao Brasil. Se trata de um “[...] professor surdo com experiência de mestrado e cursos em Paris, chega ao Brasil sob beneplácido do imperador D. Pedro II, com a intenção de abrir uma escola para pessoas surdas” (STROBEL, 2009, p. 24), e 1856, registro do primeiro documento encontrado no Almanaque disponibilizado no

site do INES. A data indica o registro do documento no Colégio Nacional dos surdos – Mudos, a qual é referência como sendo a data de realização da primeira atividade do INES.

A autora Salles *et al* (2005) também registra como data de fundação do Instituto o ano de 1857. A mesma informação é apresentada por Souza *et al* (2014, p. 10). Sobre essa história, o INES afirma que

em junho de 1855, E. Huet apresentou ao Imperador D. Pedro II um relatório cujo conteúdo revelava a intenção de fundar uma escola para surdos no Brasil. Neste documento, também informou sobre a sua experiência anterior como diretor de uma instituição para surdos na França: o Instituto dos Surdos-Mudos de Bourges.

Era comum que surdos formados pelos institutos especializados europeus fossem contratados a fim de ajudar a fundar estabelecimentos para a educação de seus semelhantes. Em 1815, por exemplo, o norte-americano Thomas Hopkins Gallaudet (1781-1851) realizou estudos no Instituto Nacional dos Surdos de Paris. Ao concluí-los, convidou o ex-aluno Laurent Clérc, surdo, que já atuava como professor, para fundar o que seria a primeira escola para surdos na América. A proposta de Huet correspondia a essa tendência. O governo imperial apoiou a iniciativa de Huet e destacou o Marquês de Abrantes para acompanhar de perto o processo de criação da primeira escola para surdos no Brasil (INES, [s.d.], s/p).

São nomes influentes na história da educação dos surdos no Brasil, Juan Pablo Bonet autor do “primeiro livro sobre a educação de surdos em que expunha o seu método oral” além do “ensino precoce de alfabeto manual aos surdos” (STROBEL, 2009, p. 20).

E ainda, segundo Strobel (2009), o Abbé Charles Michel de l'Épée foi o fundador da “primeira escola pública para surdos” em Paris e desenvolveu um trabalho de formação de professores para surdos, ademais, publicou texto sobre “a verdadeira maneira de instruir os surdos-mudos”.

A base da educação dos surdos, no Brasil, foi construída no “Collégio Nacional de Surdos-Mudos de Ambos os Sexos”. Mas, com o passar dos anos, algumas mudanças foram sendo realizadas, inclusive, com relação à nomenclatura do colégio.

O novo estabelecimento começou a funcionar em 1º de janeiro de 1856, mesma data em que foi publicada a proposta de ensino apresentada por Huet. Essa proposta continha as disciplinas de Língua Portuguesa, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Escrituração Mercantil, Linguagem Articulada, Doutrina Cristã e Leitura sobre os Lábios (INES, s.d., s.p.).

Atualmente, são representantes do INES o Diretor Geral, Marcelo Ferreira de Vasconcelos Cavalcante, a Diretora do Departamento de Planejamento e Administração, Marta Isabel Barros Silveira Duarte, Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico, Gilsilene Gonçalves de Moraes, Diretora do Departamento de Ensino Superior, Tanya Amara Felipe de Souza e a Diretora do Departamento de Educação Básica, Amanda do Prado Ribeiro.

O INES é referência não só porque foi a primeira escola para surdos, mas também porque oferta um serviço de qualidade para a comunidade surda. Atualmente, as ações e práticas educativas, bem como, as “finalidades essenciais” e os objetivos do INES estão alinhados ao que rege o Ministério da Educação (MEC), principalmente por ser um

[...] órgão do MEC, tem como missão a produção, o desenvolvimento e a divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos na área da surdez em todo o território nacional, bem como subsidiar a Política Nacional de Educação, na perspectiva de promover e assegurar o desenvolvimento global da pessoa surda, sua plena socialização e o respeito às suas diferenças. Contribuirá ainda na prevenção e detecção precoce da surdez na sociedade brasileira (Relatório de Gestão 2000 – INES, [2001], s.p.).

Verifica-se, portanto, que o INES não atua de forma restrita às ações e práticas pedagógicas de atendimento ao surdo, mas promove o apoio escolar e profissional. Além de realizar atividades de atendimento à família dos surdos e à sociedade em geral. E ainda, atua no campo da pesquisa na elaboração de matérias que auxiliam na reflexão das práticas pedagógicas aplicados à educação para surdos. O INES tem também outras atribuições que dizem respeito ao desenvolvimento profissional e pessoal da pessoa com surdez. Da mesma forma, conforme já apresentado, o IPAESE atua seguindo a mesma linha de ação.

Outro item eficaz para a inclusão dos surdos e esclarecimento da família e sociedade geral sobre os elementos que envolvem a surdez e a Libras é o fomento do conhecimento científico

[...] o desenvolvimento de pesquisas, a formação e a capacitação de recursos humanos e a assessoria técnica aos profissionais e instituições que atuam na área da surdez. Objetivará, também, em seu colégio de Aplicação, o aprimoramento de seu projeto político pedagógico (Relatório de Gestão 2000 – INES, [2001], s.p.).

Tal busca, promove o crescimento organizacional do INES/MEC com as produções dos periódicos publicados com linha de pesquisa direcionada aos estudos na área de educação para surdos, cultura, língua e identidade surda. No site do Instituto foram encontradas cinco revistas de fomento científico no campo da surdez. Seguindo a ordem cronológica de registros do (INES, 2015), a primeira revista é denominada de ‘Revista Espaço’:

O periódico acadêmico-científico do Instituto Nacional de Educação de Surdos é publicado desde 1990 e tem como objetivo fomentar as discussões sobre pessoas surdas no Brasil e no mundo. É publicado de forma impressa e on-line, organizado em dossiês temáticos e aceita também artigos de demanda contínua.

Outro canal de divulgação científica, ancorado pelo INES/MEC é a ‘Revista Audiologia’

[...] publicada em 1997 discutindo a saúde auditiva da Pessoa Surda como parte do desenvolvimento integral desses sujeitos. A retomada dessa publicação anual, em 2017, tem como objetivo rerepresentar essa discussão em uma perspectiva bilíngue onde a Língua de Sinais e as experiências surdas são consideradas na construção de uma prática integrada e orientada as atualidades dos saberes sobre a Surdez e as Pessoas Surdas. (INES, 2015, s/p).

Desde o ano de 1998, o INES também organiza a Revista Audiologia Arqueiro (INES, 2016, s.p.), “um dos principais periódicos especializados em surdez e Educação de Surdos do país”. A surdez é a principal temática da revista, as produções estão, em sua maioria, direcionadas para o universo educacional da comunidade surda.

Criado no século XIX, esse órgão vem ampliando o alcance diante das finalidades às quais se propõe. Tal afirmativa tem como base, além do crescente número de alunos matriculados, o registro de concursos realizados para atuação no INES. A crescente quantidade de cursos e eventos realizados com o objetivo de formar profissionais, além do estímulo à produção científica direcionada à atuação dos professores e atendimento pedagógico aos alunos indica o significativo crescimento da atuação junto à sociedade.

No ano de 2005, o INES teve liberação para ofertar curso de graduação e, em 2006, abriu a primeira turma de Letras/Libras. A proposta da formação de surdos e ouvintes prevê a promoção da inclusão dos surdos. Esse formato de seleção está sendo feito desde o primeiro vestibular do INES. Essa é mais uma oportunidade para surdos, familiares de surdos e demais pessoas adquirirem conhecimentos sobre os elementos que envolvem a Libras, o surdo e todas as peculiaridades da cultura surda.

Desde 2011, os registros vêm ocorrendo com mais frequência, podendo ser movido por dois grandes motivos: avanços das políticas públicas para as pessoas com deficiência e pelas constantes mobilizações da comunidade surda em busca de melhores condições de vida. A área educacional e os atendimentos fonológicos são os mais requisitados. É válido registrar que há um destaque no direcionamento para as funções de professor da carreira do Ensino Básico, com 39 vagas, Técnico e Tecnológico em Libras Tradutor e Intérprete de Libras foram destinadas 28 vagas e Assistente de Alunos com 11 vagas.

No ano de 2014, em um novo concurso público para os cargos de professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, foram contemplados também a área de técnica-administrativa educacional. Na ocasião, foram disponibilizadas 148 vagas e as inscrições realizadas entre os meses de janeiro a fevereiro de 2014. A divulgação do edital foi publicada no Diário Oficial da União, de 05/7/2013.

Entre os cargos ofertados para preenchimento das 148 vagas, estão o de: professor da carreira do magistério superior, professor da carreira da educação básica, técnica e tecnológica, técnicos administrativos em educação – nível superior, técnicos administrativos em educação – nível médio.

Já em 2015, as áreas contempladas foram Matemática, História, Geografia, Biologia, com disponibilidade de uma vaga por área. Ainda foram contratados professores de Artes e professor destinado ao atendimento para alunos com deficiência múltipla, com a oferta de duas vagas para cada área. Também houve a contratação de seis professores de Educação Física e de seis docentes para as séries iniciais.

A abertura dos concursos marcou o crescimento do Instituto no período de 2010 e 2014. Esse pode ser o indicativo de que o INES vinha ampliando a oferta de serviços para a comunidade surda brasileira

Os concursos ofertados pelo INES têm como foco a contratação de profissionais surdos e/ou ouvintes. Cabe registrar que as informações referentes aos concursos e outras atividades realizadas no INES são apresentados através de editais redigidos em Língua Portuguesa e em Língua Brasileira de Sinais – Libras. O que promove o acesso dos candidatos surdos às informações sobre os processos seletivos. A apresentação em Libras é realizada por uma tradutora intérprete de Libras.

Segundo registro do Instituto Nacional de Educação dos surdos, em 2017, 600 (seiscentos) alunos estavam matriculados entre a Educação Infantil e o ensino Médio. O apontamento marcou a ampliação dos trabalhos desenvolvidos no INES ao longo dos anos, uma vez que, de acordo com Soares (1999, p. 52), o INES disponibilizava um limite de 100 (cem) vagas destinadas ao público interno, caracterizados como os alunos que ficavam em tempo integral⁸, e o externo, que permanecia no INES apenas no turno da aula.

Atualmente, o INES tem convênios com 14 instituições, dentre elas a Secretaria de Estado do Rio de Janeiro (SEE/RJ), a Vara de Execuções Penais da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), a Universidade do Estado do Pará (UEPA), o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ), a Fundação Municipal de Educação de Niterói/RJ, o Instituto Benjamin Constant, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a

⁸ O Instituto era frequentado por alunos internos, cujo limite de vagas era de 100 e pagavam 500 réis por ano. Os alunos externos não precisavam pagar. O governo admitia até 30 alunos internos gratuito, nesta ordem de preferência: primeiro os desvalidos; segundo lugar, os filhos de pequenos lavradores que moravam longe da Corte; terceiro, os filhos de militares; em quarto, os filhos de empregados públicos que tivessem mais de dez anos de serviço. (SOARES, 1999, p. 52).

Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Os convênios entre o INES e as instituições já mencionadas têm como objetivo conceder estágios obrigatórios, doação de livros e periódicos, suporte de ordem inclusiva, material audiovisual, oferta de cursos bilíngues, além de programas de monitoramento de penas e medidas alternativas à prisão.

O INES conta também com o apoio de instituições que são parceiras⁹ na manutenção das atividades Pedagógicas como o Instituto Nossa Senhora de Lourdes (INOSEL), Secretaria de Educação de Berlford Roxo, Secretaria Municipal de Estado de Japeri, Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, Secretaria Municipal de Educação de Mesquita, Secretaria Municipal de Educação de Nilópolis, Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu, Secretaria Municipal de Educação de Queimados e a Secretaria Municipal de Educação de São Gonçalo.

⁹ Os nomes das instituições apresentadas como parceiras e conveniadas ao INES foram verificados no site do Instituto no qual constam os nomes destas, bem como as datas de início e término de vigência.

3.2 Elementos de Singularidade INES e o IPAESE

A análise consiste na intersecção de informações contidas no Projeto Político Pedagógico do INES e do IPAESE, além do Regimento escolar para identificar as singularidades entre os Institutos, tendo em vista que ambos trabalham com educação bilíngue para surdos.

Como o foco da pesquisa é a educação de surdos, todos os elementos de comparação foram direcionados aos Projetos Político Pedagógicos dos Institutos em questão. Dentre os pontos observados estão: ano de elaboração do PPP, língua 1 e língua 2 utilizadas nos Institutos, público alvo, proposta de ensino, serviços prestados, os componentes curriculares, as atribuições de nota, o atendimento clínico ofertado, as ações de difusão da Libras, o caráter da instituição, educação ofertada (ciclos de ensino) formação profissional ofertada, ação de inclusão dos surdos no mercado de trabalho, pessoas mantenedoras, horários de funcionamento, perfil docente, públicos atendidos pelos Institutos e o perfil do aluno.

Dentre os elementos analisados, foi identificado que alguns pontos convergem para o mesmo fim ou propósito, um deles, o ano de elaboração do Projeto Político Pedagógico, a língua de instrução, sendo Libras a língua 1 e o Português a língua 2. Além da proposta de ensino bilíngue aplicada aos dois Institutos, os serviços prestados à comunidade e aos alunos são compatíveis. No âmbito do atendimento educacional, os Componentes Curriculares e as ações de difusão da Libras são desenvolvidos de modo similar.

Tanto o INES quanto o IPAESE são instituições filantrópicas sem fins lucrativos, oferecem a Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e formação profissional para os surdos. Os institutos se diferem, visto que o primeiro oferta ensino superior, enquanto o IPAESE fecha o ciclo com a oferta de cursos do ensino médio profissionalizante.

As ações de inclusão dos surdos no mercado de trabalho são realizadas nos dois Institutos. No INES, as ofertas são direcionadas principalmente à área educacional, por meio de estágios e também em outras empresas. O IPAESE direciona os alunos ao exercício das atividades em empresas, oferta os

serviços nos turnos da manhã e da tarde, já o INES, desenvolve atividades pedagógicas educativas nos turnos da manhã, tarde e noite.

Sobre a contratação docente, os Institutos estudados têm as mesmas exigências para compor o quadro de funcionários. O perfil do docente exige, além da formação por área, deve ser bilíngue, ou seja, ser proficiente em língua portuguesa e em Libras. No IPAESE, em casos em que o docente não possui formação em Libras, o Instituto efetua a contratação, mas disponibiliza um intérprete de Libras para que este possa realizar a interpretação.

Nos aspectos que dizem respeito ao atendimento aos familiares dos surdos, o INES oferta o atendimento à família no que se refere ao apoio na aprendizagem da Libras, bem como no esclarecimento sobre o que é cultura surda, o que é a surdez, enfim, promove o total esclarecimento sobre as questões que envolvem a surdez e a Libras.

O IPAESE, no que tange ao atendimento aos familiares, também desenvolve ações voltadas para o ensino gratuito da Libras além de esclarecer aos familiares de surdos sobre o que é a surdez. Nessa perspectiva, o IPAESE estende esse atendimento à sociedade com a oferta de cursos básicos de Libras para professores de surdos e demais interessados. Já no que se refere ao atendimento à sociedade, o INES promove eventos abertos ao público e cursos com periodicidade.

Por outro lado, durante a análise dos documentos, foi possível identificar que há pontos que não convergem para o mesmo fim, a saber: o perfil do aluno, pois para estudar no INES, o pré-requisito é o diagnóstico de surdez, assim, alunos ouvintes não podem ser matriculados no INES; já no IPAESE, os alunos podem ser surdos ou ouvintes, porém, os ouvintes que desejarem ser matriculados no IPAESE, deverão, mesmo sendo ouvintes, usar a Libras como L1 e o português como L2, no espaço da escola.

Ainda na perspectiva de elementos distintos, o INES oferta atendimento clínico com a realização de avaliação audiológica, exames como a audiometria, teste da orelhinha, indicação e adaptação de prótese auditiva, além de atendimento aos familiares pelo Núcleo de Orientação à Saúde do Surdo (NOSS), projeto que funciona como um espaço de reflexão, discussão e orientação, com ênfase na saúde sexual e reprodutiva". (INES, s.d., s.p.). Sobre ações dessa natureza, o IPAESE oferece atendimento fonoaudiológico.

Os elementos dos Componentes Curriculares, no INES, contemplam as disciplinas de Libras e Iniciação à Literatura, além de Espanhol e/ou Inglês são avaliadas mediante utilização de conceitos aplicados ao aproveitamento escolar do aluno, já no IPAESE, as disciplinas de Libras, Redação e Educação Física não têm atribuição de nota para aprovação.

Com relação à difusão da Libras para a comunidade em geral, o INES oferta curso de Libras, gratuito, principalmente para professores em formação, surdos e familiares de surdos. O IPAESE, disponibiliza curso de Libras aberto à comunidade em geral, sem registro de gratuidade.

Por fim, foi identificado que o pré-requisito para ser aluno do INES é a surdez, no entanto, o IPAESE, mesmo não contando atualmente com a presença de alunos ouvintes, oportuniza a estes a possibilidade de matrícula nas turmas ofertadas. Como pré-requisito, o estudante tem de estar em comum acordo com a modalidade de ensino, bem como a disponibilidade de vaga. Cabe salientar que a prioridades da vaga é para alunos surdos e que a metodologia de ensino, bilíngue, prevalecerá, sendo a Libras ofertada como primeira língua e português como segunda língua.

3.3 Desafios para a Educação Bilíngue

Ao desenvolver a pesquisa sobre o IPAESE, foi possível mensurar alguns desafios enfrentados pelo Instituto para o desenvolvimento das atividades propostas. O primeiro desafio identificado foi o processo de funcionamento do IPAESE uma vez que, no ano de inauguração desse Instituto, a língua usada pelos alunos e professores desta unidade de ensino, não era reconhecida legalmente. Esse fato pode ter dificultado o reconhecimento do IPAESE enquanto unidade escolar bilíngue, pois a língua, Libras, só passou a ser reconhecida dois anos após a inauguração do IPAESE. Verifica-se a afirmativa com a observação da Lei 10.436, de abril de 2002, a Libras

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical

própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002, s.p.).

O reconhecimento da Libras é resultado de inúmeras manifestações de surdos, professores de surdos, pais e familiares de pessoas com surdez. Tal distinção é considerada pelos surdos como a maior conquista social já alcançada. Nesse domínio, entende-se que após o reconhecimento da Libras como “meio legal de comunicação e expressão dos surdos brasileiros”, possibilitou o desenvolvimento e ou realização de atividades que envolvem a Libras.

O segundo desafio do Instituto refere-se à dependência financeira, isso porque esse fator pode gerar a descontinuidade do trabalho ali desenvolvido. Como aconteceu com a Associação de Pais e Alunos dos Deficientes Auditivos de Sergipe. Por isso, esse fato foi considerado por mim como um desafio, justamente por ser um fator decisivo para a manutenção e realização das atividades pedagógicas do IPAESE.

Para tentar superar esse desafio, o IPAESE realiza ações sociais com realização de shows, bazar, além de participar de sorteios como o Programa Nota da Gente¹⁰. De acordo com notícias publicadas no site do ¹¹Governo do Estado de Sergipe, o IPAESE, em 15 de janeiro de 2018, foi contemplado com o prêmio de 20.000 reais.

Ana Lúcia Nunes Oliveira, presidente do Ipaese, não conteve a felicidade no momento da divulgação do resultado do sorteio e revelou que a premiação do Nota da Gente vai ajudar na solução de problemas financeiros vividos atualmente pela entidade. “É muita emoção. A nossa instituição está passando por um momento de muita dificuldade e esse prêmio vem nos ajudar e muito. É um incentivo aos consumidores participarem, porque quando eles percebem que estão também ajudando a projetos sociais eles se estimulam mais. Vamos divulgar ainda mais a importância dessa participação e ajuda às instituições. Esse dinheiro com certeza servirá primeiramente para quitarmos a nossa folha de pagamento”, expressou. (SERGIPE, 2018, s.p.).

¹⁰ As compras realizadas pelos consumidores cujos CPF são informados estão susceptíveis a participar do programa Nota da Gente, capitaneado pela Secretaria da Fazenda.

¹¹ Disponível em: < <http://www.agencia.se.gov.br/noticias/financas/nota-da-gente-sorteia-r-100-mil-para-consumidor-e-contribui-com-instituicoes-filantropicas>> Acesso em : 15 jan. 2018.

O terceiro desafio identificado para a realização das atividades no IPAESE era a contratação de mão de obra especializada em Libras. No ano de 2000, Sergipe contava com um número reduzido de profissionais com conhecimento em Libras. De acordo com a Coordenadora Pedagógica e, uma das fundadoras do IPAESE, a contratação dos serviços só foi possível porque a APADA já estava desenvolvendo um trabalho similar ao que iria ser ofertado pelo IPAESE.

Em 2003, o IPAESE registrou, durante a produção de um documentário midiático, a carência de professores especialista em Libras e de tradutores intérpretes. Fato que confirma o registro do desafio do IPAESE para a formação da pessoa com surdez. Em Aracaju, a primeira instituição a ofertar curso de especialização em Libras foi a Faculdade Pio Décimo. A primeira turma iniciou os seus estudos somente em julho de 2008, logo, os profissionais só se formaram em dezembro de 2009. A abordagem trata apenas dos cursos de especialização, pois outros cursos de Libras, de curta duração, foram realizados por igrejas e outras instituições educacionais.

O quarto elemento que registrou um desafio para a atuação do IPAESE é a inobservância das políticas públicas educacionais voltadas para os surdos. A situação educacional dos surdos, ocasionada, principalmente pela falta de aplicação das políticas públicas direcionadas ao atendimento dos surdos, desfavoreceu a inclusão e acessibilidade dos surdos na sociedade. Ora, dessa forma, culminou com um atraso para o desenvolvimento linguístico dessas pessoas. Torna-se um desafio, quando a sociedade ignora a necessidade dos surdos e o IPAESE busca mudar o contexto apresentado.

Nesse sentido, conforme os registros nos programas de telejornais, apresentado no anexo 4, e a realização do projeto, o IPAESE sempre se mostrou atuante na busca pela valorização e inclusão dos surdos, bem como na defesa dos direitos adquiridos.

A educação bilíngue para surdos no IPAESE, na prática, deve ser com base na alfabetização dos surdos que têm a Libras como L1 e o português como L2. Logo, além da Língua fonte ser a Libras, todo o material didático utilizado pelo docente para o ensino da Libras deveria também estar em Libras, da mesma forma que ocorre com a alfabetização dos ouvintes que têm o português como L1, porém, isso não ocorre.

Em uma das visitas realizadas ao IPAESE, com o objetivo de observar o material didático adotado pelo Instituto, em 2017, pude perceber que os livros utilizados nos primeiros ciclos educacionais são os mesmos utilizados na alfabetização dos ouvintes, há, entretanto, uma adaptação do material com o registro de sinais da Libras.

Por outro lado, a realidade do IPAESE deve ser resultado da Lei 10.436, a qual reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão dos surdos a “[...] Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, [...]” (BRASIL, 2002, s.p.). O que ressalta a observância da valorização e reconhecimento da língua na modalidade visual-motora, não referenciando de forma direta e clara a modalidade escrita da língua. Então, surge a pergunta, poderia o IPAESE, incluir em seu currículo a modalidade escrita da língua uma vez que a Lei só reconhece de forma direta a modalidade visual-espacial?

A realidade legal pode justificar a escolha do Instituto por utilizar o material em língua portuguesa e não optar por materiais com o uso da modalidade escrita da Libras. Não seria exagero afirmar que qualquer problema de ordem comunicativa, quando o assunto é educação de surdo, fere o que lhe é primordial, o direito à educação em sua L1, a Libras. Assim, verifica-se que o material didático não contempla o aspecto da escrita dos sinais.

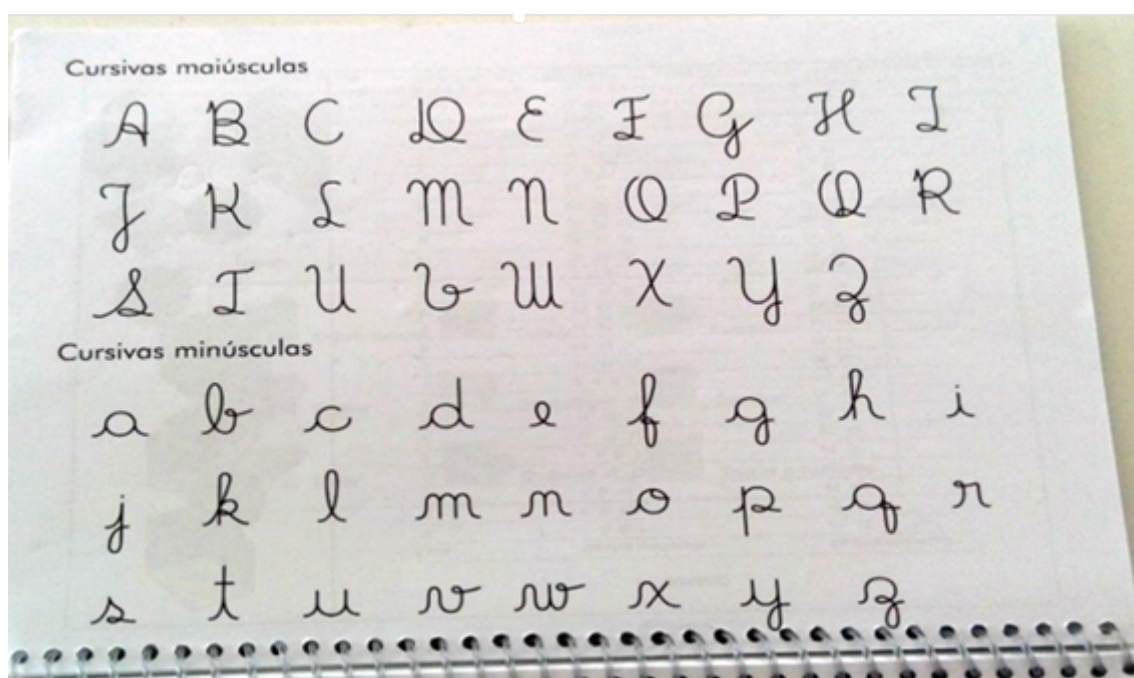
A escrita ¹²*Signwriting* não é baseada numa determinada Língua de Sinais, embora possa ser usada para escrever qualquer língua de sinais do mundo. Ela não tem qualquer nacionalidade porque pertence à comunidade do mundo. Mas, acima de tudo, *Signwriting* pertence à Comunidade Surda e de sinalizadores nativos de todo o mundo. Ele é uma ferramenta flexível que pode ser usada por qualquer sinalizador. Como a argila usada para criar uma estátua que perdurará por gerações futuras, *Signwriting* pertence aos surdos para moldar a sua própria língua de sinais, sua Cultura e sua História (CAPOVILLA, 2008, p. 21).

¹² O *Signwriting* é um sistema de escrita da língua de sinais. Este sistema é constituído de um conjunto de símbolos e regras de escrita definidos para representar os diversos aspectos fonéticos, fonológicos e morfológicos da língua de sinais. O sistema comporta aproximadamente 900 símbolos que é utilizado para escrever movimentos de qualquer língua de sinais no mundo, sem passar pela tradução da língua falada. (LEMOS, 2016, p. 1).

Porém, mesmo não contemplando os aspectos que dizem respeito ao uso da escrita da Libras, o Instituto continua contribuindo, dentro das suas possibilidades, para a inclusão e promoção dos surdos, fortalecimento da cultura surda e divulgação da Libras para a sociedade. Logo, os elementos descritos como “desafios” do IPAESE, para alcançar os objetivos aos quais se propõe, não são tratados como barreiras, mas como elementos que podem ser ajustados.

Pautado na realidade apresentada e considerando o ensino bilíngue, a Figura 4 apresenta o alfabeto da língua portuguesa, o qual é utilizado na alfabetização dos surdos brasileiros. Desse modo, a Libras e o Português constituem-se nas duas bases linguísticas a serem utilizadas no contexto escolar. É correto afirmar, neste caso, que a Libras deverá ter prioridade em relação à língua portuguesa, principalmente, no que diz respeito às séries iniciais, quando o aluno está aprendendo as primeiras letras. Porém, nos materiais observados no acervo do instituto e, referenciado na Figura 4, foram localizados quantidade significativa de livros com o alfabeto do português, a L2 dos surdos.





























Figura 4: Alfabeto da Língua Portuguesa



Fonte: Biblioteca do IPAESE, 2017.

Apesar de contar com a presença de livros didáticos sobre o uso do *Signwriting*, o Instituto tem, em sua biblioteca, matérias como dicionário trilingue (Libras, Português e Inglês), livros didáticos com a escrita *Signwriting*. O conjunto de obras é disponibilizado para fins de consulta –pesquisa-, além disso, nos documentos analisados não foram identificados registros de referência alguma ao ensino da escrita *Signwriting* no IPAESE. O fator financeiro deve ter impacto nesse item, mas julgo que o maior responsável pelo direcionamento, ou seja, ausência da escrita no currículo escolar, são as questões legais, bem com o não reconhecimento da escrita *Signwriting*.

Figura 5: Alfabeto Manual da Libras em *Signwriting*.

A	B	C	D	E	F	G
						
						
H	I	J	K	L	M	N
						
						

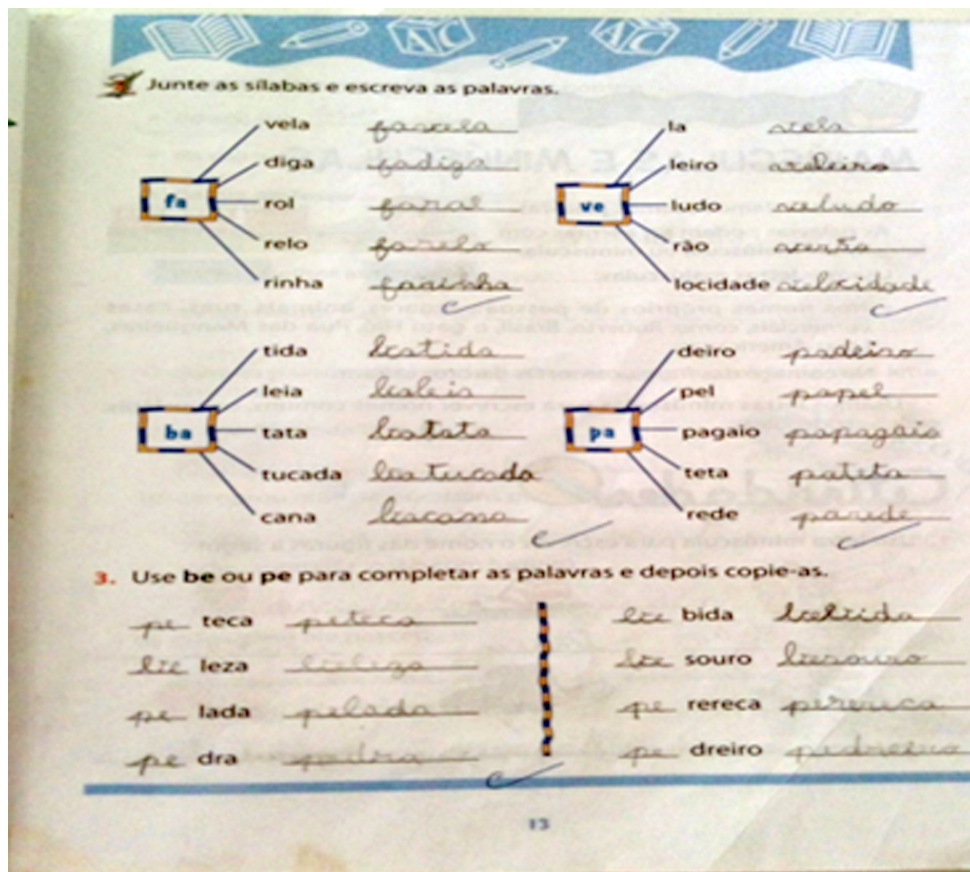
Fonte: Disponível em:
www.google.com.br/search?q=Alfabeto+Manual+da+Libras+em+Signwriting&tbm> .
 Acesso em: 10 jun. 2017.

Já sobre o quantitativo de material didático em língua portuguesa, o número é considerável e a usabilidade é constante. Por isso, considera-se também que um dos desafios do ensino ofertado pelo Instituto está direcionado ao material didático utilizado, tendo em vista que este “valoriza” a língua portuguesa na modalidade escrita, conforme se prevê na Lei. Porém, distancia-se da usabilidade prática da escrita *Signwriting*, forma gráfica de representar os sinais da Libras. Entende-se que a alfabetização bilíngue prevesse o uso de material específico em Libras na modalidade escrita. Além disso,

uma escola que acolha surdos e tenha em seu currículo a disciplina de língua de sinais, que deve ser formalmente estudada com qualquer outra língua, e possa contar também com sua leitura escrita, incorpora uma ferramenta decisiva para o processo de aprendizagem dos seus alunos (STUMPF, 2011, p. 16).

É nesta perspectiva que se pode afirmar a necessidade do material didático adequado para a alfabetização do aluno surdo. Logo, as atividades deveriam ser apresentadas na modalidade escrita da L1, de forma a contemplar as necessidades da criança com surdez durante a alfabetização. Assim, ao invés de usar o alfabeto da língua portuguesa, com mais expressividade, o que deve ser usado na alfabetização de L1 dos surdos é o alfabeto de Libras.

Figura 6: Atividade em Português realizada por aluno do IPAESE.



Fonte: Biblioteca do IPAESE, 2017.

Os professores, apesar de usarem o material destinado aos alunos ouvintes, ou seja, que têm o Português como L1, apresentam os conteúdos com total valorização da Libras, pois, todas as aulas são ministradas em Libras. Contudo, o desafio observado na prática da alfabetização dos surdos, alunos do IPAESE, pode estar associado ao baixo quantitativo de material em Libras ou ainda, relacionado às questões legais já apresentadas em linhas anteriores.

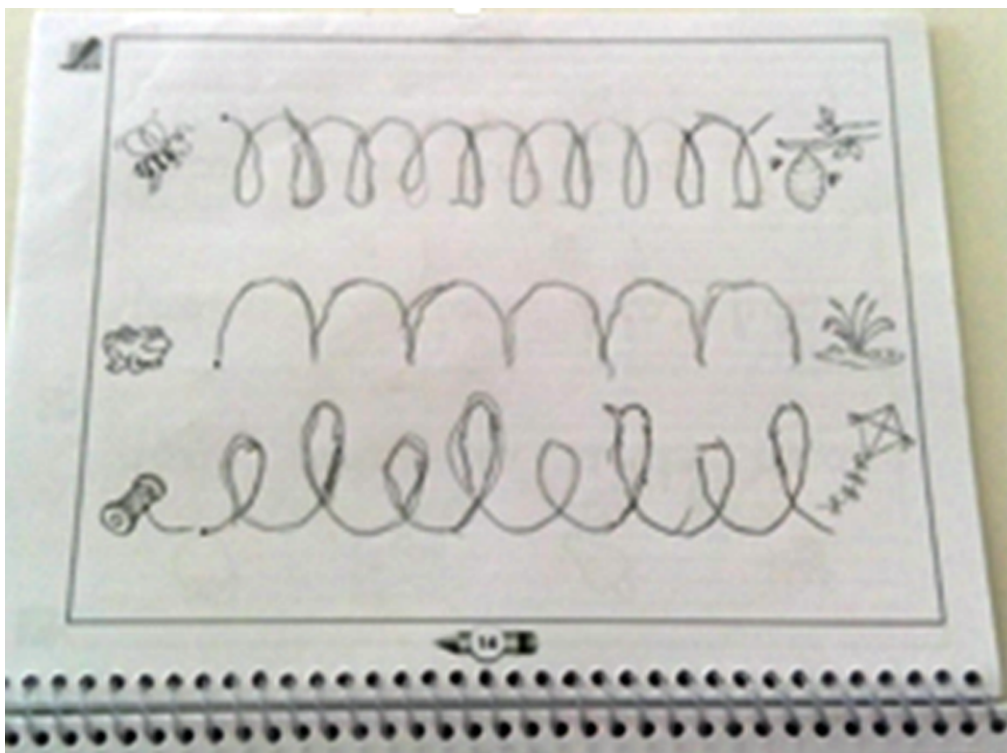
Vale ressaltar que os docentes fazem adaptação no uso desse material, na tentativa de, mesmo diante dos desafios que se apresentam, se aproximarem ao máximo da proposta de ensino adotada pelo IPAESE. É com essa visão de análise que afirmo a necessidade das comunidades surdas buscarem os meios de reconhecimento e uso da escrita dos sinais, para que possam dispor de material didático específico, em grande escala, para alfabetização de alunos surdos. E ainda, que este seja adotado principalmente ainda durante a alfabetização, quando a criança inicia a aquisição da língua. Contudo, o mesmo não se aplica às atividades que têm como objetivo o desenvolvimento da coordenação motora das crianças. Isso porque os

elementos linguísticos não são o objeto de aprendizagem nesse ciclo educacional, durante o desenvolvimento da

[...] coordenação motora grossa, verificamos o uso de grupos de músculos maiores e o desenvolvimento de habilidades como correr, pular, chutar, subir e descer escadas, que podem ser desenvolvidas a partir de um plano sistemático de exercícios e atividades esportivas (BRASIL, 2018, p. 1).

Em tal ciclo, o aluno ainda não está desenvolvendo atividades direcionadas à aquisição do conhecimento linguístico gramatical, portanto, a apresentação do material com enunciados em português não reflete qualquer dificuldade para o desenvolvimento da atividade. Nessa fase, o foco está voltado para o desenvolvimento da coordenação motora fina, quando o aluno faz os primeiros desenhos e desenvolve atividades de exercício mais sutis.

Figura 7- Atividade de desenvolvimento motor realizada por aluno do IPAESE.



Fonte: Biblioteca do IPAESE, 2017.

Neste caso, a atividade não tem como fim a aquisição da língua ou exercitar qualquer conteúdo previamente apresentado ao aluno, mas tão somente, desenvolver a habilidade motora da criança. Portanto, o material utilizado no Instituto atende às necessidades do aluno e alcança os objetivos propostos para esta fase educacional.

Porém, o mesmo não se aplica às atividades destinadas à aquisição e ao desenvolvimento linguístico em Libras ou em língua portuguesa. Nessa etapa, julga-nos ser conveniente e adequado, o uso do material em *Signwriting*, pois refere-se à escrita da língua de sinais na modalidade visual-motora, conforme é tratada na Lei 10.436, de abril de 2002.

Vale ressaltar que, embora alguns estudos fomentem o uso do *signwriting*, ele ainda não foi reconhecido formalmente no Brasil. Segundo a Lei Brasileira de Inclusão – LBI (2015), Libras deve ser usada pelo surdo em substituição à língua portuguesa oralizada, mas a língua escrita é a portuguesa, tanto pelos ouvintes quanto pelos surdos.

3.4 Contribuições do IPAESE para a Educação dos Surdos


Além dos elementos estruturais do Estatuto, interessa-nos identificar itens que indicam as contribuições do IPAESE para a educação dos surdos em Sergipe, dentro do marco temporal delimitado. Como já registrado, no Capítulo II do Estatuto do IPAESE, foi possível identificar o trabalho deste no sentido de desenvolver ações educativas e sociais endereçadas à inclusão e socialização dos surdos. Dos cinco objetivos registrados no Estatuto, a educação está em primeiro lugar. Por isso, pode-se afirmar que o IPAESE colabora com a formação educacional dos surdos aracajuanos.

Conforme os dados descritos, no documento analisado, pode-se afirmar ainda, que o IPAESE contribui para a inclusão dos surdos sergipanos tanto nos aspectos inerentes à finalidade educativa, quanto aos objetivos prescritos, visto que estes convergem seguramente para o agenciamento da socialização, garantia dos direitos adquiridos pelos surdos, promoção da inclusão social da pessoa com surdez nos diferentes segmentos da sociedade. Além de estender sua atuação para o atendimento à família do surdo e à sociedade em geral. Para alcançar tais fins, a Associação, junto com os colaboradores, mantém as atividades desenvolvidas na escola do IPAESE.

Diferente da escola regular, o IPAESE proporciona aos surdos aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais, principal meio de comunicação e expressão dos surdos brasileiros. Isso porque, sem o uso da Libras, os surdos podem sentir dificuldade de interação com os ouvintes, dessa forma, a comunicação fica comprometida, fato que distancia surdos e ouvintes.

Esse é um dos indicadores de que o IPAESE é uma instituição que incentiva a inclusão e o desenvolvimento dos surdos com a promoção do curso de Libras. Conforme pode ser observado na Figura 8, reproduz-se exemplo de encarte elaborado para publicação de oferta de curso de Libras realizado no IPAESE.

Figura 8 - Curso de Libras



Faça já a sua Pré-Matrícula para o nosso Curso de LIBRAS!


Previsão de início dia 09/01/2016
(Aulas aos **Sábados** das 8h às 12h).
Turmas: Básico I, Básico II e Intermediário.

O que é necessário para se cadastrar?

Basta enviar a ficha de inscrição preenchida, juntamente com cópia de RG, CPF, **COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA E UMA FOTO**, digitalizados para o email: ipaese@ipaese.org.br

As inscrições serão realizadas a partir do dia 05/10/15 ao dia 11/12/15, no IPAESE, de segunda a sexta das 8h às 17h. Para confirmar a matrícula é preciso fazer o pagamento no ato da inscrição.

Para mais informações: (79) 3211-0938



Fonte: Disponível em : <<http://ipaese.org.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

Um dos trabalhos do IPAESE, direcionado à inclusão dos surdos é a realização de cursos de Libras para a sociedade e para os familiares dos surdos. Observa-se que a atuação não se restringe ao atendimento aos surdos, há toda uma preocupação em divulgar a Libras para outras pessoas, através da realização de cursos abertos à comunidade em geral. Entende-se, dessa forma, que, se a sociedade tem a habilidade de se comunicar usando a Libras,

as barreiras da comunicação existentes entre surdos e ouvintes são “quebradas”.

Outra forma de contribuir para a inclusão do surdo foi com a apresentação dos surdos à sociedade, a exposição das histórias de surdos, alunos do IPAESE, bem como a divulgação das características da pessoa com surdez e da forma de comunicação destas. Além da apresentação para a comunidade, por meio de telejornais, o IPAESE levou as histórias dos surdos para eventos sociais.

Outra ação realizada pelo IPAESE, a qual favorece a inclusão dos surdos, foi a promoção de encontros e interação entre alunos de escola regular, ouvintes, e os alunos do IPAESE, surdos. Um exemplo desse tipo de projeto foi realizado no IPAESE, em 2015, quando os alunos do colégio Salvador estiveram no IPAESE e conheceram parte da realidade, além de terem a oportunidade de se comunicar usando a Libras.

O fato de o IPAESE realizar a alfabetização dos surdos em Libras favorece que estes aprendam uma segunda língua, nesse caso, a língua portuguesa, o que amplia, ainda, a promoção dos surdos em outras áreas do conhecimento. Assim, os alunos alfabetizados no IPAESE, ao ingressarem numa escola regular, apresentavam plenas possibilidades de aquisição de outras línguas, pois já foram alfabetizados em sua L1, Libras.

É oportuno repensar a permanência dos alunos com surdez em escolas regulares, no primeiro ciclo educacional, ensino infantil, visto que o próprio surdo reconhece que a convivência com outros surdos e a aquisição da Libras promovem o seu desenvolvimento e autonomia. Em depoimento ao jornal de Sergipe, G1, no ano de 2014, um ex-aluno do IPAESE, realizou a seguinte declaração, cuja transcrição é minha.

“[...] durante muito tempo, eu estudei em escolas com ouvintes e foi muito ruim, pouco me desenvolvi, tinha muitas dúvidas e nenhuma comunicação. Quando fui matriculado no IPAESE, me desenvolvi. Hoje eu trabalho, sou acadêmico, tenho autonomia porque tive a oportunidade de um estudo bilíngüe”.
(G1, 2014, s.p).

Tal afirmativa demonstra a importância das atividades realizadas pelo IPAESE e, ainda, que o Instituto está alcançando os objetivos impetrados. Além do depoimento ora apresentado, é possível identificar outros casos de sucesso

de ex-alunos do IPAESE, pois, muitos dos ex-alunos do IPAESE cursaram o ensino superior, uns já estão formados, outros, ainda em processo de formação acadêmica.

A perspectiva do IPAESE representa a vontade dos pais de surdos, que é também, encaminhá-los para a vida profissional. Foi para isso que se investiu na formação dos alunos, com a promoção de curso técnico profissionalizante e, em seguida, buscou-se encaminhá-los, por meio de parcerias, para o ingresso no mercado de trabalho. Uma das parcerias de grande relevância foi firmada no ano de 2012, com o Tribunal Regional do Trabalho de Sergipe (20ª Região).

Com a parceria, o tribunal passa a ser o primeiro órgão público do Poder Judiciário de Sergipe a firmar contrato com essa finalidade. Ao todo, vão trabalhar no processo de digitalização oito portadores de deficiência auditiva e mais um supervisor que coordenará as atividades, todos com formação básica em Informática. Serão digitalizados 2.088 processos, com média de 2,5 volumes, cada um com 200 folhas, o equivalente a uma quantidade estimada de 1.044.000 folhas. (TRT/SE, 2012, s.p).

Sobre a parceria, o então desembargador, Jorge Cardoso, em entrevista publicada no site do Tribunal Regional do Trabalho de Sergipe, em abril de 2012, registra a importância da ação quando afirma estar: “[...] contribuindo, de forma responsável, com o processo de inclusão dessas pessoas”. Tal fato indica a importância do trabalho do IPAESE, e também, registra que este está colaborando para a valorização da pessoa com surdez e, principalmente, com a inclusão desta, quando oportuniza buscar, por meio de parcerias, encaminhá-las para o ingresso no mercado de trabalho.

Outra ação que reforça a ideia de promoção e inclusão dos surdos, realizada pelo IPAESE, é a contratação de ex-alunos para lecionar na própria instituição. A prestação de serviços na área da educação, por pessoas com surdez, representa uma realidade diferente da que a sociedade conheceu durante o Congresso em Milão. A ocupação dos surdos, nas escolas bilíngues para surdos e em escolas inclusivas, representa uma mudança significativa na sociedade diante da pessoa com surdez.

Com a abordagem foi possível identificar que o IPAESE é singular ao INES, maior referência de educação de surdos no Brasil, uma vez que compartilham de semelhanças quanto ao ensino; serviços prestados à

comunidade surda e a sociedade em geral; componentes curriculares; atribuição de notas; atendimento clínico ofertado; ações de difusão da Libras; caráter da instituição; educação ofertada; formação profissional para os alunos; ações de inclusão do surdo no mercado de trabalho; pessoas mantenedoras; horários de funcionamento; perfil docente e do público atendido.

Outro ponto que cabe registro neste item são os desafios do IPAESE, as questões linguísticas, o fator financeiro, profissionais formados e capacitados para atuarem no ensino com o uso da Libras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após apresentação dos elementos estudados, importa responder aos objetivos da pesquisa. O primeiro objetivo proposto foi identificar os sentidos de existência do IPAESE. Para este, constatou-se que as pessoas com surdez são o sentido de existência do IPAESE, pois se verifica que este desenvolve suas atividades com o propósito de atender principalmente às necessidades educativas das pessoas com surdez.

O IPAESE foi criado por familiares de surdos para atender às suas necessidades básicas, tendo em vista que os surdos não dispunham de serviços educacionais adequados à sua realidade. Ao que se pode perceber, as pessoas com surdez careciam também de outros serviços sociais que promovessem a inclusão e o acesso à informação com o uso da Libras. Diante da realidade arbitrária e exclusiva do IPAESE, este se mantém como o grande promotor de ações com o objetivo de assegurar a garantia dos direitos dos surdos. As ações envolvem projetos que contemplam a interação entre os alunos do IPAESE e os de outras instituições nas quais o corpo discente é composto por ouvintes. E ainda, na realização de projetos e parcerias que encaminham os alunos do IPAESE para atuação laboral.

Outro ponto identificado durante a pesquisa foi a importância do IPAESE no que se refere ao fortalecimento da cultura surda, pois privilegia a Libras ao passo que também oferta um espaço de convivência para os surdos, local no qual estes podem usar a Libras como L1. Outro fato que também corrobora com essa conclusão é que o IPAESE oferta regularmente cursos de Libras à sociedade, familiares, professores, intérpretes de Libras/ Português e demais pessoas interessadas em aprender a língua. Essa ação amplia a possibilidade de inclusão dos surdos, uma vez que a Libras está sendo divulgada, fato que favorece a inclusão dos surdos na sociedade.

No Projeto Político Pedagógico do IPAESE, foi possível identificar o cuidado com o direcionamento dos alunos com surdez para o atendimento direcionado à situação de cada aluno. Para cada caso, o IPAESE indica um tipo de atendimento. O que determina as ações de abordagem educacional é o grau de surdez do aluno. Assim, atesta-se o cuidado do IPAESE com os

aspectos que envolvem as práticas educativas com base nas necessidades de cada aluno.

Sobre as singularidades, foi constatado que o IPAESE tem semelhanças com o Instituto Nacional de Educação dos Surdos quanto à proposta de ensino para a pessoa com surdez; elementos que dizem respeito ao Projeto Político Pedagógico; atendimento clínico; divulgação da Libras; atendimento à família dos surdos; oferta da formação profissional para os surdos e inclusão destes no mercado de trabalho.

Durante a pesquisa e apresentação das informações coletadas, foi possível também responder ao seguinte questionamento: Quais as contribuições e os desafios do IPAESE, como instituição de caráter formador e social para a história da comunidade surda em Sergipe? Como resposta a tal questionamento, o IPAESE contribuiu significativamente para a formação dos surdos, com oferta de ensino em Libras e práticas educativas adaptadas, tendo como base as necessidades dos alunos.

Também foi identificada a atuação do IPAESE visando à inclusão dos surdos com a elaboração e prática de projetos de formação e inclusão desses indivíduos na sociedade. E ainda, com a oferta de educação profissionalizante que visa à promoção e inclusão dos surdos. Ainda sobre esse item, constatou-se também que o IPAESE, além de formar os surdos, promove ações de encaminhamento e inclusão dos surdos para o mercado de trabalho.

Sobre os desafios do IPAESE, foram identificados que este contou com a ausência prática de Políticas Públicas direcionadas às pessoas com surdez, atribui-se ausência prática porque, teoricamente, já contávamos com muitos escritos que visavam ao atendimento dos surdos na sociedade com a valorização da Libras. Outro grande desafio enfrentado pelo IPAESE, foi a dificuldade financeira, elemento que limitou a realização de ações do IPAESE em favor da inclusão dos surdos. Esse elemento continua sendo um grande desafio, pois, ameaça a continuidade das ações desenvolvidas pelo Instituto.

Nesse sentido, faz-se necessário chamar a atenção do Poder Público para que possa apoiar o IPAESE, com a promoção e a continuidade das ações desenvolvidas por este. O IPAESE não é apenas uma escola bilíngue para surdos, mas é também uma instituição de referência para a educação bilíngue no estado de Sergipe.

Em 05 de maio de 2003, por meio da Lei nº 4.796, o IPAESE foi reconhecido como de Utilidade Pública Estadual pela Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe. Ainda no mesmo ano, por meio da Lei nº 3.125, foi também reconhecido como sendo de Utilidade Pública Municipal. Já em 2007, o IPAESE foi reconhecido como de Utilidade Pública Federal por meio da Portaria 1.276. Com tal histórico, de reconhecimento da importância do IPAESE, conclui-se que há necessidade urgente de uma mobilização do Poder Público em favor do IPAESE e da comunidade surde sergipana. Do contrário, corre-se o risco do IPAESE fechar as portas o que seria um prejuízo irreparável para os surdos, professores, intérpretes de Libras / Português e demais pessoas que apoiam o movimento e comunidade surda de Sergipe.

Outro elemento que pode ser considerado desafio para a atuação dos docentes do IPAESE é que, mesmo havendo a valorização da língua na modalidade visual espacial, os aspectos que compõem a parte escrita não são valorizados na mesma proporção. Logo, identifica-se um possível desequilíbrio visto que a Libras é utilizada de forma parcial, ou seja, usado apenas a modalidade visual, e a escrita da língua não faz parte das atividades e ações pedagógicas, assim como ocorre com o ensino das demais línguas. Cabe registrar que, de modo geral, a representação escrita dos sinais não é comumente utilizada pela comunidade surda, mas já está sendo estudada nas academias.

Mesmo diante dos possíveis desafios, foi possível identificar a importância do IPAESE para a comunidade surda bem como o esforço dos dirigentes em atender às necessidades dos alunos desse Instituto. Ora, o referido Instituto, mesmo contando com alguns dos desafios já mencionados, vem desenvolvendo um trabalho importante para as pessoas com surdez e, por isso, tem reconhecimento e respeito da sociedade, além de ser referência no estado de Sergipe.

Espera-se, portanto, que essa pesquisa possa ser amplamente divulgada e que consiga sensibilizar o Poder Público, dirigentes de instituições educativas ou não, Estado, Município e iniciativa privada para a importância das ações desenvolvidas pelo Instituto, mas principalmente, que esta seja usada como referência em defesa da continuidade das atividades desenvolvidas pelo IPAESE.

REFERÊNCIAS E FONTES

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Ministério da Justiça/Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília: (CORDE), 1994.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Índice elaborado por Edson Seda. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1994.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**, nº 9.394, de 1996. Brasília, 1997.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Dia nacional de debate sobre educação: síntese e perspectivas**. São Paulo: CENAFOR, 1985.

INES. Instituto Nacional de Educação de Surdos. **Projetos político pedagógico**, Rio de Janeiro, 2011.

IPAESE. Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe. **Estatuto social do pedagógica**. Aracaju, 2012.

IPAESE. Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe. **Inclusão digital**. Aracaju, [s/d].

IPAESE. Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe. **Mães de garra**. Aracaju, [s/d].

IPAESE. Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe. **Oi visualmente falando**. Aracaju, [s/d].

IPAESE. Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe. **Organização curricular do ensino médio**. Aracaju, 2016.

IPAESE. Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe. **Proposta pedagógica**. Aracaju, [s/d].

IPAESE. Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe. **Projeto político pedagógico**. Aracaju, 2011.

IPAESE. Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe. **Surdo sim**. Aracaju, 2006.

IPAESE. Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Suro de Sergipe. **Normas complementares ao regimento escolar**. Aracaju, 2011.

TESES

BARBERENA, Cinara Franco Rechico. **Educação e constituição do sujeito surdo** : discursos que circulam na ANPEd no período de 1990 a 2010. 2013. V 161f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2013.

BASTOS, Edinalma Rosa Oliveira. **Experiências culturais de alunos surdos em contextos socioeducacionais**: o que é revelado? 2013. 259 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia Faculdade de Educação. Salvador, 2013.

BRITO, Fábio Bezerra de. **O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais**. 2013. 275f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CHIELLA, Vânia Elizabeth, **Mosaico da escola de surdos**: fragmentos da educação bilíngue. 2015. 226 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

DALL´ALBA, Carlissa. **Movimentos Surdos e Educação**: negação da cultura surda. 2013. 94 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria/RS, Santa Maria, 2013.

FERRARI, Carla Cazelato. **Surdez, cultura e identidade**: as três tóricas sociais na construção das identidades de indivíduos surdos. 2017. 194 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2017.

GIANINI, Eleny. **Professores surdos de libras**: a centralidade de ambientes bilíngues em sua formação. 2012. 203 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

GIANINI, Marcelo. **Diálogo de surdos**: reflexão acerca do ensino de teatro na educação Básica em Alagoas (e suas possíveis reverberizações em outros contextos). 2016. 340 f. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) - Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MORAIS, Mônica Zavacki de. **A emergência das políticas de educação bilíngue para surdos no Brasil na racionalidade inclusiva**. 2015. 141 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2015.

QUILES, Raquel Elizabeth Saes. **Educação de surdos em Mato Grosso do Sul**: Desafios da Educação Bilíngue e Inclusiva. 2015. 326 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, 2015.

REIS, Flaviane, **A docência na educação superior: narrativas das diferenças políticas de sujeitos surdos**. 2015. 278 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

RESENDE, Alice Almeida Chaves de. **Avaliação pedagógica para surdos no contexto de um programa inclusivo bilíngue**. 2016. 148 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade federal do São Carlos. São Carlos, 2016.

ROSA, Emiliana Faria. **A identidade do surdo, pesquisado na pós-graduação em linguística**. 2013. 170 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

SILVEIRA, Carolina Hessel. **Literatura surda: análise da circulação de piadas clássicas em Língua de Sinais**. 2015. 195 F. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Educação especial em Sergipe do Século XIX ao início do século XIX: cuidar e educar para civilizar**. 2009. 196 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

SOUZA, Verônica dos Reis Mariano. **Gênese da educação dos surdos em Aracaju**. 2007. 193 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

VIEIRA, Claudia Regina. **Educação bilíngue para surdos: reflexão a partir de uma experiência pedagógica**. 2016. 236 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

DISSERTAÇÕES

BREGONCI, Aline de Menezes, **Estudos surdos no PROEJA: o que nos contam as narrativas sobre os seus percursos**. 2012. 178f. Dissertação (Mestre em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

CARMONA, Júlio César Correia, **A dicionarização de termos em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para o ensino de Biologia: uma atitude empreendedora**. 2015. 172f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina, 2015.

CEZIMBRA-CONRADO, Juliana. **As artes de governar no contexto da educação de surdos: estratégias de governo da escola inclusiva**. 2014. 81f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), Santa Maria, 2014.

COLACIQUE, R., **Acessibilidade para surdos, na cibercultura: os cotidianos nas redes e na educação superior online**. 2013. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CÔNSOLO, Adriane Treitero. **Efeitos do computador, da *internet* e do celular na comunicação escrita entre os surdos**. 2012. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

COSTA, Edivaldo da Silva. **O ensino de química e a língua brasileira de sinais – Sistema Signwriting**. 2014. 250 f. Dissertação (Mestrado em Ensino da Ciências Naturais e Matemática) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

COSTA, Otávio Santos. **Implementação da disciplina de libras nas licenciaturas em município do interior de São Paulo**. 2015. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

DIDÓ, Andréia Gulielmin. **Pareceres descritivos de alunos surdos: revelações sobre seu desempenho em língua portuguesa no ensino fundamental**. 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

FERREIRA, Alessandra Bueno. **O processo de escolarização de crianças surdas no ensino fundamental: Um olhar para o ensino de ciências articulado aos fundamentos da astronomia**. 2015. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação para Ciência) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2015.

FERNANDES, Priscila Dantas. **A inclusão dos alunos surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas do centro de ciências exatas e tecnologia da universidade federal de Sergipe**. 2014. 218 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Naturais e Matemática) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

FULAS, Tatiana de Andrade. **O livro acessível a cegos e surdos: as políticas e o mercado editorial**. 2017. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

GODOY, Shirley Alves. **Processo de intervenção junto à professora de geografia e professoras especialistas para favorecer a aprendizagem de uma aluna com surdocegueira: uma pesquisa colaborativa**. 2015. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

JORGE, Eliane Elenice. **FOI fácil! Porque tinha desenho, tinha libras. então ficou mais fácil responder em espanhol: A constituição da avaliação da aprendizagem em aula de espanhol como língua adicional e o sentido dessas práticas para os alunos surdos**. 2013. 191 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

LOBATO, Maria José Silva. **Educação bilíngue no contexto escolar inclusivo: a construção de um glossário em libras e Língua Portuguesa na**

área de matemática. 2015. 261 f. Dissertação (Ensino e Ciências Naturais da Matemática) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2015.

LOPES, Raquel Aparecida. **Um olhar sobre o ensino de libras na formação inicial em pedagogia: utopia ou realidade?** 2013. 89 f. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013.

LOURENÇO, Kátia Regina Conrad. **Políticas públicas de inclusão: O surdo no Sistema de Educação Básica Regular do Estado de São Paulo.** 2013. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2013.

MACHADO, Raquel Brusco. **Ensino de química: à inclusão de discentes surdos.** 2016. 84 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Biológicas: Bioquímica) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MATOS, Marcia Ferreira. **A cultura surda nos cursos de licenciatura: práticas e perspectivas no ensino da Língua Brasileira de Sinais.** 2014. 200 f. Dissertação (Mestrado em Estudo Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanas) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2014.

MELO, Alda Valéria Santos de. **A formação e atuação do tradutor intérprete de libras em sala de aula.** 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2013.

MENEZES, Soraya Cristina Pacheco de. **Estudo sobre inclusão social e educacional do surdo por meio do facebook.** 2013. 106 f. Dissertação – (Mestrado em Educação) Universidade Tiradentes, Aracaju, 2013.

MESQUITA, Leila Santos de. **O acesso dos surdos ao ensino superior: Desafios e avanços das políticas educacionais de inclusão.** 2013. 90 f. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

MIRANDA, Wilson. **Comunidade dos surdos: olhares sobre os contatos culturais.** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS/FACED/PPGEDU, 2001.

MONTEIRO, Myrna Salerno. **Língua brasileira de sinais: A Interferência do português na análise gramatical em libras : o caso das preocupações.** 2015. 250 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2015.

MOURA, Elton Ranieri da Silva. **Uma ferramenta colaborativa móvel para apoiar o processo de ensino-aprendizagem da língua Portuguesa para alunos surdos.** 2015. 77 f. Dissertação (Mestrado em Informática) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

NÓBREGA, Ana Maria Zulema Pinto Cabral da. **Libras, prá que te quero? A apropriação dos multiletramentos por alunos surdos do Letras/Libras.** 2015. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife/PE, 2015.

PARREIRA BRETTAS, Kátia. **A inclusão matemática de um aluno surdo na rede municipal de Juiz de Fora mediada por um professor colaborativo surdo de libras atuando em bidocência.** 2015. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2015.

PSCHUINI, Elenira Aparecida. **A infoinclusão de alunos surdos na educação de jovens e adultos utilizando o aplicativo Hand Talk em sala de aula.** 2015. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

SANTOS FILHO, Pedro Luiz do. **Escolarização de surdos no ensino médio em Natal/RN : vendo e ouvindo vozes.** Natal/RN, 2015. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SANTOS, Alex Reis dos. **Comunicação e facebook: a produção do conhecimento na mão do aluno surdo.** São Cristóvão, 2016. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

SANTOS, Emmanuelle Feliz dos. **O ensino de libras na formação do professor: um estudo de caso nas licenciaturas da universidade Estadual de Feira de Santana.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015.

SANTOS, Maria Aldenora dos Santos Lima. **Educação bilíngue, identidades e culturas surdas: em busca de um norte em Cruzeiro do Sul.** 2015. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus/ AM, 2015.

SANTOS, Tatiane Santos dos. **Narrativas surdas: experiências na comunidade e na cultura surda e a construção de identidades.** 2012. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

SILVA, Eliane Francisca Alves da. **A aprendizagem de português por sujeitos surdos falantes da libras: entre discurso e identidade.** 2015. 116 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas/ MS, 2015.

SILVA, Irami Bila da. **Libras como interface no ensino de funções matemáticas para surdos: uma abordagem a partir das narrativas.** 2016. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

SOUZA, Camila Ramos Franco de. **Educação bilíngue para surdos**: análise de práticas pedagógicas. 2013. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontífice Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

SOUZA, Iranilde dos Santos Rocha. **Estratégias e metodologias para o ensino da língua portuguesa para surdes em Aracaju/SE**. 2016. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

TEIXEIRA, Vanessa Gomes. **Encontros e desencontros**: reflexões sobre a prática pedagógica no ensino de Português como L2 para surdos à luz da Teoria dos Sistemas Complexos. 2015, 193 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

XAVIER, Keli Simões. **O lugar do intérprete educacional nos processos de escolarização do aluno surdo**. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

ZANELATO, Daniella. **Educação de Surdos e Museus**: Interconexões Possíveis. 2016. 230 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

LIVROS

FERREIRA. L. **Legislação e a língua brasileira de sinais**. São Paulo, 2003.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1976.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever**: estratégias de produção textual. 2. ed. Rei. – São Paulo : Contexto, 2012.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LIMA, Daisy Maria Collet de Araujo. **Educação infantil**: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização, [4. ed.] / Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal... [et. al.]. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 89 p. il.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Território plural**: a pesquisa em história da educação. São Paulo: Ática, 2010.

MAGALHÃES, Justino P. de. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo textos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: editora Universidade São Francisco, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTIN, Robert. **Para entender a linguística**: epistemologia elementar de uma disciplina. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

MOURA, M. C.; LODI, A. C. B; PEREIRA, M. C. (Orgs.). **Língua de sinais e educação do surdo**. São Paulo: Tec Art, 1993.

MOURA, Maria Cecília de; CAMPOS, Sandra Regina Leite de; VERGAMINI, Sabine Antonialli Arena. **Educação para surdos**: Práticas e Perspectivas II. São Paulo: Santos, 2011.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Brasília: MEC; SEESP, 2005.

QUADROS, Ronice Müller de., Magali L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Schmiedt. – Brasília: MEC, SEESP, 2006.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

REALI Giovanni; ANTISERI Dario. **Francis Bacon**: filósofo da época industrial. In: **História as filosofia**: do Humanismo a Kant. São Paulo: Paulus, 1990. Vol. 2. (Coleção Filosofia). p. 321 – 387.

RODRIGUES, A. de Jesus, *et al.* **Metodologia Científica**. 4. ed. Aracaju: Unit, 2011.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima et al. **Ensino de língua portuguesa para surdos**: caminhos para a prática pedagógica. Brasília. MEC, SEESP, 2005.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SOARES. Maria Aparecida Leite. **A educação de surdos no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados: Bragança Paulista, EDUSP, 1999.

SOUZA, Regina M. de; SILVESTRE, Núria. **Educação de surdos**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2007.

SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Educação especial em Sergipe**: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas. Aracaju: Universidade Tiradentes, 2005.

SOUZA, Rita de Cácia Santos. *et al.* **Introdução aos estudos sobre educação dos surdos**. Aracaju: Criação, 2014.

SOUZA, Rita de Cácia Santos. *et al.* **Surdez, deficiência auditiva e educação inclusiva**. Aracaju: Criação, 2013.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

BUENO, José Geraldo Silveira. Surdez, linguagem e cultura. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 19, n. 46, p. 41-56, set. 1998. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>. >. Acesso em: 26 jun. 2017.

CEE. Conselho Estadual de Educação. **Dados da Escola**. Disponível em: <<http://www.cee.se.gov.br/noticias.asp>> Acesso em: 14 jan. 2018.

INES. **Instituto Nacional de Educação dos Surdos**. 2015. Disponível em: <<http://www.ines.gov.br/index.php/historia-ines>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

INEP, Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacionais Nanísio Teixeira. **Senso Escolar**, 2015. Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/guest/inicio>> Acesso em: 22 dez. 2017

IPAESE. INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. **Relatório de gestão: exercício de 2000**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/doc/spo/relatgestao/INES1520052000.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

IPAESE. INSTITUTO PEDAGÓGICO DE APOIO À EDUCAÇÃO DO SURDO DE SERGIPE. **História**. Aracaju, 2013. Disponível em: <<http://ipaese.org.br/>> Acesso em: 17 jan. 2018.

QUADROS, Ronice Müller de. Políticas linguísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 26, n. 69, p. 141-161, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

LE MOS, Rosalba Dias, **O USO DO SIGNWRITING LÍNGUA DE SINAIS ESCRITA**. Publicado em: <<https://www.webartigos.com/artigos/o-uso-do-signwriting-lingua-de-sinais-escrita/147348> > Acesso em: 10 jan. 2018.

MORAES, Paula Louredo. "**Coordenação motora**"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/biologia/coordenacao-motora.htm>>. Acesso em 27 de janeiro de 2018.

SCHEMBERG, Simone; GUARINELLO, Ana Cristina; MASSI, Giselle. O ponto de vista de pais e professores a respeito das interações linguísticas de crianças surdas. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 18, n. 1, p. 17-32, mar. 2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo> >. Acesso em: 26 jun. 2017.

SILVA, Daniele Nunes Henrique. Surdez e inclusão social: o que as brincadeiras infantis têm a nos dizer sobre esse debate?. **Cad. CEDES**,

Campinas, v. 26, n. 69, p.121-139, ago. 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo> >. Acesso em: 30 jun. 2017.

SOUZA, Verônica dos Reis Mariano. **O século XX e o surdo em Sergipe**. 2013. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congresso>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

SENSO ESCOLAR, **Pedagógico de apoio a educação do surdo de Sergipe IPAESE (INSTITUTO)**. Disponível em:< <http://www.qedu.org.br> > Acesso em: 22 set. 2017.

AGÊNCIA SERGIPE DE NOTÍCIAS, **Nota da Gente sorteia R\$ 100 mil para consumidor e contribui com instituições filantrópicas**. Disponível em: < <http://www.agencia.se.gov.br/noticias/financas/nota-da-gente-sorteia-r-100-mil-para-consumidor-e-contribui-com-instituicoes-filantropicas> > Acesso em: 15 jan. 2018.

TRT/SE. Tribunal regional do trabalho de sergipe (20ª Região). **Portadores de necessidades vão digitalizar processos no TRT**. Disponível em: < <https://www.trt20.jus.br/1456> > Acesso em: 15 jan. 2018.

STROBEL, Karin. **História da educação de surdos**. Disponível em: < <http://libras.usfc.br> > Acesso em: 21 jan. 2018.

IPAESE. Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe. **Educação**. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=meGSmpxJiDY> > Acesso em: 21 jan. 2018.

SEED. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em movimento da educação básica: EDUCAÇÃO ESPECIAL**. Disponível em: http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/cur_mov/8_educacao_especial.pdf> Acesso em dez. 2017.

PERIÓDICOS E ANAIS

BUENO, J. G. S. **A inclusão de alunos deficientes nas escolas comuns de ensino regular**. Temas sobre Desenvolvimento, v.9, n. 54, p.21-7, 2001.

BEZERRA, Ada Augusta Celestino; SOUZA, M A. A. de. **FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: uma análise psicopedagógica**. REVISTA INTERFACES CIENTÍFICAS - EDUCAÇÃO - IMPRESSO, v. 1, p. 9-27, 2013.

CAPOVILLA, Fernando. Filosofias Educacionais em Relação ao surdo: do oralismo à comunicação total ao bilinguismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**. São Paulo. V.6, n.1, 2000.

THOMA, Adriana da Silva. **Educação bilíngue nas políticas educacionais e linguísticas para Surdos: discursos e estratégias de governo**. Educ.

Real., Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 755-775, set. 2016. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo> > Acesso em: 26 jun. 2017.

VIEIRA-MACHADO, Luciyenne Matos da Costa; LOPES, Maura Corcini. A Constituição de uma Educação Bilíngue e a Formação dos Professores de Surdos. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 639-659, set. 2016. Disponível em: < <http://www.scielo.br>> Acesso em: 26 jun. 2017.

LIMA, Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Florianópolis, v. 10, **nesp**, p. 37 - 45, abr. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br>> Acesso em: 18 jan. 2018.

NASCIMENTO, K. C. S.; SANTOS, S. S. Tradutor e intérprete de libras em Sergipe: realidade, desencontros e perspectiva. In: Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa, V, 2016, Santa Catarina. **Anais do V Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa**, 2016.

NASCIMENTO, K. C. S.; GONÇALVES, H. A.; PINTO, D. N. Reconstruindo história da APADA: Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos. In: **Anais da 16ª Sempesq** - Semana de Pesquisa, Aracaju, p. 296. 2014.

NASCIMENTO, K. C. S.; GONÇALVES, H. A.; SILVA, W. A. S. Agências bancárias de sergipe e o atendimento especializado ao surdo. In: **Anais da 16ª Sempesq** - Semana de Pesquisa, Aracaju, 2014.

NASCIMENTO, K. C. S.; GONÇALVES, H. A.; NASCIMENTO, M. F. O Intérprete de Libras e sua Atuação Social. In: 15ª SEMPESq, 2013, Aracaju. **Anais dos seminários de iniciação científica da UNIT**. Aracaju: UNIT, 2013. v. 1. p. 141-141.

NASCIMENTO, K. C. S.; BARRETO, A. S.; COSTA, C. C.; SILVA, W. A. S. Uso das ferramentas tecnológicas na inclusão dos surdos. **CPEDeC - Revista Interdisciplinar da Faculdade Estácio de Sergipe - Estácio FaSe**, v. 11, p. 29-34, 2013.

SANTOS, B. P.; DIAS, L. P. B.; NASCIMENTO, K. C. S. Um estudo sobre abordagens didáticas utilizadas por fernando c. Capovilla na alfabetização de crianças surdas. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais**, v. 4, p.139-148, 2017.

NASCIMENTO, K. C. S.; BARRETO, A. S.; COSTA, C. C.; SILVA, W. A. S. Uso das ferramentas tecnológicas na inclusão dos surdos. **CPEDeC - Revista Interdisciplinar da Faculdade Estácio de Sergipe - Estácio FaSe**, v. 12. p. 29-34, 2013.

NASCIMENTO, K. C. S.; SANTOS, B. O.; GONÇALVES, H. A. Signos linguísticos: surdez, linguagem imagética e marketing. **Anais da Revista do 11 Encontro Internacional de Formação de Professores**, v. 9, 2016.

ANEXOS

Anexo 1: Estatuto Social do IPAESE

**ESTATUTO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DO INSTITUTO
PEDAGÓGICO DE APOIO À EDUCAÇÃO DO SURDO DE SERGIPE -
IPAESE**

CAPÍTULO I

DA Denominação, Sede, Área, Natureza e Duração

Art. 1º - A Sociedade denomina-se **INSTITUTO Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe – IPAESE** com sede e foro localizada na Rua Professor Figueiredo Martins, 262, Bairro São José, Cidade de Aracaju/SE.

Art. 2º - O IPAESE é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, regulando suas atividades pelas leis civis, por este Estatuto e demais leis aplicáveis.

Art. 3º - O prazo de duração do IPAESE é indeterminado e o ano social coincide com o ano civil.

Art. 4º - O Instituto terá personalidade distinta de seus associados, os quais não responderão pelos compromissos por ela assumidos.

CAPÍTULO II

Da Finalidade e Objetivos

Art. 5º - O Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe – **IPEASE** tem por finalidade precípua, estimular e promover a educação e desenvolvimento dos deficientes auditivos, tendo como principais atividades:

- a) Promover o acompanhamento pedagógico junto aos estabelecimentos escolares onde estiverem matriculados deficientes auditivos assistidos pelo IPEASE;
- b) Desenvolver atividades de reforço pedagógico, treinamento em LIBRAS, educação integrada, terapias, oficinas e formação profissionalizante;
- c) Efetuar parcerias e intercâmbio com instituições públicas e privadas;
- d) Promover ações direcionadas à sensibilização e informação da sociedade com vistas a quebra de qualquer tipo de barreira existente em relação aos direitos e convivência social dos deficientes auditivos.
- e) **Parágrafo único**- A dedicação às atividades acima previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas e planos de ações.

CAPÍTULO III

Dos Sócios, Direitos, Deveres e Responsabilidades

Art. 6º - O Quadro Social é composto pelas seguintes categorias de sócios:

- a) **Sócio Fundador**, o que tenha participado da Assembleia Geral de Constituição;
- b) **Sócio Efetivo**, o que preencher todas as exigências do presente estatuto;
- c) **Sócio Honorário**, a pessoa que se destacar por relevantes serviços em benefício da Associação;
- d) **Sócio Contribuinte**, quaisquer outras entidades ou pessoas que colaborem sob a forma de ajuda material ou financeira com a Associação.

§ 1º - O título de Sócio Honorário somente pode ser concedido após aprovação da Assembleia Geral convocada para esta finalidade.

§ 2º - A categoria de Sócio Contribuinte não usufruirá dos direitos associativos e demais benefícios inerentes às outras categorias.

§ 3º - Os associados fundadores e efetivos pagarão mensalmente a contribuição aprovada pela Assembleia Geral.

Seção II

Da Admissão

Art. 7º - Os sócios compreendidos na categoria de Sócio Efetivo, preencherão a proposta fornecida pelo IPEASE .

§ 1º - A proposta de admissão deverá ser aprovada pela Diretoria;

§ 2º - Após efetuar o pagamento da taxa de admissão, o associado adquire todos os direitos, deveres e obrigações junto ao IPEASE;

SEÇÃO III

Dos Direitos dos Sócios

Art. 8º - Os sócios fundadores e efetivos constituem o quadro social do IPEASE e possuem os seguintes direitos:

- a) participar das Assembleias Gerais, discutindo e votando os assuntos em pauta;

- b) participar da vida do IPEASE e integrar comissão ou grupos de trabalho;
- c) propor à Diretoria ou Assembleias Gerais, medidas de interesse do IPEASE;
- d) votar e ser votado para membro da Diretoria e Conselho Fiscal;
- e) afastar-se, quando lhe convier, mediante comunicação formal;
- f) participar das atividades que constituem seu objetivo;
- g) usufruir dos direitos que lhe confere o presente estatuto, bem como dos benefícios proporcionados pelo IPEASE;
- h) convocar Assembleia Geral, respeitado o disposto no Art. 16, letras b e c do presente estatuto.

Seção IV

Dos Deveres dos Sócios

Art. 9º - Os sócios fundadores e efetivos constituem o Quadro Social base do IPEASE e possuem os seguintes deveres:

- a) cumprir as disposições deste Estatuto, respeitar as resoluções regularmente tomadas pela Diretoria e as deliberações das Assembleias Gerais;
- b) pagar pontualmente a taxa de contribuição mensal que for fixada;
- c) exercer com zelo e diligência os cargos ou comissões para o qual for eleito ou designado;
- d) zelar pelos interesses do IPEASE, levando ao conhecimento da Diretoria ou da Assembleia Geral, quaisquer irregularidades que observar, bem como envidar esforços a fim de evitar despesas desnecessárias e prejuízos para o Istituto.

§ 1º - As contribuições sociais serão fixadas ou alteradas pela Assembleia Geral, independentemente da reforma deste Estatuto.

§ 2º - Os sócios não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela sociedade.

Seção V

Das Penalidades

Art. 10 – Os sócios estão sujeitos às seguintes penalidades, nos termos de Regulamento Próprio a ser aprovado pela Assembleia Geral:

- a) advertência;
- b) suspensão;
- c) exclusão.

Art. 11 – O associado que infringir qualquer dispositivo estatutário, resolução da Assembleia Geral, da Diretoria ou do Conselho Fiscal, será punido com a

pena de advertência, suspensão ou exclusão, consoante a gravidade da falta cometida.

Art. 12 – O atingido por suspensão ou exclusão, poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação, interpor recurso à Diretoria, que terá efeito suspensivo, até a primeira Assembleia Geral.

Art. 13 – Em qualquer caso de afastamento, o associado não terá direito à restituição das contribuições realizadas, devendo satisfazer as suas obrigações pecuniárias decorrentes de suas condições de associado até a data do seu afastamento.

CAPÍTULO IV

Da Administração

Art. 14 – A administração da Associação será exercida pelos seguintes órgãos:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Fiscal.

Seção I

Da Assembleia Geral

Art. 15 – A Assembleia Geral, órgão máximo da Associação, é a reunião de todos os sócios fundadores e efetivos quites com as suas contribuições e nela reside o poder supremo do IPEASE, exercendo as funções de deliberação e fiscalização fixadas neste Estatuto.

Art. 16 – A Assembleia Geral será convocada e dirigida pelo Presidente do Instituto, podendo também ser convocada:

- a) pelos demais Diretores, se o Presidente da Associação retardar, por mais de 01 (um) mês, a convocação para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes;
- b) por solicitação de 1/5 (um quinto) dos associados com direito a voto, quando os administradores retardarem, por mais de 60 (sessenta) dias, a convocação para Assembleia Geral Ordinária;
- c) por solicitação de 1/5 (um quinto) dos associados com direito a voto, quando os administradores não atenderem, no prazo de 15 (quinze) dias, o pedido de convocação que apresentem, devidamente fundamentado com indicação das matérias a serem tratadas;
- d) pelo Conselho Fiscal, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes.

Art. 17 – As Assembleias Gerais serão convocadas com a antecedência de 10 (dez) dias para a primeira convocação, e de 01 (uma) hora para a Segunda convocação.

Parágrafo único – As 02 (duas) convocações poderão ser feitas num único edital, desde que tenham, expressamente, os prazos para cada uma delas.

Art. 18 – Os editais de convocação das Assembleias Gerais serão afixados em locais visíveis, comumente frequentados pelos associados, ou enviados, através de circulares dirigidas aos mesmos.

Parágrafo único – A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária poderão ser convocadas cumulativamente e realizadas no mesmo local, data e hora.

Art. 19 – Dos Editais de Convocação das Assembleias Gerais, deverão constar:

- a) a denominação do Instituto;
- b) o dia e hora da reunião, em primeira e segunda convocações, assim como o local da sua realização;
- c) a ordem do dia;
- d) a assinatura do responsável pela convocação.

Art. 20 – É da competência da Assembleia Geral Ordinária especialmente convocada para esse fim, a destituição dos membros da Diretoria, do Conselho e do Fiscal, por deliberação de 2/3 de seus membros, em votação secreta.

Parágrafo único – Ocorrendo destituições que venham comprometer a regularidade da administração ou fiscalização, poderá a Assembleia designar administradores e conselheiros provisórios, até a posse dos novos, cuja eleição se efetuará no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 21 – O quorum para instalação da Assembleia Geral que será verificado através das assinaturas constantes do Livro de Presença é o seguinte:

- a) 2/3 (dois terços) do número de associados, em condições de votar, em primeira convocação;
- b) com no mínimo 1/5 (um quinto) de associados, em condições de votar, em Segunda convocação.

Art. 22 – Os trabalhos das Assembleias Gerais serão dirigidos pelo Presidente ou seu substituto legal, auxiliado por um Secretário, a ser indicado pelo Diretor Presidente.

Art. 24 – Quando a Assembleia Geral não tiver sido convocada pelo Presidente, os trabalhos serão dirigidos por um associado escolhido na ocasião e secretariado por outro Associado convidado.

Art. 25 – Os ocupantes de cargos sociais, como quaisquer outros associados, não poderão votar nas decisões sobre assuntos que a eles se refiram de maneira direta ou indireta, entre estas, os de prestação de contas.

Art. 26 – As deliberações das Assembleias Gerais somente poderão versar sobre assuntos constantes no edital de convocação.

Art. 27 – O que ocorrer na Assembleia Geral deverá constar de ata circunstanciada, lavrada em livro próprio e assinada ao final dos trabalhos pelos Diretores, secretário da mesa e fiscais presentes, e ainda, por quantos o quiserem fazer.

Subseção I

Da Assembleia Geral Ordinária

Art. 28 – A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á obrigatoriamente, uma vez por ano, no decorrer do mês de março, para examinar as contas relativas a cada exercício, deliberando sobre os seguintes assuntos:

- a) prestação de contas da Diretoria acompanhada do Balanço Anual e parecer do Conselho Fiscal;
- b) demonstrativo das receitas e despesas;
- c) plano de atividades da associação para o exercício corrente;
- d) critério de aplicação de recursos em benefício;
- e) aquisição, alienação e oneração de bens imóveis pertencentes ao IPEASE;
- f) eleições, quando for o caso, dos componentes da Diretoria e do Conselho Fiscal .

Subseção II

Da Assembleia Geral Extraordinária

Art. 29 – A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse do IPEASE, desde que mencionado no edital de convocação.

Art. 30 – É de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

- a) reforma do estatuto;
- b) mudança e/ou alteração dos objetivos do IPEASE;
- c) dissolução da Associação e destinação de seus bens;
- d) resolver os casos omissos deste Estatuto.

Seção II

Da Diretoria

Art. 31 – A Associação será administrada por uma Diretoria composta dos seguintes membros:

- a) Diretor Presidente;
- b) Diretor Vice-Presidente;
- c) Secretário;
- d) Diretor Administrativo-Financeiro;
- e) Diretor Pedagógico

Parágrafo único – Caberá à Diretoria a criação de comissões ou grupos de trabalhos para desenvolver atividades específicas dentro das necessidades do IPEASE.

Art. 32 – Os membros da Diretoria serão eleitos pela Assembleia Geral, para um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos por mais um período consecutivo.

Art. 33 – Os Administradores do IPEASE não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome do Instituto, mas responderão solidariamente pelos prejuízos de seus atos, se agirem com culpa ou dolo.

Art. 34 – A Diretoria observará as seguintes normas:

- a) reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do Presidente, ou ainda, por solicitação do Conselho Fiscal;
- b) deliberará, validamente, com a maioria dos votos dos presentes, cabendo ao Presidente o voto do desempate;
- c) as deliberações serão lavradas em atas circunstanciadas, ao final dos trabalhos, e assinadas pelos membros das Diretorias presentes.

Art. 35 – Na ausência ou impedimento temporário dos Diretores referidos nos artigos 37, 38 e 41, assumirá o respectivo substituto.

§ 1º - As faltas e impedimentos de que trata o caput deste artigo não devem ultrapassar o prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2º - Em caso de morte, renúncia ou impedimento permanente de qualquer Diretor, não havendo substituto, será convocada Assembleia Extraordinária para o fim de eleger o respectivo sucessor, o qual exercerá o cargo até a Assembleia Geral Ordinária seguinte à sua eleição.

Subseção I

Da Competência da Diretoria

Art. 36 – Compete à Diretoria, dentro do limite da lei e deste Estatuto, atendendo às decisões ou recomendações da Assembleia Geral:

- a) planejar, organizar e dirigir as atividades da Associação, traçando normas e controlando resultados;
- b) fixar as despesas da Administração em orçamento anual;
- c) receber, depositar e movimentar recursos financeiros, comprovando os recursos recebidos e as despesas realizadas;
- d) zelar pelo patrimônio do IPEASE;
- e) cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto, as decisões da Assembleia Geral e as demais normas e regulamentos;
- f) promover a divulgação das atividades do IPEASE;
- g) admitir, advertir, suspender e excluir sócios, respeitando, nos casos de suspensão e exclusão, o disposto no Art. 12 deste Estatuto;
- h) estabelecer normas, regulamentos e sistemáticas necessárias ao cumprimento deste Estatuto;
- i) elaborar a prestação de contas, acompanhada do Balanço Anual, a ser apresentado ao Conselho Fiscal, até 30 (trinta) dias antes da Assembleia Geral Ordinária, para aprovação;
- j) fixar o valor da mensalidade a ser paga pelos IPEASE.

Subseção II

Do Diretor Presidente

Art. 37 – Compete ao Diretor Presidente, dentre outras, as seguintes atribuições:

- a) representar o IPEASE, em juízo ou fora dele, podendo, para tanto delegar poderes;
- b) supervisionar todas as atividades do IPEASE, mantendo contatos assíduos com os demais membros da Diretoria;
- c) dirigir o IPEASE no tocante às suas atividades, com o auxílio dos demais Diretores;
- d) assinar com o Diretor Administrativo-Financeiro, cheques e outros instrumentos dos quais resulte a realização de despesa ou captação de receita;
- e) movimentar contas bancárias conjuntamente com o Diretor Administrativo-Financeiro ou o Diretor Pedagógico;
- f) assinar, em conjunto com outro Diretor, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações;
- g) convocar e presidir as reuniões da Diretoria, bem como as Assembleias Gerais;

- h) contratar, admitir, promover e demitir empregados, fixando-lhes os respectivos salários;
- i) orientar a elaboração do orçamento anual e os relatórios de gestão;
- j) nomear os membros de comissões ou grupos de trabalho que venham a ser criados para desenvolvimento das atividades do IPEASE;
- k) apresentar à Assembleia Geral a prestação de contas da Diretoria, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal;
- l) assinar as atas juntamente com o Secretário.

Subseção III

Do Diretor Vice-Presidente

Art. 38 – O Vice-Presidente possuirá as seguintes atribuições:

- a) substituir o Diretor Presidente, nas suas ausências, faltas e impedimentos;
- b) assessorar o Diretor Presidente na direção do Instituto;
- c) exercer outras atividades que lhe forem delegadas pelo Diretor Presidente.

Subseção IV

Do Secretário

Art. 39 – O Secretário terá as seguintes atribuições:

- I – secretariar as Assembleias e reuniões da Diretoria, redigindo atas a expedientes;
- II- manter em dia os arquivos;
- III - assinar as atas juntamente com o Presidente.

Subseção V

Do Diretor Administrativo- Financeiro

Art. 40 – Compete ao Diretor Administrativo- Financeiro, as seguintes atribuições:

- a) responsabilizar-se pelos serviços administrativos do IPEASE;
- b) divulgar as atividades do IPEASE;
- c) manter o arquivo devidamente organizado, respondendo pela guarda dos livros e documentos da mesma;
- d) manter sob sua guarda em perfeita ordem o patrimônio financeiro da entidade;
- e) administrar e executar todo o serviço de competência da tesouraria;

- f) promover a cobrança da taxa de mensalidade e outros valores devidos ao IPEASE;
- g) efetuar os pagamentos e arrecadações;
- h) apresentar balancetes mensal/anual;
- i) exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Diretor Presidente.

Subseção VI

Do Diretor Pedagógico

- a) coordenar as atividades pedagógicas;
- b) Implementar os projetos pedagógicos;
- c) Acompanhar a execução das ações pedagógicas;
- d) Promover o acompanhamento pedagógico dos deficientes auditivos junto às respectivas escolas;
- e) Promover reuniões periódicas com escolas, pais, professores e alunos;
- f) Manter um sistema de informação atualizado sobre educação de deficientes auditivos;
- g) Manter intercâmbio com instituições de educação;
- h) Executar outras atividades pertinentes.

Seção III

Do Conselho Fiscal

Art. 42 – O Conselho Fiscal será composto de 06 (seis) membros, sendo 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, para um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleito por mais um período, de forma consecutiva.

§ 1º - Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, os membros da Diretoria.

§ 2º - Aos suplentes incumbe substituir os efetivos nas suas faltas ou impedimentos, quando para isso convocados pelos membros em exercício ou pelo Presidente.

§ 3º - O Conselho Fiscal reunir-se-á na sede do IPEASE, ordinariamente, por ocasião da Assembleia, e, Extraordinariamente, sempre que for convocado.

§ 4º- Podem convocar extraordinariamente o Conselho Fiscal, qualquer de seus membros, a Diretoria, o Presidente ou a Assembleia Geral.

§5º - Os membros do Conselho Fiscal respondem também pelos danos resultantes da omissão no cumprimento de seus deveres e de atos praticados com violação da lei ou do presente estatuto.

Art. 43 – Compete ao Conselho Fiscal, além das atribuições previstas neste Estatuto exercer constante fiscalização sobre os projetos e ações do IPEASE, e especialmente:

- a) conferir semestralmente o saldo de numerário existente em caixa, observando o cumprimento das determinações emanadas da Diretoria para movimentação dos recursos financeiros;
- b) analisar contas, balancetes, prestação de contas e balanço anual, dando seu parecer por escrito;
- c) convocar extraordinariamente a Assembleia Geral, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes;
- d) emitir parecer sobre a alienação ou oneração de bens imóveis;
- e) eleger seu Presidente.

Art. 44 – As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples de votos e constará de ata lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada no final dos trabalhos, pelos membros presentes.

Art. 45 – Ocorrendo 03 (três) ou mais vagas no Conselho, a Diretoria convocará Assembleia Geral para o devido preenchimento.

Capítulo V

Das Eleições

Art. 46 – Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal serão eleitos dentre os associados, por votação direta e secreta, prevalecendo o princípio majoritário, por ocasião das Assembleias Gerais convocadas para esta finalidade, devendo os candidatos preencherem as condições exigidas pela regulamentação que, nesse sentido, for baixada pela Assembleia Geral.

§ 1º - A eleição para a escolha da Diretoria e do Conselho Fiscal ocorrerá a cada 02 (dois) anos, 30 (trinta) dias antes de terminar o mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal em exercício.

§ 2º - Após o transcurso do mandato de 02 (dois) anos, admite-se a reeleição.

Art. 47 – As chapas concorrentes às eleições, deverão ser escritas junto à Diretoria Administrativa-Financeira obedecendo, rigorosamente, os prazos estabelecidos.

Parágrafo único – As chapas concorrentes poderão indicar até 02 (dois) fiscais para acompanharem os trabalhos internos de votação e apuração, devendo colaborar e fazer constar em ata as irregularidades porventura ocorridas.

Art. 48 – Não será permitido o voto por procuração.

Capítulo VI

Do Patrimônio, das Receitas e das Despesas

Art. 49 – O patrimônio do IPEASE é formado por:

- a) valores, bens móveis e imóveis adquiridos;
- b) doações com destinação específica..

Art. 50 – Constituem receitas:

- a) taxa de admissão e mensalidade de acordo com os valores determinados pela Assembleia;
- b) doações em moeda corrente, subvenções e auxílios do Governo e/ou outras entidades;
- c) outras provenientes de atividades estatutárias, como festas, encontros, publicações, etc.

Art. 51 – Constituirão despesas do IPEASE todos os gastos necessários ao perfeito funcionamento das atividades mantidas pela mesma, desde que previamente aprovadas pela Diretoria.

Art. 52 – Anualmente, a 31 de dezembro, será levantado Balanço Geral, incluindo demonstrativo da Receita e Despesa.

Capítulo VII

Dos Livros

Art. 53 – A Associação manterá os seguintes livros:

- a) matrícula
- b) ata das Assembleias Gerais;
- c) atas de Reuniões da Diretoria
- d) atas do Conselho Fiscal
- e) de presença às Assembleias Gerais;
- f) de Posse dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- g) contábeis e Fiscais obrigatórios.

Art. 54 – No livro de matrícula os associados fundadores e contribuintes serão inscritos por ordem cronológica de admissão e nele constarão todos os dados que identifiquem o associado e o(s) dependente(s) beneficiário(s).

Parágrafo único – O Livro de Matrícula poderá ser substituído por fichas, desde que sejam tipograficamente numeradas e contenham o visto do Diretor Presidente.

Capítulo VIII

Da Dissolução

Art. 55 – O IPEASE dissolver-se-á com a aprovação de pelo menos 2/3 dos seus sócios.

Art. 56 - Nos casos de dissolução competirá à Assembleia Geral deliberar sobre a destinação dos seus bens em reunião especialmente convocada para tal fim, dando-se sempre prioridade a entidades de caráter filantrópico que estejam devidamente registradas e reconhecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

Capítulo IX

Das Disposições Gerais

Art. 57 – Os bens móveis e imóveis que venha a possuir, só poderão ser gravados com hipoteca, anticrese ou alienados mediante autorização da Assembleia Geral.

Art. 58 – Na Assembleia de Constituição do IPEASE serão eleitos a primeira Diretoria e o Primeiro Conselho Fiscal.

Parágrafo único – O mandato da primeira Diretoria e do Conselho Fiscal será de apenas 01 (um) ano.

Art. 59 – Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal não poderão perceber salário, retribuições pecuniárias, honorários, estipêndios ou quaisquer outras vantagens diretas ou indiretas.

Art. 60 – É vedada ao IPEASE, a promoção ou autorização de quaisquer manifestações político-partidárias, ou de cunho estranho às finalidades estatutárias.


Art. 61 – O membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal, que se candidatar a cargo eletivo, junto aos poderes Público Federal, Estadual ou Municipal, será afastado do cargo 06 (seis) meses antes da eleição.

Parágrafo único – No caso desse diretor ou membro do Conselho Fiscal sair vitorioso na eleição, o mesmo será afastado do cargo definitivamente, assumindo o seu substituto. Não havendo substituto, observar-se-á o disposto no art. 35 e Parágrafo único do art. 21.

Art. 62 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a legislação vigente, aplicável às Associações.

Aracaju, de de 2000.

Anexo 2: Certidão de Funcionamento Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo e Sergipe.


Estado de Sergipe

**Cartório do 10º Ofício de Justiça da Comarca de Aracaju
Registro de Títulos Documentos e Pessoas Jurídicas
Rua Capela, 55 - Fone: (79) 3214-4818
CEP 49010-370 - Aracaju - Sergipe**


Eu, Vânia Elisa de Carvalho Paixão Santos,
Oficial do Registro de Títulos Documentos e das
Pessoas Jurídicas, desta Comarca de Aracaju,
Capital do Estado de Sergipe, na forma da lei, etc.

CERTIDÃO

CERTIFICO a pedido verbal de pessoa interessada, que, revendo em meu Cartório, os livros de Registros das Pessoas Jurídicas, de numero **A-61**, em meu poder e sob a minha guarda dele as folhas **288**, sob número **59.477** de ordem, consta o registro feito em 05 de Março de 2012, de uma **ATA E ESTATUTO DO INSTITUTO PEDAGÓGICO DE APOIO À EDUCAÇÃO DO SURDO DE SERGIPE – IPAESE**; Com sede na Av. Mário Jorge Menezes de Vieira, nº 3.172, Edifício Gerovina Veiga, Bairro Coroa do Meio, Aracaju/SE. Tendo como Presidente Flávio Antonio Santos Barreto, CPF: 821.511.485-72, RG: 3.025.569-4, residente na Av. Gonçalo Rollemberg Leite, 2.399, aptº 801, Ilha das Bahamas Nassau, Luzia, Aracaju/SE. O referido é verdade e dou fé. Aracaju, 05 de Março de 2012. O OFICIAL DO REGISTRO

SUBSTITUTO: Vânia Elisa de Carvalho Paixão Santos

SEPA0536610



Anexo 3: Atual Situação Cadastral do IPAESE no Site do Conselho Estadual de Educação.

Dados da Escola

NOME
INSTITUTO PEDAGOGICO DE APOIO A EDUCACAO DO SURDO DE SERGIPE-IPAESE

CNPJ

CÓDIGO SIGA: 28032756 CÓDIGO MEC: 28032756 DATA FUNDAÇÃO: ZONA: Urbana COMODATO:

FAX: E-MAIL: Nº SALAS:

ENDEREÇO (LOGRADOURO): Travessa José Rodrigues Nº: 64 COMPLEMENTO:

BAIRRO: Sao José CEP: MUNICÍPIO: Aracaju DRE: UF: SE

DESCRIÇÃO	ATO LEGAL	APROVAÇÃO	VIGÊNCIA	OBSERVAÇÕES	SITUAÇÃO
Autorização Para o Funcionamento do Curso Técnico de Nível Médio em Suporte de Informática	Resolução no 461/2009	16/12/2009	16/12/2009		
Autorização Para o Funcionamento da Educação Infantil	Resolução no 459/2009	16/12/2009	16/12/2013		
Autorização Para o Funcionamento do 1o ao 9o Ano do Ensino Fundamental	Resolução no 429/2009	10/12/2009		Sem prazo de vigencia	

Fonte: <http://www.cee.se.gov.br> Acesso em: 11 jun. 2017

Anexo 4 : Levantamento de notícias jornalísticas sobre o IPAESE

FONTE DE CONSULTA	ANO DE PUBLICAÇÃO	AUTORIA	NOTÍCIA/MATÉRIA PUBLICADA
Jornal local	2012	G1	Inclusão dos surdos no mercado de trabalho (TRT)
Jornal local	2013	Balanço Geral	Organização do IPAESE festejar sanar Dificuldade financeira
Jornal local	2013	SE TV 1ª EDIÇÃO	Instituto abre inscrições para curso de Libras em Aracaju
Jornal local	2014	Balanço Geral	Organização do IPAESE festejar sanar Dificuldade financeira
Jornal local	2014	Superação TV	Superação entrevista professor Geraldo, com tradução simultânea Libras-portuguesa
Jornal local	2014	G1	70% dos estudantes deficientes auditivos estão atrasados na escola
Jornal local	2015	Balanço Geral	Divulgação de bingo para sanar dificuldade financeira
Jornal local	2015	G1	Comecei a busca por "Novo Olhar" na área da deficiência auditiva.
Jornal local	2016	Inclusão e saúde Edição N17	Realização: APAE de Aracaju.
Jornal local	2016	G1	Crianças surdas conhecem pontos turísticos de Aracaju: Ação faz parte da Semana Nacional do Turismo realizada pela Semict Evento celebrou o Dia do Surdo comemorada na segunda-feira.
Jornal local	2017	SE TV 2ª edição	Ipaese corre o risco de fechar as portas.
Jornal do Estado	2018	Agência sergipe de notícias	Agência sergipe de notícias.

Fonte: Dados da pesquisa (2012-2018)